

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

AUTOGESTÃO HABITACIONAL E O PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA ENTIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE A
PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DE MORADIA NA COOPERATIVA
HABITACIONAL ESPERANÇA.

PAULO MARTINS FALEIRO DOS SANTOS

Seropédica

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**AUTOGESTÃO HABITACIONAL E O PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA ENTIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE A
PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DE MORADIA NA
COOPERATIVA HABITACIONAL ESPERANÇA.**

PAULO MARTINS FALEIRO DOS SANTOS

Sob a Orientação da Professora

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

Dissertação submetida para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, inscrito na Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, sob a linha de pesquisa Desenvolvimento e políticas públicas.

Seropédica, RJ

Agosto de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237a

Santos, Paulo Martins Faleiro dos, 1983-
Autogestão Habitacional e o programa minha casa
minha vida entidades: estudo de caso sobre a produção
autogestionária de moradia na cooperativa
habitacional esperança / Paulo Martins Faleiro dos
Santos. - Rio de Janeiro, 2019.
88 f.: il.

Orientadora: Tatiana Cotta Gonçalves Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas, 2019.

1. Programa Minha Casa Minha Vida entidades . 2.
Movimentos Sociais. 3. Autogestão Habitacional . 4.
Cooperativismo. 5. Cooperativa Habitacional Esperança
. I. Cotta Gonçalves Pereira, Tatiana , 1979-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

PAULO MARTINS FALEIRO DOS SANTOS

Dissertação submetida para a obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 07/08/2019

Dra. Tatiana Cotta Gonçalves Pereira.
UFRRJ
(Orientadora)

Prof. Dr. Claudio Rezende Ribeiro. UFRJ

Prof. Dr. Adrianno Oliveira Rodrigues. UFRRJ

Para a minha família que me fortaleceu em esperança, mesmo diante da fraqueza e do desespero, me apoiou em fé. Aos trabalhadores e trabalhadoras que acreditam, lutam, resistem e avançam. Cada trabalhador formado é uma vitória para toda a classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Como cristão agradeço primeiramente a Deus, que me fortaleceu em momentos de desânimo e desespero, que me pôs de pé quando minhas pernas já não mais aguentavam a caminhada, que me fez acreditar mesmo quando tudo parecia impossível, que me fortaleceu em meio a fraqueza, que me encorajou diante do medo! A fé é um lindo e maravilhoso caminho de resistência e libertação!! Grato sou a Jesus meu libertador!!!

A minha querida orientadora Tatiana Cotta, que compreendeu o meu lugar de aluno trabalhador, que entendeu quanto foi difícil escrever esta dissertação. Agradeço de todo o coração o suporte e a dedicação em me orientar. Esse processo foi um grande desafio para nós dois.

A todos e todas companheiros e companheiras de turma do PPGDT 2017!! Uma turma guerreira, corajosa e que topou enfrentar o duro desafio do mestrado sem perder o bom humor!!

Aos docentes do PPGDT que foram muito especiais na minha jornada acadêmica e pessoal.

A UMP-RJ, que foi o primeiro grupo de luta política que tive contato em minha vida, agradeço por ter aprendido a acreditar na organização popular da classe trabalhadora com este movimento de luta por moradia!

Agradeço as lutas históricas da classe trabalhadora, que permitiram um trabalhador sonhador como eu, ocupar mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Muito obrigado!

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a realizar uma reflexão acerca das possibilidades de implementação de pautas autogestionárias e de participação popular na execução do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMVE), debatendo de forma crítica o modelo de produção habitacional realizada por famílias integrantes de movimentos sociais inseridas no programa. Também será debatido sobre os limites e possibilidades da formação política dos usuários do programa, submetendo à reflexão crítica os processos participativos autogestionários de construção de moradias no PMCMVE. Com isto, a proposta deste trabalho consiste em analisar experiências de construção coletiva e autogestionárias na área habitacional, identificando se a participação popular e política na produção de habitação resultam em projetos habitacionais de maior qualidade, compreendendo assim, se realmente a intervenção popular nos processos de produção habitacional atendem melhor a população beneficiária.

Palavras-Chave: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Movimento Social, Autogestão Habitacional.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the possibilities of implementing self-management guidelines and popular participation in the implementation of the program Minha Casa Minha Vida Entities (PMCMVE), critically debating the housing production model made by families from social movements. in the program. It will also be debated about the limits and possibilities of the political formation of the users of the program, subjecting to critical reflection the self-managed participatory housing construction processes in PMCMVE. Thus, the purpose of this paper is to analyze collective construction and self-management experiences in the housing area, identifying whether popular and political participation in housing production results in higher quality housing projects, thus understanding whether popular intervention in real estate housing production better serves the beneficiary population.

Key Words: Minha Casa Minha Vida Entidades Program; Social Movement; Housing Self-Management

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição do déficit quantitativo por faixa de renda	32
Quadro 2 - Crescimento do déficit habitacional por faixa de renda.....	33
Quadro 3 - Déficit qualitativo em áreas urbanas.....	34
Quadro 4 - Crescimento do estoque total dos domicílios vagos.	35
Quadro 5 - Percentual de municípios com assentamentos irregulares	36
Quadro 6 - Recursos e Fontes do PMCMV	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - O DIREITO À MORADIA E A LUTA AUTOGESTIONÁRIA.....	15
1.1 – A autogestão através do cooperativismo.....	15
1.2 - A autogestão como prática educativa	20
1.3 - Autogestão e o direito à moradia	24
CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES E A LUTA POPULAR.....	31
2.1 – Déficit habitacional no Brasil no período do governo Lula.....	31
2.2 – O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades	38
2.3 – Os movimentos sociais e a luta por moradia (UNMP)	46
CAPÍTULO 3 - A AUTOGESTÃO NA COOPERATIVA ESPERANÇA	52
3.1 – Fase pré-obras	52
3.1.1 – As parcerias	53
3.1.2 – O terreno.....	55
3.1.3 – Assessoria técnica.....	58
3.1.4 – Formação política	60
3.1.5 – Disputas internas	63
3.2 – Durante a obra	64
3.2.1 – Mutirão	64
3.2.2 – Banco de horas	68
3.2.3 – Trabalho técnico social.....	69
3.2.4 – As assembleias e seus principais debates	70
3.3 – Fase pós-obras	72
3.3.1 – O acesso à moradia.....	73
3.3.2 – A autogestão continua?	74
3.3.3 – O futuro... ..	74
CONCLUSÃO.....	76
ANEXO.....	79
BIBLIOGRAFIA	84

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a organização política da Cooperativa Esperança, grupo de famílias que estão inseridas na luta por moradia popular, sendo esta cooperativa filiada a União por Moradia Popular do RJ (UMP-RJ), movimento social que atua historicamente na disputa por habitação de interesse social no RJ. O intuito desta pesquisa é compreender as possibilidades de organização dos movimentos sociais, em especial a UMP-RJ, ao serem contemplados pelo financiamento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades.

Os objetivos específicos têm por intenção compreender como se deu a organização da cooperativa esperança, compreendendo de que forma a União por moradia popular do Rio de Janeiro atuou na articulação política junto da referida cooperativa, entendendo desta forma, como esta articulação resultou na conquista das moradias a partir do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Esse trabalho surge a partir da minha experiência enquanto militante da UMP-RJ, apesar de não ter atuado diretamente com a Cooperativa Esperança, fui integrante do quadro da base de militância do movimento, atuando em outros grupos filiados a este movimento popular. Esta minha inserção na luta política relacionada à política de habitação gerou inúmeras provocações em relação a este debate, fazendo refletir sobre o processo de disputa e conquista de recursos públicos para a provisão de moradia.

Com isto, foi debatida nesta pesquisa a construção histórica das cooperativas autogestionárias, compreendendo estas como uma estratégia de organização, luta e resistência da classe trabalhadora, que surge com o objetivo de enfrentar questões objetivas relacionadas aos trabalhadores e trabalhadoras, porém, superam esta dimensão tornando-se um espaço de organização e articulação política (NOVAES, 2009; CRUZ, 2006; WALLERSTEIN, 2002 ; MACHADO, 2000; BOTTOMORE, 1983; TECH, 2000)

Outro elemento importante para esta discussão é o debate sobre autogestão, entendendo que a bandeira de luta da União por Moradia Popular do RJ é a provisão de moradia a partir da autogestão, por este motivo, é fundamental discutir à autogestão para além da simples intervenção física na construção das unidades habitacionais, é necessário debater esta questão com maior profundidade, compreendendo esta questão também como um processo educativo de formação política (FRIGOTTO, 1995; ALANIZ, 2003; CALDART, 1997; CIAVATTA, 2001; TEIXEIRA, 2001; GOHN 1999; CAPRARIO, 2009; FREIRE, 2011)

Para dar conta do debate relacionado à produção habitacional e a autogestão, foi realizada uma articulação entre o debate do direito à moradia e a discussão autogestionária, tentando desvelar a importância da organização popular, através do processo autogestionário, na busca pela conquista do direito à moradia, compreendendo este processo como um importante elemento para se entender a organização da Cooperativa esperança (OLIVEIRA, 2006; EDER SADER, 1990; BONDUKI, 1998; NOGUEIRA, 2003)

Parte do referencial teórico desta pesquisa contemplou o debate sobre o déficit habitacional no período do Governo Lula, compreendendo através de dados a dimensão do problema habitacional neste período histórico, qualificando a discussão para melhor compreender, em que cenário, o Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades foi implementado (GONSALVES, 1997; BONDUKI, 2008).

Foi utilizado referencial teórico para debater o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), compreendendo como este programa habitacional intervém nas demandas de moradia da população, entendendo a relação deste com a pauta autogestionária de produção de moradia. Compreender sobre este programa é fundamental, já que às famílias

integrantes do movimento de luta por moradia foram contempladas pelo financiamento do PMCM-E (CARDOSO, 2011; CARDOSO, 2013; LAGO, 2012).

Foi debatido sobre os movimentos sociais e a importância da luta popular no campo do direito à moradia, pois, somente a partir da organização popular que foi a conquista dos direitos sociais, incluindo o direito à habitação de interesse social. As lutas populares no campo da reforma urbana, no Brasil, teve como princípio a construção de outro horizonte político de cidade, que superasse a lógica mercadológica de construção do espaço urbano, superando também, esta lógica no que se refere à produção habitacional (LAGO, 2012; MOREIRA, 2009; PAZ, 1996; BARROS, 2011)

Esse estudo revela as estratégias que o movimento de moradia União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, a partir da organização de sua base militante, construiu para conquistar o direito à moradia, indicando e refletindo sobre a articulação política do grupo com às instancias institucionais responsáveis pelo gerenciamento do programa de moradia, ponderando também, sobre a articulação territorial do movimento popular com às redes locais de resistência.

Compreender a centralidade e a importância do processo de formação política para a cooperativa esperança foi fundamental, entendendo que formação política no caso da experiência deste movimento popular não se consistia em um momento, em alguma determinada atividade ou ação de politização, na verdade, segundo a concepção deste grupo, se consistia de um processo que ocorria no cotidiano e estava inserido nas práticas de organização da cooperativa. O processo de politização da militância foi algo inerente às estratégias de autogestão adotadas pelo grupo, sendo a formação política intrínseca ao modo de produção de moradia a partir da autogestão e do mutirão.

Foi utilizada como técnica para a coleta de dados a biografia ou também denominada história de vida, instrumento este que se caracteriza como entrevista não estruturada. O objetivo desta pesquisa, foi desvelar e conhecer a trajetória de vida e de luta das famílias integrantes da Cooperativa Esperança, desta forma, buscando dados sobre o objeto que se confundem com a história de militância do grupo, deste modo, detectando os valores culturais e estratégias de organização do movimento. Compreendendo em grande medida as relações políticas entre os atores sociais, possibilitando também, maior embasamento para avaliação da eficiência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em relação às práticas autogestionárias, auxiliando na identificação histórica das realidades sociais vividas por estes indivíduos antes e após anos de embate e luta por moradia.

Para (BOURDIEU, 2007) “A história de indivíduo é sempre uma certa especificação de história coletiva de seu grupo e sua classe” , deste modo, ao debater sobre a especificidade histórica da vida de um determinado agente, que atuou diretamente na organização da Cooperativa esperança, é possível compreender uma particularidade da história do grupo, porém, que faz parte e está inserida na lógica mais ampla de organização do movimento.

Para este levantamento de dados, na pesquisa, foram levantados os relatos históricos de duas lideranças do grupo, denominados nesta pesquisa como entrevistado autogestão e entrevistado mutirão. Estes dois integrantes do grupo ocuparam o lugar de coordenação da cooperativa esperança, sendo estes, os membros mais antigos do grupo, atuando enquanto militantes na UMP-RJ anteriormente a formação da cooperativa esperança, atuavam politicamente em outros espaços do movimento, desta forma, foram atores fundamentais para a formação e organização da cooperativa, sendo também os únicos que participaram de todas às etapas na história de luta destas famílias, desde o início, até a conclusão das obras das unidades habitacionais. Entendendo que estas duas lideranças da cooperativa esperança já realizavam atividades na União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, já atuavam pelo movimento na construção de outro projeto habitacional, na cooperativa habitacional Shangri-

la, da organização desta cooperativa, com às famílias que não foram contempladas por esse projeto habitacional, que surgiu o grupo que deu origem a cooperativa esperança.

A partir da aplicação da história de vida foi possível compreender como se deu a organização política do grupo, não somente em um determinado momento, mas durante todo o processo de disputa pelo direito à moradia, compreendendo assim, que a organização popular necessita do processo histórico para ocorrer, sendo na história o lugar privilegiado para se compreender as disputas e as estratégias de organização do movimento, entendendo como se deu os embates históricos para a conquista do direito à moradia. Analisar a história individual é sobretudo, no caso da luta política organizada, uma análise das particularidades inseridas em uma lógica de totalidade.

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado (ALBERTI, 1990, p. 16)

O depoimento a partir da história de vida possibilita uma maior e mais ampla compreensão da realidade, aprofundando assim, o entendimento sobre a organização política do grupo, deste modo, é possível desvelar com maior profundidade às questões políticas e organizacionais que perpassaram pela cooperativa, também pelas famílias integrantes do movimento, auxiliando assim, na compreensão da realidade historicamente posta para os integrantes do movimento.

Entender o modo de organização do grupo da cooperativa a partir da história de vida, ajudou a entender como se deu às relações de poder internamente, entre os diversos atores integrantes, compreendendo também, como se deu essa relação política com a UMP-RJ (União por Moradia Popular do Rio de Janeiro). Também possibilitou compreender como ocorreram essas relações com agentes externos ao grupo, como por exemplo, às instituições responsáveis pela execução do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades.

a riqueza inesgotável do depoimento, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana, de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contra poder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal-decifrado – que é a História Humana (ALBERTI, 1990, p. 8).

Também foi utilizada uma pesquisa semi-estruturada com o objetivo que colher informações de representantes das famílias que moram na cooperativa esperança, das 70 famílias da cooperativa, foi realizado um questionário semi-aberto com 31 destas famílias, buscando compreender a relação política da cooperativa esperança com a União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, estes estão sendo nomeados na pesquisa como entrevistados.

Foi utilizada também nesta pesquisa a análise documental, onde alguns documentos relacionados à cooperativa esperança foram analisados, tendo como objetivo reconhecer na história registrada a partir da organização do grupo, levantando apontamentos para a pesquisa, o principal documento analisado foram às atas das Assembleias, com o objetivo de reconhecer no registro às tensões e decisões políticas em relação ao grupo, buscando perceber de que forma eram realizadas as decisões políticas relacionadas ao coletivo, porém, o relato da história de vida contemplou em grande medida os elementos registrados em ata.

CAPÍTULO 1 - O DIREITO À MORADIA E A LUTA AUTOGESTIONÁRIA

1.1 – A autogestão através do cooperativismo

É importante debatermos um pouco do caráter histórico do processo autogestionário como forma de organização da classe trabalhadora, compreendendo que o debate sobre autogestão é uma discussão ampla, onde a própria ideia de autogestão está em disputa.

A autogestão em estágio embrionário ocorreu na Comuna de Paris, quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha, em 1905 na Rússia e nos primeiros anos da Revolução de 1917, na Revolução Espanhola (1936-1939), na Revolução Húngara (1919 e 1956), na Polonesa (1983), na Portuguesa (1974-75), etc. (NOVAES, 2009, p. 6)

O estágio embrionário da autogestão se deu a partir da Comuna de Paris¹, onde inúmeras fábricas foram abandonadas pelos patrões, o que gerou a necessidade da classe trabalhadora se organizar e buscar formas de produção a partir da organização popular, mostrando assim que a autogestão é uma forma de resolver questões objetivas da população a partir da organização coletiva, onde questões relacionadas à sobrevivência da classe trabalhadora é pensada a partir da organização popular.

Na América Latina, poderíamos citar as experiências autogestionárias e os cordões industriais durante o Governo de Allende (1971-1973), o Peru de Velazco Alvarado. Como exemplos de experiências que apareceram em contextos “não revolucionários”, poderíamos citar o Cordobazo argentino e as comissões de fábrica brasileiras durante a ditadura militar. (NOVAES, 2009, p. 6)

É importante salientar que na América latina também houve importantes experiências autogestionárias em vários países do continente, onde a classe trabalhadora se organizou e construiu estratégias de produção industrial a partir da organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Neste contexto de “redemocratização”, aumento do desemprego e subemprego, surgiram e vêm surgindo no Brasil inúmeras formas de resistência da classe trabalhadora. Em outras palavras, em contraposição à exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, à forma de produção e consumo voltada à reprodução ampliada do capital e à precarização do trabalho, surgiu o movimento de Economia Solidária. (NOVAES, 2009, p. 8)

No movimento de redemocratização do país, na década de 80, diante do crescimento do sub emprego e da escassez de ofertas no mercado de trabalho, devido ao desemprego crescente, a classe trabalhadora entendeu a necessidade de construir formas de resistência, sendo assim, diante de uma conjuntura política e econômica que atingia desfavoravelmente a população, os trabalhadores organizados iniciaram um processo de construção de estratégias de enfrentamento a este quadro político e econômico. Com o objetivo de enfrentamento da exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, surgiu então o movimento de economia solidária, que combatia a precarização do trabalho e os retrocessos que atingiam os trabalhadores naquele período histórico.

¹ Foi o resultado revolucionário da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. A derrota francesa na Batalha de Sedan, em setembro de 1870, levou à queda do imperador Napoleão III e à formação de um governo republicano que passou a ser presidido por Adolphe Thiers, em janeiro de 1871.

Ele é ao mesmo tempo uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo e um projeto, ainda frágil e incipiente, tendo em vista a construção de uma nova forma de produção e consumo, pautada na autogestão e produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades populares (valores de uso). (NOVAES, 2009, p. 8)

A Economia Solidária é uma possibilidade de resposta ao capitalismo que estava em processo de crise de reestruturação neste período, buscando superar as mazelas que surgem deste processo, e em contra partida, apontava, mesmo que de forma frágil, à construção de outra possibilidade de produção e consumo, tendo como centralidade uma produção pautada na concepção autogestionária de bens e serviços, com o objetivo de atender as demandas populares, sendo desta forma, uma alternativa a partir da organização e luta popular às demandas objetivas da classe trabalhadora, desta forma, a Economia Solidária aponta também como um projeto político popular, que tem como objetivo a superação do empobrecimento da classe trabalhadora a partir da organização popular.

É importante realizar o debate sobre a economia solidária, entendendo que esta foi uma importante forma de organização da classe trabalhadora na busca pela superação da pobreza, e também, foi através da economia solidária que práticas associativas e autogestionárias começaram a despontar no país. O conceito de autogestão através da economia solidária consistia na gestão coletiva de um conjunto articulado de iniciativas associativas de viés econômico, onde a produção, o consumo, assim como o resultado do empreendimento, o conhecimento relacionado ao seu funcionamento e o poder relacionado às decisões, eram compartilhados pelos agentes que participavam diretamente do processo, a gestão de todo o processo dentro da economia solidária é coletiva.

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p. 69).

Na década de 90 inúmeras experiências autogestionárias apareceram na América Latina, esse fato aponta para a emergência que a classe trabalhadora teve de se organizar, buscando superar naquele período histórico, as transformações que estavam ocorrendo na época em relação à economia e à política na conjuntura da América Latina. Por este motivo, para o enfrentamento desta conjuntura que se acirrava, foi necessário que os trabalhadores buscassem inúmeras formas de organização, como cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clube de trocas, etc, tendo inúmeras concepções sobre a mesma, assim como inúmeras aplicações da concepção sobre a autogestão nas mais variadas formas de organização popular.

De acordo com o historiador inglês Cole, citado muitas vezes por Paul Singer, muitas das cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos anos 30 (do século XIX) eram dessa espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. (NOVAES, 2009, p. 5)

Segundo o autor, muitas das cooperativas fundadas no fim dos anos 20 e começo dos anos 30 do século XIX, colocaram em prática ações autogestionárias, sendo os organizadores destas entidades trabalhadores que eram grevistas, ou trabalhadores que estavam sofrendo

com rebaixamentos de salários e também com o desemprego. Estas cooperativas em muitos casos foram construídas a partir do incentivo de sindicatos, sendo financiadas pelos mesmos, e também financiadas por sociedades beneficentes, mostrando assim, que as cooperativas que aplicavam a concepção autogestionária, tinham como objetivo organizar meios de produção de forma popular, desta forma, possibilitando que os trabalhadores tivessem acesso ao trabalho a partir da organização popular.

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia. No século XIX, o cooperativismo e o mutualismo ganham força como forma de sobrevivência e produção dos meios de vida, principalmente durante a revolução industrial na Inglaterra. (NOVAES, 2009, p. 5)

Em meio à revolução industrial, os trabalhadores sentiram a necessidade de controlar os meios de produção, desta forma, encontraram na organização das cooperativas uma estratégia para isso. Outra questão importante a ser debatida, é que o cooperativismo ganha muita força no que se refere à produção dos meios de vida, como alimentos, medicamentos, roupas etc., e também acaba sendo um importante instrumento para possibilitar a sobrevivência da classe trabalhadora naquele momento.

Para se contrapor ou enfrentar as consequências das medidas ou a própria natureza do sistema do capital, a classe trabalhadora, historicamente, desenvolveu e desenvolve inúmeras ações e lutas. Essas vão desde uma greve por reajuste salarial, mobilização por emprego, protestos por melhores condições de trabalho, até a construção de processos revolucionários rumo a sociedades socialistas, passando por formas alternativas de sobrevivência, de organização social do trabalho no campo e na cidade, de produção e comercialização. (NOVAES, 2009, p. 5)

É importante ponderar que a classe trabalhadora sempre construiu inúmeras estratégias de luta para o enfrentamento das mazelas do sistema capitalista, a busca pela organização popular é uma questão histórica, onde os trabalhadores desenvolvem e desenvolveram inúmeras possibilidades e estratégias de luta, que vão de greve, mobilização, manifestações, protesto por condições dignas de trabalho e a construção de alternativas para o processo revolucionário, tendo como objetivo a superação do sistema capitalista. Outro ponto importante a ser discutido em relação ao modo operante de resistência popular, é a busca pela construção da organização do trabalho no campo e na cidade, construindo formas de produção e comercialização a partir da organização popular.

É importante ponderar que as práticas associativas e autogestionárias surgem como uma resposta, como uma estratégia de resistência, que busca superar o modelo econômico que produzia miséria a partir das crises econômicas, e ao mesmo tempo, construir estratégias que dessem conta de questões objetivas relacionadas à vida e sobrevivência da classe trabalhadora.

(...) o surgimento de milhares de iniciativas econômicas de tipo associativo – cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas etc. – no Cone Sul da América Latina, a partir dos anos 90, representa a emergência de um fenômeno econômico e social que, embora guarde estreitas relações com experiências anteriores, tem características específicas, que resultaram das transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto da economia quanto da sociedade latino-americana. (CRUZ, 2006, p.1)

Porém, é necessário compreender que associativismo e autogestão não são instrumentos para “geração de trabalho e renda”, não deve se tornar um setor utilizado para

terceirização de mão de obra, possibilitando a precarização do trabalho, não deveria ser um mero espaço de prestação de serviços para uma outra organização ou empresa. Estas questões devem e precisam ser analisadas quando se refere a esta questão, pois inúmeros projetos políticos e econômicos que foram implementados por ONGs, Igrejas, Prefeituras, durante a década de 90, se utilizavam do discurso do combate ao desemprego para ser mais um espaço de terceirização de mão de obra e trabalho precarizado, com isto, a inserção de trabalhadores em entidades com este tipo de objetivo, acabava por contribuir para a desregulamentação das condições de trabalho e também no enfraquecimento da organização popular. (TIRIBA apud BARROS, 2003) Com isto, é fundamental compreender que autogestão deve ser um projeto coletivo de organização popular, que tenha como objetivo a construção coletiva de estratégias para a superação da pobreza.

É fundamental considerarmos os diferentes projetos políticos, educacionais e econômicos que estão sendo implementados [por ONGs, Igrejas, Prefeituras, etc] sob o discurso do “combate ao desemprego” ou “geração de trabalho e renda”, pois nesse bojo, localizamos também a (re)inserção dos “pobres” em atividades terceirizadas e precarizadas como forma de atenuar os conflitos sociais [como por exemplo, a criação de “Coopergatos” e, ao mesmo tempo, facilitar o processo de reestruturação produtiva, atuando na desregulamentação das condições de trabalho, na regressão dos direitos sociais e trabalhistas gerados face a substituição de capital vivo por capital morto nos sistemas produtivos, bem como no enfraquecimento e desmobilização dos sindicatos. (TIRIBA apud BARROS, 2003)

O cooperativismo é uma forma intermediária, que questionaria ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, o cooperativismo e a autogestão questionam “parcialmente” a propriedade dos meios de produção, ao reunir nas mãos dos trabalhadores os meios de produção necessários ao seu desenvolvimento (DALTOÉ, 2003).

Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital (MARX APUD ANTUNES, 2005)

Entendendo que o capitalismo é um projeto para a mercantilização de tudo, percebemos que a autogestão é um processo que se opõe a esta lógica, buscando a eliminação do lucro. Neste sentido, a busca por outra lógica de produção e de serviços, através do cooperativismo autogestionário, acaba gerando uma outra concepção mercadológica, que não é meramente baseada no lucro, mas sobretudo a partilha coletiva de riquezas produzidas por um determinado grupo organizado.

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção. (WALLERSTEIN, 2002)

É importante compreender que para Marx o mercado é uma forma social que produz alienação, portanto, produz opressão, subordinando a classe trabalhadora a um sistema de

dependência impessoal, desta forma, buscar a superação desta concepção mercadológica capitalista que tem como centralidade o lucro, em direção a uma outra concepção de mercado cujo objetivo é a produção e a partilha coletiva das riquezas, é uma forma também de superação das opressões por parte da classe trabalhadora, entretanto, é necessário compreender que essa outra concepção de mercado é uma construção histórica, porém, tem suas particularidades atendidas dentro da lógica das cooperativas e da autogestão.

O aspecto que me parece mais questionável [...] é a valorização do mercado como um elemento permanente do socialismo, considerado necessário para garantir liberdade. [...] [Para Marx] o mercado é uma forma social que produz alienação, que tem a lógica de dar origem a leis que se impõem aos produtores [...] ele representa a subordinação dos cidadãos a um sistema de dependência impessoal, isto é, a leis econômicas que se impõem aos produtores. [...] A alternativa possível ao mercado – um planejamento/coordenação, centralizado e descentralizado ao mesmo tempo, e antes de mais nada democrático - com toda a certeza teria de ser construída em um processo histórico longo, com experimentação e avaliações dos resultados. (BORGES NETO 2001 apud AMARAL JUNIOR, 2002, p.171)

Isso nos permite compreender, tomando por base esse debate e outros, relacionados ao campo da Economia Solidária e da autogestão, que nesta dimensão da competição, individualismo ou convivência com o mercado, as cooperativas ou associações de trabalhadores tendem a sofrer degenerações. Para os autores clássicos que se debruçam para pensar o cooperativismo, as associações e entidades da classe trabalhadora são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores, podendo ser potencializadas numa conjuntura que vislumbre a transformação social que tenha em vista o enfrentamento do trabalho alienado (MÉSZÁROS, 2002). No entanto, se as cooperativas e associações de trabalhadores permanecerem isoladas de outras lutas, elas ou definharão ou sobreviverão a duras penas, mas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados. Debatendo ainda sobre a dimensão histórica, Rosa Luxemburgo (1999) afirmou que as cooperativas são entidades híbridas, onde guardam algumas características de empresas convencionais e acabam apontando outras características, que poderia ser chamada pelo nome de socialistas. Para o caso brasileiro, segundo relatam os trabalhos, as cooperativas com o objetivo de resistência, formadas no calor da luta dos trabalhadores, nos demonstram alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, com sentido social, onde há estratégias de enfrentamento da alienação do trabalho.

A autogestão aliada ao cooperativismo é uma forma de disputar uma nova concepção de racionalidade econômica, que não seja pautada pelo mercado, é uma forma de construir uma lógica econômica através da participação popular, coletiva e politizada, onde os sujeitos, que estão inseridos em uma determinada cooperativa, pensam coletivamente sobre como será o modo de produção e eficiência financeira da entidade. Desta forma, os critérios a serem seguidos pelos sujeitos e pela cooperativa são construídos em coletivo, porém, para romper com a lógica capitalista é necessário construir um movimento, através da autogestão, que supere as questões meramente relacionadas à economia, ou se limite a ser um espaço que possibilite apenas trabalho assalariado, na verdade, a autogestão no cooperativismo necessita superar essa lógica, precisa se constituir em um movimento mais compensador, onde questões relacionadas ao cotidiano do trabalhador sejam tratadas, ou seja, autogestão no cooperativismo é uma forma de politizar coletivamente a vida.

Essa disputa teria de ser feita, por exemplo, em torno dos critérios de eficiência econômica. Quais são os critérios de eficiência compatíveis com uma racionalidade mais ampla, voltada para objetivos da sociedade como um todo? Para que possamos questionar, na prática, o uso de critérios de eficiência de mercado, é preciso

construir um movimento que seja uma referência tão forte que torne o fato de ser bem-sucedido do ponto de vista deste movimento seja mais compensador, para muita gente, que, por exemplo, ter uma renda mais alta. (MACHADO, 2000, p.60)

É importante compreender que a organização de cooperativas através da autogestão é uma estratégia para dar solução a questões relacionadas ao cotidiano da vida da classe trabalhadora, onde grupos de pessoas se organizam com poucos recursos e através da atuação coletiva, pensam em estratégias de superação da pobreza e demais mazelas que atingem um determinado grupo de indivíduos. Compreendendo que esta organização é feita de forma democrática, já que um dos princípios da autogestão é a divisão democrática de todos os processos relacionados às cooperativas, tanto no que se refere aos custos quanto aos benefícios.

Uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados que se dispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada, em que custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros. (VERHAGEN, 1984, apud PEREIRA et al., 2002, p.6)

O cooperativismo é uma forma de resistência e luta contra os proprietários e detentores de grandes blocos empresariais, pois insere outra lógica de apropriação dos meios de produção, a partir da atuação coletiva e autogestionária da classe trabalhadora, subvertendo assim, a dominação dos trabalhadores pela elite econômica, já que a organização coletiva do trabalho cooperativado acaba construindo possibilidades de superação da dominação a partir da atuação autogestionária. Porém, para que realmente as cooperativas atuem na direção de outro projeto de sociedade, é necessário que estas o façam a partir da organização coletiva em escalas nacionais, fortalecendo assim, uma concepção que supere o modelo de controle e dominação sobre os meios de produção.

[...] a cooperação, para Marx, é a negação do trabalho assalariado. O movimento cooperativo, representa uma vitória preliminar da economia política da classe trabalhadora sobre a dos proprietários. A cooperação jamais poderia derrotar o monopolismo, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais. (BOTTOMORE, 1983, p.20)

O cooperativismo é um movimento social cuja direção da associação entre os membros ocorre em função do trabalho, desta forma, o trabalho é central nas questões relacionadas ao cooperativismo e à autogestão, porém, os interesses dos cooperativados deve prevalecer aos interesses dos detentores do capital, compreendendo estes interesses como fruto de construção coletiva, objeto de intervenção autogestionária, pois somente desta forma, superando o modelo do mercado de trabalho e de produção de mercadorias, que é possível construir uma outra lógica de processo de trabalho. Desta forma, a autogestão no cooperativismo é uma estratégia de disputa organizada e politizada do modelo de produção e socialização de riquezas.

[...] um movimento social, cuja sociedade é definida em função do fator trabalho (proporção de trabalho que cada sócio dedica à cooperativa), tem por objetivo realizar uma atividade econômica, que ofereça benefícios mútuos e onde o interesse das pessoas prevaleça sobre os interesses dos portadores de capital. (TECH, 2000, p.71)

1.2 - A autogestão como prática educativa

Frigotto (1995) nos traz a análise das relações entre sociedade, processo de trabalho e educação. Para Frigotto (1995), o caráter de subordinação das práticas educativas aos interesses do capital toma formas e conceitos diferenciados historicamente no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista, e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada. Frigotto (1984) procura explicitar as históricas condições do capitalismo monopolista que demandaram, produziram e configuraram a teoria do capital humano. Frigotto (1995) nos mostra que as novas demandas de educação contidas em documentos dos novos “senhores do mundo baseadas nas categorias sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente, expressam os limites da teoria do capital humano e as redefinem sob novas bases” (FRIGOTTO, 1995, p.18).

Segundo Alaniz (2003), nos limites do capital, a qualificação é colocada de forma autoritária e despótica. Nos marcos do processo de autogestão, a qualificação deve ser pensada com o objetivo da superação da divisão do trabalho capitalista, deve haver necessariamente a democratização do poder de decisão e o acesso total do conhecimento que circula nos processos das cooperativas autogestionárias. O processo de autogestão compreende que os trabalhadores devem ser desafiados a gerir o empreendimento e a tomar decisões sobre os principais aspectos que envolvem o funcionamento da organização, como, exemplo, podemos utilizar o fato de decidir sobre a utilização do excedente e como utilizar o reinvestimento, onde, a partir de discussões, é realizado reflexões sobre as alternativas existentes a fim de se estabelecer as diretrizes gerais. Práticas tais como esta, permitem o desenvolvimento e o fortalecimento da organização dos trabalhadores e não têm pontos de contato com a educação toyotista (ALANIZ, 2003).

É importante reforçar que a educação é prioritária para a cultura das pessoas, tendo como objetivo uma educação que seja libertadora, não voltada para a submissão, superando séculos e séculos de dominação, sob a tutela das elites políticas e econômicas, coronéis, buscando a construção de uma nova cultura, e nos casos das cooperativas autogestionárias, a educação é uma forma de construir uma cultura para a autogestão, para a solidariedade e para a cooperação, no trabalho cooperativo que se educa para o novo. É importante compreender que as ações relacionadas às cooperativas autogestionárias, como as assembleias gerais, debates sobre a distribuição dos recursos, reuniões no engenho, etc, possuem um caráter educativo, por esse motivo, é importante compreender o processo autogestionário também como um processo educativo, um simples debate sobre a distribuição dos recursos relacionados à organização da cooperativa se torna também um espaço de educação. (ALANIZ, 2003)

MARIANA (2003) defende que o aprendizado de autogestão e os aprendizados de insubordinação são as principais contribuições educativas, subvertendo a escola enquanto aparato formal exclusivo para a promoção das situações educativas, defende uma concepção de educação que extrapola a educação escolar. Entende a educação como “um processo bem mais amplo, que vai além do formal, que ocorre no cotidiano da vida da classe trabalhadora, tendo o próprio movimento social como ambiente de aprendizados por excelência.” (CALDART, 1997, p.39). Analisa a educação a partir do ponto de vista da pedagogia da luta social, da pedagogia da organização coletiva. Para W. FRANTZ (2002), as organizações cooperativas são lugares de educação não somente porque promovem atividades educativas com vistas à capacitação para a cooperação, mas sobretudo, porque nos diferentes espaços de organização cooperativa, a educação decorre das relações sociais que ocorrem nesse espaço. No que se refere à relação com a educação formal, é necessário superar o modelo convencional, já que esta serve para a dominação, incentiva a competição, favorece a

separação do trabalho manual do intelectual, tem um modelo pouco favorável à ideia de solidariedade, hierarquiza o saber do professor e ignora totalmente o saber popular.

Para MARIANA (2003), há obstáculos à construção de um novo processo de educação na vida os trabalhadores, pois os trabalhadores absorveram durante toda a sua história de vida valores antagônicos ao cooperativismo. Ainda para este pesquisador, a autoridade e a hierarquização do professor se contrapõem à possibilidade de construção conjunta e coletiva do conhecimento, fortalecendo assim, o designado conhecimento bancário; a competição entre alunos de uma mesma classe fragmenta a construção da ideia de ajuda mútua, ensinando os estudantes a aceitarem de forma passiva o individualismo; a cisão entre concepção e execução nos trabalhos escolares, além de muitos outros aspectos da educação formal, fortalecem o abismo existente entre um projeto político de sociedade mais igualitário e outro repleto de desigualdades de oportunidades e exclusão.

A produção associada acaba sendo também um espaço de produção de conhecimento, tendo em vista que a atuação coletiva em uma determinada demanda acaba gerando debate e acúmulo de discussões, desta forma, ao atuar coletivamente, os sujeitos aprendem e repensam questões referentes ao objetivo direto do trabalho associado, mas não somente, além da questão objetiva relacionada à produção dos associados, ocorre também uma politização da vida via a intervenção coletiva na realidade.

Como um espaço singular de produção de conhecimentos, a produção associada ganha relevância à medida que os sujeitos, ao tentarem subverter a lógica do capital, em vez de controlar e dificultar o acesso do conjunto dos trabalhadores aos segredos do processo produtivo, promovem a articulação dos diferentes saberes dos trabalhadores. (TIRIBA, 2001, p. 210)

A luta contra o capitalismo deve ocorrer para além da apropriação dos meios de produção, é necessário que ocorra também um processo político que proporcione aos indivíduos libertação, esse processo político deve ocorrer a partir de práticas pedagógicas, articuladas com o mundo do trabalho, onde inúmeros saberes relacionados à superação do sistema capitalista seja apropriado pelos trabalhadores, é no trabalho e a partir dele que é possível aprender e construir alternativas que tenham como objetivo a construção de um outro projeto de sociedade, já que ao aprender sobre os sentidos de ser trabalhador, é possível caminhar na construção de uma outra cultura .

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo. (TIRIBA E FISHER, 2009, p. 294)

A prática autogestionária realizada nos processos de trabalho associativo surge como um espaço pedagógico, onde a educação ocorre a partir da atuação coletiva dos associados, tendo em vista que a cultura do trabalho se articula diretamente com a vida e o cotidiano dos trabalhadores, desta forma, o processo autogestionário torna-se um meio para que a educação popular e política ocorra, já que o processo educativo nestes casos tem como objetivo a organização popular e construção de estratégias de luta e resistência.

No entanto, o que elas têm em comum são as contradições entre capital e trabalho. Sendo a educação uma prática social 'mediadora' e, ao mesmo tempo, elemento da cultura do trabalho que se plasma no cotidiano das relações que os trabalhadores

associados estabelecem com a natureza, entre si e com a sociedade, torna-se necessário buscar suas particularidades históricas. (CIAVATTA 2001, p. 141)

A autogestão é um processo de educação em si mesma, pois a prática autogestionária se constitui em um processo pedagógico ao mesmo tempo em que intervém na realidade. No associativismo a gestão das atividades é democrática, ocorre com a participação dos membros, desta forma, é a partir da prática social que ocorre o processo de aprendizagem e de educação, pois a participação social no espaço das cooperativas é também formadora e educadora, sendo um espaço privilegiado para refletir sobre estruturas de dominação e poder, pensando também nos meios de superar essas dominações. Através da atuação coletiva é possível buscar formas de superação de estruturas autoritárias de poder.

[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais e, no seio dessas, as práticas educativas de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas do poder autoritário que permeiam as relações sociais. (FERREIRA, 2001, p. 25)

Ao participar das atividades demandadas pela organização da cooperativa, os cooperativados se inserem na luta, tomando parte politicamente de algumas pautas, ou seja, para além da produção de mercadorias ou serviços que é típico deste tipo de organização, o grupo associado reflete politicamente sobre questões referentes ao cotidiano do trabalhador, desta forma, as questões que são demandas pelos trabalhadores acabam sendo politizadas a partir do processo de autogestão. O fato de os trabalhadores estarem integrados como parte de um projeto, participando ativamente dos processos, auxilia no fortalecimento coletivo do grupo.

a participação cidadã no poder local significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. “Refletir a parte implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder”. (TEIXEIRA, 2001, p. 27)

Na vida coletiva a educação é algo central, principalmente no campo da luta popular, já que a luta e o processo de resistência são lugares de formação e educação, sendo as cooperativas um movimento educativo e formador. As experiências geradas a partir da prática autogestionária atuam como estratégia para acúmulo de debate e conhecimento, desta forma, a autogestão se torna um instrumento para o fortalecimento da luta por cidadania, sendo constituidor de sujeitos que possuam novas concepções e que tenham o objetivo de intervir na história, buscando a superação do modelo opressor de sociedade.

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. (GOHN 1999, p. 16)

É importante ponderar que o processo educativo existente no modelo autogestionário é uma forma de construir cidadãos coletivos, ou seja, indivíduos que compreendam a importância da organização coletiva como forma de luta e de transformação da vida, articulando os interesses da classe trabalhadora à uma organização que possibilite a conquista

de direitos. Desta forma, as cooperativas autogestionárias atuam no fortalecimento das lutas necessárias à manutenção da vida.

O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados que lutam pela posse da terra, grupos de moradores pobres que lutam por acesso de algum tipo de moradia etc. (GOHN 1999, p. 16)

O processo autogestionário acaba sendo um lugar de práticas que se opõem ao modelo de poder capitalista, centralizado, hierarquizado e autoritário, isto acaba criando condições de educação e aprendizagem segundo outra concepção de poder, onde a divisão democrática das decisões em relação ao processo de trabalho, assim como a construção de um espaço de práticas associativas, acaba gerando um projeto de promoção da dignidade e valorização do trabalho. Outro fator importante é perceber que as cooperativas são projetos que podem se alinhar ao desenvolvimento local, buscando formas sustentáveis de realização das suas atividades, sendo desta forma importante também para o desenvolvimento das localidades.

Neste sentido, se faz necessário destacar que a Economia Solidária é uma prática regida por valores diferenciados da economia capitalista, onde a autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, sustentam a proposta de um projeto de desenvolvimento local, sustentável, global e coletivo. (CAPRARIO, 2009, p. 61)

É fundamental compreender que as práticas associativas são um importante aliado do desenvolvimento local, pois é possível através da autogestão inserir os cooperativados em discussões que atravessem os territórios, buscando assim, formas de superação dos problemas sociais que impactam a localidade. O cooperativismo pode ser uma estratégia para compreender mais sobre questões locais, vislumbrando a superação destas problemáticas.

Desta forma, ser solidário em tempos de escassez é importante e ajuda no desenvolvimento social e local. Destaca-se a importância da participação dos atores sociais nas questões sociais, como uma alternativa às problemáticas do desenvolvimento. (ARAÚJO e RODRIGUES, 2011, p. 27)

A solidariedade é uma questão central no que se refere ao processo de politização da classe trabalhadora, pois é em coletivo que se torna possível aprender sobre transformação e libertação. A solidariedade é um elemento fundamental para a organização da classe trabalhadora, a partir dela é possível desenvolver estratégias pedagógicas de luta e resistência, nesse sentido, o cooperativismo autogestionário é um importante aliado para a construção de uma cultura solidária, já que este fomenta a necessidade de atuar na realidade a partir da atuação coletiva.

A solidariedade segundo é um valor fundamental associado à Educação Popular, pois trata de uma atitude que cobra uma postura de quem se solidariza, que assuma a situação da pessoa com quem se solidariza. É o campo de ação por excelência dos educadores e agentes sociais que querem estimular a permanente reflexão dialética nos vários setores e fomenta a organização popular consciente e politizada, possibilitando a construção de condições férteis à vivência da cidadania. (FREIRE 2011, p. 27)

1.3 - Autogestão e o direito à moradia

No passar dos anos 1970 para os anos 1980, mediante um contexto de precarização das cidades e de carências urbanas, entram em cena novos atores, os movimentos sociais urbanos (OLIVEIRA, 2006), que intervirão no cenário urbano e social denunciando as desigualdades de condição de vida da classe trabalhadora que mora nas cidades, desigualdade esta que é marca das cidades regidas pela modernização conservadora, que teve início a partir de um Estado centralizado e autoritário.

As camadas mais empobrecidas das grandes cidades provavelmente não seriam pensadas como alvos futuros de uma integração que associasse indústria, assalariamento e melhores condições de vida, já que a ditadura fortalecia políticas que possuíam o objetivo de expansão industrial, seguidas de grande arrocho salarial e de processos repressivos que serviam de obstáculos à organização política da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2006). Por outro lado, no fim da década de 70 meados da década de 80, com o avanço dos movimentos sindicais e manifestações de apoio às greves, novos temas e novas questões apontavam naquela conjuntura: tratava-se das contradições entre Estado e sociedade civil acompanhado de disputas políticas intensas (SINGER; BRANT, 1981).

A ideia de virtude (OLIVEIRA, 2006) relacionada aos movimentos sociais e às formas de organização mais ou menos populares, enquanto possibilidade de organização política e dos processos e desejos de democratização, permitia problematizar as desigualdades sociais em meio ao tecido urbano.

Nesse cenário, uma das mais competentes compreensões de leitura da cidade brasileira e o seu processo de constituição, tendo como base a politização deste debate sobre cidades (se contrapondo à questão da dimensão técnica) foi construído a partir dos movimentos sociais, novos atores entraram em cena, como ponderado por EDER SADER (1990) ou então sujeitos coletivos de um novo tipo que reconfiguravam a história trazendo à tona a ideia de “protagonismo” da sociedade civil organizada.

As novas pautas defendidas articulavam a produção do espaço urbano e sua politização à visibilidade e ao fortalecimento de segmentos populares, de atores e de mobilizações, como por exemplo mulheres pobres, comunidades de base, movimentos de moradia, ocupações de parcelas de terra pelas periferias, experiências de autogestão, assessorias técnicas com grau de politização, entidades religiosas, movimentos de favela, em articulação com movimentos de organização sindical.

Devido a inúmeras mazelas que atingiam diretamente as cidades, tendo como questão central os problemas habitacionais, a partir da década de 80 surgiram inúmeros movimentos de luta por moradia, buscando construir estratégias de luta e resistência no espaço urbano, tendo como objetivo pautar lutas que viabilizassem o acesso à moradia, desta forma, os movimentos organizados construíram estratégias para organização popular na tentativa da conquista do direito à moradia. Desta forma, os movimentos sociais iniciaram um processo de luta não só pela moradia, mas também pelos recursos de financiamento dos programas habitacionais, disputando a descentralização destes recursos, ampliando também a exigência por participação popular junto ao poder público nas questões referentes à moradia.

Pode ser caracterizada como um período de transição, na década de 80, o momento em que deixou de existir uma estratégia nacional para enfrentar a questão da habitação, vazio que foi ocupado de forma fragmentária, mas criativa, por Municípios e Estados. [...] O crescimento da mobilização dos movimentos de moradias ampliou a pressão por uma maior participação dos municípios na questão da habitação, pois a consolidação da democracia tornou o poder local o principal interlocutor das organizações populares e o responsável pelo equacionamento das demandas sociais, estando em contato direto com os problemas da população carente. Assim,

acentuou-se a tendência de descentralização dos programas habitacionais. (BONDUKI, 1998, p. 77)

Nogueira coloca que “é em nome da sociedade civil que muitas pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as interferências e regulamentações feitas pelo aparelho de Estado” (NOGUEIRA, 2003, p.186). Este debate nos permite compreender o processo autogestionário como um instrumento de resistência da sociedade civil organizada, onde é possível construir a partir desta prática uma “contra-resposta” à lógica capitalista de implementação de políticas públicas, construindo assim, através da produção de moradias populares, um espaço de resistência e militância político popular.

Estabelecendo um paralelo entre o debate da Autogestão e os conceitos teóricos construídos por Gramsci (NOGUEIRA, 2003) , onde a sociedade civil é um espaço para transformar a realidade, é possível compreender o processo autogestionário não apenas como uma forma de intervenção e transformação da realidade, é sobretudo um projeto político que disputa pela legitimação de um poder popular, não sendo somente uma intervenção pontual na sociedade, na verdade, busca uma mudança da concepção política da produção de moradia popular, vislumbrando uma mudança estrutural na sociedade para que se erradique o déficit habitacional no país, mas para isso, é necessário pensar e projetar ações de curto, médio e longo prazo, desenhando assim um projeto político de poder popular.

Com esse propósito, será aqui adotado o pressuposto de que, em Gramsci, sociedade civil é um *conceito*, complexo e sofisticado, com o qual se pode entender a realidade contemporânea. Mas é também um *projeto político*, abrangente e igualmente sofisticado, com o qual se pode tentar transformar a realidade. (NOGUEIRA, 2003, p.186)

É importante salientar que o processo de autogestão habitacional é uma concepção política alternativa para a produção de moradia, onde a construção das casas é um produto da organização coletiva das famílias envolvidas no processo, desconstruindo a ideia de que produção habitacional deve ser de responsabilidade da iniciativa privada. Tendo em vista que nas experiências das políticas públicas habitacionais foi o mercado o grande responsável pela construção de moradia, desta forma, a habitação é entendida como uma necessidade privada, onde quem necessita deve acessa-la e compra-la no mercado como se fosse uma mercadoria qualquer. A concepção autogestionária aparece como uma alternativa a este modelo mercadológico de produção habitacional, individualizado e segregador, pois instrumentaliza os indivíduos a disputarem a moradia na política, enquanto sujeitos coletivos, e não no mercado, como uma necessidade particular.

A mundialização e a expansão dos mercados, que em épocas anteriores operaram como inequívoco fator de agregação e estruturação de ações coletivas, passaram a animar o livre curso de interesses sempre mais particulares e desagregados. (NOGUEIRA, 2003, p.187)

Em uma sociedade onde os meios de comunicação atuam sob a ótica neoliberal, construindo na população consensos que impactam na perpetuação do sistema econômico, os movimentos sociais que atuam com autogestão se utilizam de métodos que subvertem essa lógica neoliberal, pois, além da construção física das unidades habitacionais, os projetos autogestionários são um processo pedagógico ligado à educação popular, já que construir moradia de forma coletiva necessita que os agentes compreendam esse processo político como um todo, entendendo desde como a política pública atua nesta temática até as decisões relacionadas às particularidade dos projetos arquitetônicos. Com isto, a autogestão se torna

uma maneira pedagógica de participação e intervenção na realidade, o que acaba possibilitando a desconstrução de muitos dos consensos construídos pela grande mídia, já que autogestão também é um espaço educador e libertador.

O protagonismo adquirido pelos meios de comunicação – pela televisão em particular alterou em profundidade toda a esfera do político, seja modificando os termos da competição inerente a ela, seja reformulando os circuitos em que se modelam as consciências e a opinião dos cidadãos: transformou, portanto, o modo mesmo como se produz consenso, como se formam culturas e orientações de sentido, como se constroem hegemonias. (NOGUEIRA, 2003, p.188)

A Autogestão Habitacional é um processo que critica o modo de produção capitalista na produção habitacional, onde a forma de se produzir casas segue a lógica mercadológica, como se fosse um produto qualquer, disponível no mercado.

O mercado imobiliário se utiliza do fetiche da “casa própria” como um ideal a ser seguido, onde a produção de moradia está ligada a conglomerados econômicos empresariais, sendo assim, apenas um produto a ser consumido. Segundo esta lógica, os indivíduos que desejam ou necessitam adquirir uma casa devem se dirigir ao mercado, pois lá é o espaço legítimo para a aquisição de moradia, reduzindo a questão a apenas um anseio consumista e individualizado, sendo uma concepção medíocre e indiferente, não levando em consideração que o déficit habitacional² é uma questão coletiva referente à vida comum das pessoas, ou seja, ter casa é uma condição objetiva para a existência, e um direito fundamental para a vida.

O modo predominante de produção de consenso acabou por travar a formação e o desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência, em benefício de formas econômico-corporativas e da expansão de atitudes mentais consumistas, individualistas, medíocres, indiferentes à vida comum. (NOGUEIRA, 2003, p.188)

O governo sempre buscará o consenso dos governados, porém, não só no momento das eleições, ao contrário, esse consenso é construído de forma organizada para que o poder seja perpetuado. O Estado se utiliza de diversos mecanismos para construir o consenso, várias instituições políticas, sindicais e organizações privadas atuam como espaço de “educação para o consenso”, com isto, o Estado consegue perpetuar a lógica de poder dominante.

Porém, as práticas associativas da autogestão habitacional são espaços de “contra-consenso”, tendo em vista que ao atuar de forma coletiva em relação à demanda habitacional, os indivíduos aprendem a pensar politicamente, construindo um projeto coletivo de sociedade, desconstruindo as ideologias dominantes e construindo uma concepção alternativa para a construção da sociedade, desta forma, autogestão é um processo educativo e de resistência, que possui um fim em si mesmo, já que o mais importante não é a construção das casas e sim a organização popular para o enfrentamento das mazelas sociais.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci esclareceu que o ato de governar continuaria a buscar o “consenso dos governados”, mas não apenas como “consenso genérico e vago” que “se afirma no instante das eleições”, e sim como “consenso organizado”. O Estado, observava, “tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ esse consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.” (NOGUEIRA, 2003, p.190)

² Déficit habitacional é uma expressão que se refere à quantidade de cidadãos sem moradia adequada em uma determinada região.

Para os movimentos sociais que atuam com autogestão habitacional, como é o caso da UMP-RJ, União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, a concepção de sujeito coletivo é fundamental, não existe, segundo essa concepção, valor na construção de um projeto político feito na individualidade. Para o sujeito hegemônico é imprescindível agregar e unificar, porém, na concepção autogestionária, os envolvidos compreendem que é essencial disputar politicamente os programas e as políticas habitacionais, assim como disputar pelo viés da luta popular o Estado e as variadas políticas que emergem dele, com isto, é importante entender que o processo autogestionário possibilita a construção da consciência de classe, possibilitando assim, a resistência e luta popular contra a ideia de sujeito hegemônico.

No entendimento de Gramsci, o sujeito hegemônico seria aquele que viesse a se mostrar mais vocacionado para agregar e unificar do que para separar e diferenciar. Seria nessa condição, aliás, que ele poderia se afirmar como “dirigente intelectual e moral” ou como fundador de Estados. (NOGUEIRA, 2003, p.190)

Os movimentos autogestionários afirmam que a superação do déficit habitacional somente será possível com a politização da produção de moradia. Esse processo de politização estimula também o debate para além da questão habitacional, tendo em vista que as outras variadas políticas públicas também são necessárias, já que habitação não é somente produção de casa, mas também condições de habitabilidade, é o direito à moradia digna.³ O conceito de moradia de qualidade reforça a necessidade de se ter projetos habitacionais articulados em todo o tecido urbano, sendo necessário para uma real existência de moradia digna demais políticas articuladas ao debate habitacional, como saneamento, mobilidade urbana, meio ambiente, etc. Para isto, torna-se necessário reconstruir consensos a partir dos anseios populares, onde a luta por moradia seja uma estratégia para a construção alternativa de projeto societário.

Portanto, a autogestão possibilita consolidar os anseios e interesses da classe trabalhadora em forma de projeto, tendo como horizonte a superação desse sistema econômico explorador, onde os interesses privados e de organizações corporativas são a grande agenda do Estado.

Entendida por ele [Gramsci] como “conteúdo ético do Estado”, a sociedade civil possibilita a articulação e a unificação dos interesses, a politização das ações e consciências, a superação de tendências corporativas ou concorrenciais, a organização de consensos e hegemonias. (NOGUEIRA, 2003, p.191)

Os projetos de moradia construídos de forma autogestionária são espaços propícios para construir possibilidades de contestação, onde é possível questionar o consenso construído pelas elites que dirigem o Estado, desta forma, é possível aos integrantes desses projetos reinventarem práticas políticas e de resistência.

A partir dessa possibilidade de reinvenção das dinâmicas sociais é possível repensar uma nova forma de poder estatal, tendo em vista que a autogestão questiona o modelo administrativo e político do Estado, entendendo que as demandas devem ser descentralizadas, onde o povo possa participar efetivamente do gerenciamento de suas atividades, o que

³ É aquela com condição de salubridade, de segurança e com um tamanho mínimo para que possa ser considerada habitável. Deve ser dotada das instalações sanitárias adequadas, atendida pelos serviços públicos essenciais, entre os quais água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, e com acesso aos equipamentos sociais e comunitários básicos (postos de saúde, praças de lazer, escolas públicas, etc.).

mudaria totalmente a sua estrutura, propondo deliberações horizontais às formas administrativas e políticas das instituições estatais.

Nessa concepção, portanto, a sociedade civil é considerada um espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política, se disputa o poder e a dominação. Um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas. (NOGUEIRA, 2003, p.191)

A lógica neoliberal afirma que a sociedade civil deve substituir o Estado, eliminando totalmente a responsabilidade da esfera estatal no combate às mazelas sociais, onde as ações em grande escala devem ser substituídas por iniciativas locais e fragmentadas, enfraquecendo assim o alcance das políticas públicas e individualizando as soluções em relação às questões sociais. Segundo esta lógica, o Estado deve apenas ser o mediador do sistema capitalista, se organizando internamente e externamente com estratégias que possibilitem a expansão e a exploração do capitalismo.

A cultura neoliberal não se cansará de saudá-lo como instância capacitada para “substituir” o Estado, trocando as ações públicas permanentes e gerais por iniciativas tópicas ou locais não necessariamente coordenadas, tendo em vista uma gradual eliminação da responsabilidade estatal para com a questão social (NOGUEIRA, 2003, p.193)

Os movimentos de autogestão habitacional, que atuam na luta por moradia, contestam esta lógica, pois entendem que o Estado deve ser ocupado e dirigido pela sociedade civil, portanto, um dos princípios de luta da sociedade organizada consiste em disputar politicamente os espaços deliberativos das esferas estatais, como por exemplo, o Conselho das Cidades, a conferência das Cidades, e outros espaços de pressão política sobre os governos. Desta forma, a partir da ocupação destes lugares, é possível lutar para que a política habitacional tenha um corte popular, alcançando os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Com isto, os movimentos de autogestão pressionam o poder público para que este atenda os interesses da classe trabalhadora, pois entendem que autogestão não é uma forma de substituir o Estado, fazendo aquilo que deveria ser obrigação da esfera Estatal, é na verdade um projeto alternativo que vislumbra a transformação social.

Nogueira afirma que a sociedade civil é um espaço que deveria ser de contestação do governo, onde busca elementos para restringir o mercado, contestando o poder e o sistema, porém, não existe uma articulação maior que objetive a construção de um novo Estado.

Nessa concepção, portanto, a sociedade civil é um espaço situado *além* da sociedade política, do Estado e do mercado. Um espaço de onde se busca extrair, dos governos, elementos para restringir o mercado e liberar energias sociais autônomas. Nele, age-se para contestar o poder e o sistema, mas não para articular capacidades de direção ético-política ou fundar novos Estados. (NOGUEIRA, 2003, p.194)

Porém, o processo autogestionário busca repensar a atuação do Estado, onde as famílias integrantes dos movimentos sociais desta linha política questionam não só as políticas de Estado, mas também a forma e modo como a esfera estatal está ocupada por seus agentes, entendendo que este espaço não deve ser apenas um lugar de negociação entre a iniciativa privada e poder público, ao contrário, deve ser um espaço de solução das demandas populares, com isto, estes questionamentos subvertem a lógica neoliberal do seu funcionamento.

Nogueira relata que a sociedade é um campo de contestação do sistema, porém, não é um campo de governo do sistema, apesar de afirmar que existem práticas libertárias e formas de organização e resistência, não existe um projeto de poder popular coletivo que busque redirecionar o sistema, um projeto em escala nacional ou mundial, que almeje a superação da forma neoliberal de dominação.

Em sua configuração típico-ideal, essa sociedade civil produz incentivos basicamente libertários e mobilizadores: movimentação permanente, autonomia, aquisição de direitos. Desse ponto de vista, é um campo de *contestação* ao sistema, mas não de *governo* do sistema. Nela podem se articular ações direcionadas para criar éticas alternativas, organizar redes e fóruns de resistência, ativar a cidadania mundial, pressionar e encurralar governos, postular novos modelos de políticas públicas, maior justiça social ou melhor distribuição de renda (entre grupos e entre nações). (NOGUEIRA, 2003, p.195)

Os movimentos autogestionários superam esta lógica, pois buscam criar redes de parceria na América Latina, buscando fortalecer a luta por moradia entre os latinos, construindo estratégias de resistência em uma escala continental, onde buscam discutir os problemas relacionados à habitação a partir de uma perspectiva mundial, isso amplia a visão sobre a forma de dominação econômica globalizada, entendendo que a superação deste problema somente poderá ocorrer com a superação deste modelo econômico.

Neste sentido, a autogestão é também um espaço educativo em relação à conjuntura internacional, tendo em vista que as temáticas internacionais sempre são abordadas nas reuniões e atividades dos movimentos, possibilitando assim, uma reflexão em relação ao modelo de exploração capitalista mundial.

Lutar por moradia de qualidade significa também lutar contra o monopólio internacional do mercado imobiliário, onde o capital transformou a habitação em uma das mais caras mercadorias a serem vendidas e consumidas. A construção cultural do “ideal da casa própria” é um consenso construído a nível internacional, com o apoio estratégico do mercado imobiliário mundial, onde a necessidade primária e básica de morar foi reduzida a um sonho de consumo, na verdade, foi reduzida a um sonho neoliberal, e lutar por autogestão na habitação é também lutar pela superação desta lógica, buscando a construção de uma outra alternativa de sociedade mundial.

CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES E A LUTA POPULAR

2.1 – Déficit habitacional no Brasil no período do governo Lula

Para a realização do debate sobre o déficit habitacional do Brasil, e compreender melhor a questão habitacional, foi utilizado nesta pesquisa dados referente ao período do governo Lula, nos anos 2000, já que a criação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades data deste período histórico, com isto, compreendendo melhor o quadro dos problemas habitacionais no país durante a criação do PMCMV-E.

Debater sobre o déficit habitacional no Brasil é um grande desafio, tendo em vista que buscar acumular dados sobre este tema em um país com as dimensões territoriais como a do Brasil, torna-se uma tarefa que exige grande esforço e estratégia, já que a amplitude da problemática habitacional atinge as diversas regiões do país, monitorar, levantar e acompanhar dados que subsidiem políticas públicas é um elemento que exige um grande esforço por parte das instituições que pesquisam o déficit habitacional.

A distribuição espacial do déficit habitacional acaba gerando um elemento de dificuldade no que se refere a real compreensão deste problema, isto impacta diretamente no dimensionamento das políticas públicas que devem ser adotadas para o combate dos problemas de moradia.

As tentativas de dimensionar o acréscimo necessário ao atual estoque de domicílios com vistas a superar o déficit de habitações têm resultado em números que vão desde 4 milhões até 20 milhões de unidades, conforme a amplitude do critério adotado. Muito mais do que dúvidas sobre a dimensão absoluta do déficit, tal diversidade dificulta enormemente seu monitoramento ao longo do tempo, bem como o mapeamento de sua distribuição espacial. Em consequência, ficam extremamente prejudicados tanto a avaliação da efetividade das políticas públicas voltadas ao combate do problema, como o dimensionamento do mercado para unidades habitacionais no país como um todo e em suas diversas regiões. (GONÇALVES, 1997, p.7)

O Brasil possui um déficit habitacional histórico, existindo há algumas décadas a tentativa de calcular este número por parte do poder público. O Censo de 2000 aponta para esta questão, demonstrando que o problema de moradia não se resume às grandes cidades e centros urbanos, existe também em áreas rurais do país, mostrando assim a complexidade desta questão, já que a mesma ocorre nos mais variados territórios do país.

Com base no Censo de 2000, a necessidade de novas moradias em todo o país é de 6,6 milhões, sendo 5,4 milhões nas áreas urbanas e 1,2 milhão na área rural. Em números absolutos, a maior parte dessa necessidade concentra-se nos Estados do Sudeste (41%) e do Nordeste (32%), regiões que agregam a maioria da população urbana do país, e dispõem da maior parte dos domicílios urbanos duráveis, sendo que 83,2% do deficit habitacional urbano está concentrado nas famílias com renda mensal de até três salários mínimos (US\$260). (BONDUKI, 2008, p.13)

O déficit habitacional atinge com maior intensidade as classes mais empobrecidas da população, as famílias que possuem a menor renda são as mais afetadas pelos problemas habitacionais, sendo esta faixa da população a que mais necessita de uma política habitacional que atenda à sua demanda por moradia de qualidade, já que não possuem possibilidade de adquirir moradia no mercado, devido ao seu poder aquisitivo, necessitando assim, que o Estado intervenha nesta questão.

Mesmo existindo experiências anteriores aos anos 2000 de implementação de políticas públicas habitacionais, estas não deram conta de solucionar esta questão do déficit habitacional para a população mais empobrecida, sendo necessário repensar novas estratégias para superação desta questão.

QUADRO 1: Distribuição do déficit quantitativo por faixa de renda. Zona urbana. Brasil 2000

Faixas de renda	Déficit em milhões de unidades	%
até 3 SM	4.490	83,2%
de 3 a 5 SM	450	8,4%
de 5 a 10 SM	290	5,4%
acima de 10 SM	110	2,0%
Total	5.400	100,0%

Fonte: FJP, 2001- tabela 4.15. Obs: Não inclui o déficit por depreciação⁴

Na década de 90 o déficit habitacional apresentou um crescimento em relação às camadas mais empobrecidas da população, porém, apresentou uma diminuição nos setores da população que possuem uma renda salarial maior, principalmente no governo FHC, demonstrando que o combate ao déficit habitacional da população não era uma preocupação do governo, na verdade, existe um projeto dos governos com o objetivo de incentivar a obtenção de moradias por parte da classe média.

Ao analisar o crescimento do déficit habitacional entre os anos de 1991 e 2000 é possível identificar que as camadas mais empobrecidas da população são as mais afetadas, principalmente na faixa salarial entre 2 a 5 salários mínimos, em contrapartida, na parcela da população que possui a renda salarial acima dos 5 salários mínimos houve uma queda considerável do déficit.

É a população com menor renda salarial que é mais atingida pelas problemáticas relacionadas à moradia, pois, é nela que as expressões da precarização habitacional possuem maior rebatimento, já que é esta parcela da população que é moradora das periferias dos

⁴ Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Fonte de conhecimento e informações para o desenvolvimento do estado e do país, tem como característica a contínua inovação na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais.

centros urbanos e localidades rurais empobrecidas, sendo obrigadas a construir estratégias de superação dos problemas habitacionais sem a participação do Estado.

Quadro 2 - Crescimento do déficit habitacional por faixa de renda. Brasil e Regiões Metropolitanas (1991/2000)

	Brasil	Regiões Metropolitanas
Até 2 SM	40,9%	55,1%
de 2 a 5 SM	5,4%	35,4%
+ 5 SM	-26,5%	-18,2%
Total	19,9%	34,4%

Fonte: FJP, 2001

É importante perceber que a produção do déficit habitacional além de ser um problema histórico, tem como causador também a conjuntura política e econômica, onde esta impacta diretamente esta questão, ampliando e potencializando a problemática. Não é possível afirmar que o aumento do déficit está relacionado somente à ação governamental, porém, as estratégias de governo podem acabar por acentuar este problema.

Seria exagero afirmar que a significativa redução do déficit na faixa superior a 5 SM, no período de 1991/2000, fosse apenas um impacto da ação governamental, uma vez que o desemprego e a queda da renda da população brasileira na década de 90 contribuíram para deslocar o déficit para as faixas de renda mais baixa. Entretanto, a ação habitacional do governo FHC, com certeza, contribuiu para este fenômeno, uma vez que os financiamentos para a obtenção da casa própria se concentraram nas faixas de renda acima de 5 SM. (Bonduki, 2008, p.83)

Outro elemento importante a se levar em consideração em relação às necessidades habitacionais é o chamado déficit qualitativo, ou seja, o déficit habitacional não está relacionado apenas à ausência de acesso à unidade habitacional, vai além, pensar qualitativamente esta questão é fundamental, pois é essencial considerar as condições de infraestrutura do local de moradia da população.

Para realmente se pensar em uma política habitacional de qualidade, torna-se fundamental compreender as precarizações do local de moradias das parcelas mais empobrecidas da população, já que o conceito de habitação requer a qualidade da moradia mas também condições de habitabilidade, entendendo que somente é possível haver uma

moradia digna se as variadas políticas urbanas estiverem articuladas, e a população estiver sendo contempladas por elas.

Outro componente das necessidades habitacionais é o chamado déficit qualitativo formado por moradias que apresentam deficiências no acesso à infraestrutura ou adensamento excessivo. Trata-se de famílias que não necessitam, com prioridade, de uma nova moradia, mas intervenções para condições dignas para sua habitação. É expressiva quantidade de unidades habitacionais com algum tipo de carência, predominando a ausência de infraestrutura. (Bonduki, 2008, p.84)

QUADRO 3 - Déficit qualitativo em áreas urbanas, segundo tipo de inadequação. Brasil e regiões, 2000 (em mil unidades)

Total de domicílios duráveis	Domicílios com deficiências na unidade ou na edificação		Domicílios com deficiências urbanas, sanitárias ou na infraestrutura		
	Domicílios com adensamento excessivo	Inadequação por depreciação	Carência de infraestrutura	Ausência de unidade sanitária em domicílios	Inadequação fundiária
36.646,3	2.025	837	10.261	1.467	1.509
100%	5,5%	2,2%	28,0%	4,0%	4,1%

Fonte: FJP, 2001 - tabelas 4.11, 5.19 e 5.20.

Um elemento importante a ser apontado em relação a este debate são os edifícios urbanos vagos, inúmeros prédios e domicílios estão vagos e abandonados em meio à cidade, esta questão já era algo recorrente nos anos de 1990 e 2000, entendendo que a grande maioria das edificações nas cidades são relativamente novas, datando da década de 1960, desta forma, este número tende a ter um crescimento nas décadas futuras.

Este dado é importante, pois muitas destas edificações encontram-se em áreas centrais e com infraestrutura, isto possibilitaria que estes imóveis vagos fossem requalificados e

utilizados para a construção de moradia popular, já que muitos estão em áreas já urbanizadas, desta forma, o poder público não teria a necessidade de investir recursos para a urbanização, sendo uma excelente e econômica estratégia para combater o déficit habitacional.

Outro aspecto que merece referência neste breve diagnóstico relaciona-se com domicílios urbanos vagos e depreciados. O Censo de 1991 registrou 2,963 milhões de domicílios particulares urbanos (9,36% do estoque total) como sendo vagos. De 1991 a 2000, a porcentagem de domicílios vagos nas áreas urbanas cresceu, passando para 4,580 milhões (10,33%), com crescimento de 37%. Estima-se, ainda, que 836.669 unidades estão depreciadas, revelando o crescimento de um problema habitacional e urbano que é recente e que deverá se agravar nos próximos anos, pois grande parte do estoque de edifícios urbanos no país foi construída a partir da década de 60. (Bonduki, 2008, p.87)

A ociosidade destes imóveis nas áreas urbanas é um elemento para ser questionado, já que uma grande parcela da população não tem acesso à moradia com infraestrutura, sendo estes imóveis abandonados, em sua maioria, existentes em áreas centrais, onde as variadas políticas urbanas já são mais consolidadas.

Os imóveis vagos e depreciados localizam-se em locais urbanizados e servidos de infra-estrutura, em geral nas áreas centrais e consolidadas das maiores cidades revelando a dramaticidade de uma situação de ociosidade num país onde em cada 3,5 domicílios urbanos sofre com a carência de infra-estrutura. (Bonduki, 2008, p.89)

A utilização destes imóveis abandonados para a produção de moradia seria um importante elemento de combate ao déficit habitacional, inclusive, a requalificação destes prédios depreciados em moradia popular é pauta de luta dos movimentos de moradia, os quais reivindicam que se cumpra a função social da propriedade.

QUADRO 4 - Crescimento do estoque total de domicílios e dos domicílios vagos. Brasil, 1991- 2000 (em milhões)

	1991	2000	Crescimento 1991-2000
Total de domicílios urbanos	27,1	37,3	37,6%
Total de domicílios rurais	7,5	7,5	0,0%
Estoque total	34,6	44,8	29,5%
Domicílios urbanos vagos	2,9	4,5	55,2%
Domicílios rurais vagos	1,4	1,5	7,1%
Total de domicílios vagos	4,3	6,0	39,5%

Fonte: IBGE – FJP/CEI, Ministério das Cidades, 2003

A estratégia de utilizar imóveis vagos para dar conta do déficit habitacional de famílias que não possuem acesso ao direito à moradia, é algo muito importante, pois poderia ser um excelente caminho para combater o problema da habitação, e possibilitar que a população pobre tenha acesso a moradia digna. Inclusive, em alguns centros urbanos, o quantitativo de edificações vazias ultrapassa o déficit quantitativo, desta forma, é imprescindível que existam políticas públicas que possibilitem a requalificação destes imóveis abandonados em moradias.

Se, por hipótese, fosse possível utilizar esse número expressivo de imóveis vagos para alojar famílias necessitadas de moradia, seria possível sanar 83% do déficit nacional de unidades urbanas, sendo que em algumas regiões metropolitanas o número de domicílios vagos ultrapassa o déficit quantitativo. (BONDUKI, 2008, P.92)

Outro elemento importante para se pensar em relação ao déficit habitacional, e compreender melhor esta questão, são as problemáticas que envolvem o acesso à terra urbanizada e localizada em áreas centrais. Este é outro elemento que atinge diretamente a população mais empobrecida do país, já que a terra é utilizada como mercadoria pelos setores privados, sendo alvo de especulação imobiliária, o que dificulta o acesso de grande parte da população, já que não possuem renda financeira para acessar a terra.

O acesso ao solo, que no caso brasileiro é precário, acaba fortalecendo a segregação espacial, sendo um elemento que acaba fortalecendo o processo de exclusão social da população de baixa renda, já que o acesso ao solo urbanizado é um importante fator de combate à pobreza e a desigualdade social.

Enquanto abundam unidades habitacionais vagas, a insuficiência de terra urbanizada a preços acessíveis para a população de baixa renda é uma das questões mais importantes para o equacionamento do problema habitacional no Brasil. A inadequação fundiária, atinge cerca de 1,5 milhão de domicílios, dado oficial, que pode ser ainda muito maior, frente ao grande número de assentamentos irregulares existentes nas cidades brasileiras. No Brasil, a polarização social e a segregação espacial fizeram-se sentir fortemente presentes, ao nível do acesso ao solo. A bem da verdade, esse acesso limitado é um dos principais mecanismos de exclusão social das populações de baixa renda. (BONDUKI, 2008, P.87)

O alto valor das terras acaba contribuindo para o processo de periferização da população, levando as famílias que não possuem acúmulo de recurso financeiro a morarem em periferias urbanas, sem acesso à moradia e à terra urbanizada, em localidades distantes dos grandes centros urbanos. Esse processo acaba gerando uma precarização da vida desta população, já que nestes locais, o acesso ao saneamento, ao transporte e às demais políticas urbanas é extremamente insuficiente.

A terra urbanizada, provida de serviços, equipamentos e infraestrutura, tornou-se cada vez mais cara, levando os que não tinham recursos a lugares cada vez mais distantes, precários e perigosos e à ocupação irregular. Este crescente processo

mostra a ausência de uma política fundiária articulada com as políticas habitacional e urbana, nos diferentes níveis de governo no Brasil. (BONDUKI, 2008, P.88)

É de grande necessidade que sejam pensadas políticas fundiárias articuladas às políticas habitacionais, tendo como foco possibilitar que a população empobrecida tenha acesso a terra urbanizada, em conjunto com o acesso à moradia de qualidade.

No quadro abaixo, no ano de 2000, é possível identificar que o acesso à terra com condições de habitabilidade é algo que ocorre de forma precária em inúmeros municípios, sendo uma questão que atravessa as cidades pequenas e também as grandes metrópoles, tendo impacto também em áreas rurais. A autoconstrução de moradia em áreas de risco e localidades precárias é uma realidade da classe trabalhadora que possui os menores salários, já que os segmentos populares tem como necessidade construir estratégias de superação do déficit habitacional, já que isto ocorre devido à ausência de políticas públicas eficientes com o objetivo de intervir com eficácia nas demandas urbanas, por este motivo, a população tem por necessidade pensar em formas de superar da precarização dos locais de moradia, sendo a autoconstrução um meio para isso.

QUADRO 5 - Percentual de municípios com assentamentos irregulares e em áreas de risco, segundo faixa de população. Brasil, 2000 (em%)

População (em mil habitantes)	Municípios que possuem favelas e assentamentos precários	Municípios que possuem moradia em área de risco	Municípios que possuem loteamentos irregulares
Até 20	19,5	20,5	26,5
De 20 a 100	43,8	45,9	59,8
De 100 a 500	79,8	77,7	88,1
Mais de 500	96,7	87,1	87,1
Média Brasil	27,6	28,7	43,9

Fonte: SNIU in Ministério das Cidades. Relatório BIRD. Segunda versão - 25/4/2003.

Nos anos 2000, período do governo Lula, houve significativos avanços em relação à política habitacional, já que há décadas, desde a extinção do BNH⁵, não existia uma política de habitação que se articulasse com instituições públicas e com a sociedade civil para o enfrentamento desta questão, sendo no referido governo que ocorreu a construção de alguns instrumentos e elementos com o objetivo de dar conta do cenário das políticas urbanas.

O Ministério das Cidades é fundado em 2003, e é uma instituição histórica no que se refere às políticas urbanas, já que realiza o esforço de articulação intersetorial entre as mais variadas políticas urbanas, na tentativa de superar a fragmentação histórica das ações em relação às intervenções nas cidades, onde saneamento, mobilidade, habitação e etc., fossem estrategicamente tratados em conjunto no que se refere à intervenção urbana.

⁵ A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 tem como objetivo a construção de moradias, predominando os conjuntos habitacionais, e também financiar a casa própria para determinados segmentos da população.

O Presidente, em um dos seus primeiros atos, criou o Ministério das Cidades, englobando, como propunha o Projeto Moradia, as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial e indicou para os principais cargos técnicos experientes e comprometidos com todo o processo de elaboração de propostas alternativas e com o ideário da Reforma Urbana. Malgrado a ainda frágil e pequena estrutura organizacional do novo Ministério, sua criação é histórica não só porque ele é o mais importante órgão nacional responsável pelo problema da moradia desde a extinção do BNH, como porque sua concepção, que pressupõe um tratamento integrado da questão urbana, representa um avanço em relação à tradicional fragmentação que tem sido regra na gestão pública. (Bonduki, 2008, p.96)

O ministério das cidades teve também a importância de articular diversas instituições públicas e privadas com o objetivo de intervir na política urbana. Além desta articulação institucional, o ministério possibilitou também uma aproximação dos movimentos sociais com para o debate em relação às políticas urbanas, já que institucionalizou alguns espaços de participação popular como o conselho nacional das cidades⁶ e a conferência das cidades⁷.

O Ministério das Cidades foi criado com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade, ocupando um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas. Coube-lhe, ainda, a incumbência de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades. (Bonduki, 2008, p.99)

Porém, apesar do avanço que significou a criação do ministério das cidades, a fragilidade institucional das variadas instituições que estavam articuladas em torno da política habitacional, tornou as ações deste órgão ministerial frágeis, já que a burocracia institucional acabava sendo um elemento dificultador para a implementação das políticas públicas voltadas para a área urbana.

Apesar do avanço que representou a criação do ministério, é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, a enorme capilaridade e poder da Caixa, presente em todos os municípios do país, acaba fazendo que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos seja sua responsabilidade. (Bonduki, 2008, p.99)

Mesmo com a criação do Ministério das Cidades no Governo Lula, o combate ao déficit habitacional foi uma tarefa hercúlea, já que enfrentar esta problemática é enfrentar uma questão histórica, que vem se ampliando durante décadas, sendo um desafio de grandes proporções construir estratégias e políticas urbanas que consigam dar conta do cenário de precarização urbana.

⁶ O **Conselho Nacional de Cidades - Concidades** é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura básica do Ministério das Cidades. O Conselho foi instituído em 2004, em convergência com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, não está em atividade durante o governo Bolsonaro.

⁷ A Conferência das Cidades é um fórum de discussão concentrado em assuntos relevantes ao desenvolvimento urbano ordenado, porém, não está em atividade durante o governo Bolsonaro.

2.2 – O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

Em 2008, no governo Lula, mais precisamente no segundo semestre do referido ano, ocorreram inúmeras mudanças na economia brasileira, tendo como motivo de tais acontecimentos uma crise que se instalou a nível mundial, podemos compreender melhor este debate lendo Cardoso “Contudo, em 2008, a crise econômica internacional influenciou nas decisões políticas e fez com que o governo instituisse o Programa Minha Casa Minha Vida” (CARDOSO, 2011, p. 02). Neste período, o governo buscou enfrentar a crise adotando políticas que tinham como objetivo a manutenção de crédito e investimentos públicos voltados para a área de infraestrutura, elencada a todas estas medidas foi construído por parte do governo condições que facilitassem o investimento na área de habitação.

O governo tinha como objetivo ampliar o mercado habitacional para atender famílias com renda até 10 salários mínimos (SM), com isso, em 2009, é anunciado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), onde foi estabelecido um teto de subsídio direto, proporcional à renda familiar dos beneficiários do programa, ou seja, quanto menor o salário maior o subsídio do governo, porém, apesar de ser um programa que vislumbra a construção de moradias para sanar o déficit habitacional⁸, tem como objetivo principal impactar a economia através do incentivo a indústria da construção para a superação da crise (CARDOSO, 2013).

O Programa Minha Casa Minha Vida surge mais como uma política econômica do que propriamente uma política social, potencializando na produção de moradia o sentido mercadológico, o que acaba gerando grande autonomia do mercado em relação a este programa habitacional.

Seguindo esta lógica de mercado, as empresas indicam, majoritariamente, as terras mais distantes para serem destinadas à construção de habitação para faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos, principalmente por conta do valor do solo urbano nestas áreas ser mais baixo. (CARDOSO, 2013, p.144)

De acordo com Cardoso é possível compreender como tem sido planejada a construção dos prédios do Programa Minha Casa Minha Vida, a iniciativa privada vasculha a cidade procurando por terras que possuam os menores valores, tendo como objetivo, maximizar os lucros empresariais de suas empreitadas, desta forma, a produção das moradias é realizada levando em consideração o custo das terras, onde o mercado apropria-se do solo em regiões periféricas, buscando sempre o valor mais baixo (CARDOSO, 2013). Com isso, as famílias contempladas pelo programa, que não fazem parte das decisões em relação à escolha do solo onde serão construídas suas futuras moradias, possuem a obrigatoriedade de se submeterem a morar nas terras que foram escolhidas pelas construtoras. Este processo se dá com maior intensidade junto às famílias de baixa renda, cuja faixa salarial varia de 0 a 3 salários mínimos, as quais amargam não possuem autonomia sobre o local onde serão construídos os empreendimentos do programa e onde futuramente irão fixar residência (CARDOSO, 2013).

O PMCMV concentrou esforços no setor da construção civil e infraestrutura. Pois o governo Lula compreendia que este setor apresentava relevante papel tanto na geração de emprego, quanto no comportamento do PIB. Para exemplificar essa importância, em julho de 2009, o setor foi responsável pela criação de 32.100 postos de trabalho; sendo que em agosto

⁸ O Déficit Habitacional é o quantitativo de famílias em condições de moradia inadequadas.

do mesmo ano, mais 45 mil empregos foram criados, sendo um número recorde de contratação do setor, mantendo um forte ritmo nos meses seguintes Moradia (BALBIM e KRAUSE, 2010). Como afirma MARICATO (2009), estimular este setor da economia cria demandas tanto “para trás” (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia, etc) como “para frente” (eletrodomésticos, mobiliários), gerando, desta forma, significativo crescimento na oferta de empregos.

Apesar de o cenário econômico ter apresentado melhoras, de um modo geral, internamente, as medidas realizadas pelo Governo para o enfrentamento da crise também apresentaram efeitos no PIB, que em comparação com o quarto trimestre de 2008, cresceu 4,3% no mesmo trimestre de 2009 (BALBIM e KRAUSE, 2010). Enfim, somando a crise internacional que passou a ter influencia na conjuntura econômica do país, é necessário considerar à decisão do Governo em combatê-la, tendo como setor privilegiado a construção civil, com isto, ocorre à atmosfera perfeita para impulsionar a constituição do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A tabela a seguir apresenta os recursos e suas fontes previstos no Programa (em bilhões):

Quadro 6 - Recursos e Fontes do PMCMV

PROGRAMA	UNIÃO	FGTS	TOTAL
Subsídio para moradia	16,0	-	16,0
Subsídio em financiamentos do FGTS	2,5	7,5	10,0
Fundo Garantidor do FGTS	2*	-	2,0

PROGRAMA	UNIÃO	FGTS	TOTAL
Financiamento à Infraestrutura	5,0	-	5,0
PROGRAMA	UNIÃO	BNDS	TOTAL
Financiamento à Cadeia Produtiva	-	1,0	1,0
			TOTAL 34 Bilhões

Fonte: BONDUKI, 2009, p.14.* 1 bilhão para refinanciamento de prestações; 1 bilhão para seguro em financiamentos do FGTS.

O PMCMV apresenta a seguinte classificação de subsídios:

1) Famílias com renda até 3 salários mínimos (S.M.): subsídio máximo (ou seja, a maior possibilidade de auxílio fornecida pelo programa com recursos do próprio orçamento), com isenção do seguro, além de pagamento de prestações mensais limitadas a 10% da renda por um período de dez anos (120 meses); (BONDUKI, 2009, p.22.)

a) Para os municípios acima de 50 mil habitantes o Programa previa a construção ou requalificação de empreendimentos por meio das empresas do setor da construção civil, preferencialmente em parceria com o poder público local, que entrava com a contrapartida do terreno, infraestrutura ou recursos financeiros. Os projetos eram apresentados pelas empresas do setor da construção civil junto ao agente financeiro, que aprovavam a obra observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades, tais como especificação mínima de unidades e valor máximo de aquisição da unidade habitacional. Este grupo concentra recursos não onerosos do OGU na ordem de R\$ 14 bilhões. (BONDUKI, 2009, p.22.)

b) Já para os municípios até 50 mil habitantes, o Programa subsidiou a produção de novas habitações em parceria com estados e municípios. Dá-se pela oferta pública de R\$ 1 bilhão de recursos do OGU, através de agentes financeiros pertencentes ao Sistema Financeiro Habitacional (SNH) interessados em promover a execução dos projetos. (BONDUKI, 2009, p.22.)

c) É possível também o atendimento às famílias com participação de entidades sem fins lucrativos, como exemplo as cooperativas. Previa a produção e a aquisição de habitações de acordo com os moldes dos municípios de até 50 mil habitantes, exceto pelo fato de que a organização da demanda é feita pela própria entidade. Previa R\$ 500 milhões de recursos do OGU. (BONDUKI, 2009, p.22.)

d) Por fim, havia o atendimento aos agricultores e trabalhadores rurais pertencentes a esta faixa de renda. Era possível a aquisição ou produção de moradias e, ainda, a reforma para famílias com renda superior. São utilizados recursos do FGTS e R\$ 500 milhões do OGU. (BONDUKI, 2009, p.22.)

Os movimentos sociais de luta por moradia iniciaram uma disputa para que a gestão do programa levasse em consideração a participação popular, onde as famílias beneficiárias tivessem o direito a participar das variadas etapas da obra. Essa agenda de propostas foi levada às ruas pelos movimentos sociais no ano de 2008, já que neste mesmo ano o governo Lula lançou um pacote habitacional com previsão para a construção de 1 milhão de casas pelo PMCMV, com isto, variadas manifestações e ocupações ocorreram por diversos estados. Essas ações resultaram na criação do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, modalidade voltada à provisão habitacional através de autogestão (LAGO, 2012).

Dessas mobilizações foram reabertos alguns canais de negociação, que culminaram em uma audiência com o Presidente da República e outra com a então ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, onde os movimentos reivindicavam que parte das 1 milhão de casas fossem construídas por autogestão. Desse processo de negociação surgiu o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E).

O MCMV-Entidades (MCMV-E), que possuía a lógica de beneficiar e contemplar famílias com renda de até R\$ 1.600, focado em intervir em áreas urbanas, utilizando-se de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Entendendo que as famílias são representadas por entidades organizadoras sem fins lucrativos, sendo inseridas no referido programa através desta entidade, o que é diferente da modalidade convencional do Programa Minha Casa Minha Vida. (BALBIM e KRAUSE, 2010)

Por meio da inserção no MCMV-E, em tese, é possível às famílias a participação e um mais intenso controle sobre a gestão da obra, tanto referente às fases de produção, como também, da etapa pós-morar nos empreendimentos construídos. O MCMV-E pode ser considerado e enquadra-se no que é denominado Produção Social da Moradia (Balbim e Krause, 2010). Desta forma é possível compreender que o FDS é um aporte do Orçamento

Geral da União (OGU), possibilitando subsidiar a produção de unidades habitacionais e, portanto, reduzir as prestações pagas pelos beneficiários. (BALBIM E KRAUSE, 2010)

Porém, o PMCMV-E é muito residual, tendo poucas experiências por todo o Brasil. Essa pequena dimensão se dá devido ao escasso recurso destinado a esta modalidade do programa, conforme explicita Lago “é significativo o pequeno peso dos programas autogestionários no volume de recursos destinados”. (LAGO, 2012, p. 27)

Portanto, tendo em vista o debate sobre a superação da lógica capitalista da produção habitacional pela autogestão, torna-se necessário debater sobre esse processo, levando em consideração experiências de organização popular que tenham como bandeira a autogestão habitacional. Com isso, a partir da minha experiência realizando assessoria técnica do trabalho social junto à União Por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ), terei a possibilidade de construir a pesquisa sobre esta temática, tendo em vista a experiência que obtive em relação a este debate trabalhando em parceria com o movimento.

A UMP-RJ é um movimento social que possui como filiados vários grupos de luta por moradia no estado do Rio de Janeiro, e em contrapartida, é filiada à União Nacional por Moradia popular (UNMP)⁹, que é a entidade nacional do movimento. A UMP-RJ possui como área de atuação várias regiões do estado do Rio de Janeiro, porém, esta pesquisa irá se restringir a debater um grupo em específico desta organização, neste caso, a Cooperativa Habitacional Esperança, que fica situada na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A Cooperativa Habitacional Esperança iniciou a sua formação no ano 2000, onde um grupo de famílias oriundas da região de Jacarepaguá começou a se organizar com o objetivo de lutar por moradia popular, também neste ano, o grupo se filiou a UMP-RJ.

Após anos de luta, em 2007, o grupo conseguiu conquistar o financiamento para a produção de moradia via o extinto programa Crédito Solidário, esse programa permitia que as famílias organizadas por uma cooperativa, associação ou entidade privada sem fins lucrativos, utilizassem o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para compra ou reforma da casa própria, porém, este programa foi cancelado em 2009, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, devido esta problemática, as famílias que estavam financiadas pelo programa Crédito Solidário migraram para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em 2011. Lembrando que a instituição que administra os recursos do PMCMV-E é a Caixa Econômica Federal.

Porém, nesse intervalo de transição do Crédito Solidário para o PMCMV-E, mesmo a cooperativa tendo conquistado através da luta política os recursos para a produção das unidades habitacionais, ainda havia uma questão que impedia as famílias de avançarem na construção das moradias: o grupo não possuía terreno para construir. Tendo em vista esta questão, as famílias iniciaram uma campanha de luta para que a prefeitura do Rio de Janeiro liberasse terra urbanizada do patrimônio público para a construção das moradias. Esse processo de luta por terra durou por três anos.

⁹ A UNMP iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05). Com esta tarefa, os movimentos de moradia do Estado do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, iniciam com objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia para lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e por autogestão habitacional.

Em 2010 as famílias da cooperativa conquistaram a terra para iniciarem a construção do empreendimento, esta conquista ocorreu através de articulação e luta política junto a Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, na Gestão do Secretário Jorge Bittar.

Após a conquista da terra em 2010, um ano depois, em 2011, as famílias migraram do Crédito Solidário para o PMCMV-E, como já mencionado anteriormente, com isso, o grupo

Estava habilitado para iniciar o processo de construção das moradias, sendo assim, a partir do recurso público conquistado pela cooperativa via o PMCMV-E, contrataram a Fundação Bento Rubião¹⁰ para realizar a assessoria técnica do projeto, onde profissionais habilitados para realizar projetos de produção de moradia autogestionária foram disponibilizados para assessorar o grupo, esta equipe profissional era composta por Assistente Social, Arquiteto e agente comunitário.

Desta forma, a partir da articulação entre a assessoria técnica e o movimento social, foi elaborado um projeto arquitetônico que possuía como planejamento a construção de 70 unidades habitacionais. Toda a fase de planejamento técnico para a elaboração do projeto arquitetônico contou com participação das famílias integrantes da cooperativa, onde puderam opinar e intervir de forma autogestionária em relação ao desenho técnico.

Após isso, com o projeto, recurso público e terra à disposição, a Cooperativa Habitacional Esperança iniciou o processo de construção das moradias, onde os futuros moradores se organizaram em mutirão para a construção física das unidades habitacionais, tendo grande protagonismo na condução do projeto, já que todas as fases da obra tiveram participação das famílias, desde o projeto de arquitetura até a construção física dos imóveis.

Em 2014, com a finalização da construção das moradias, as famílias integrantes da entidade são contempladas com as suas moradias, através de uma cerimônia que ocorreu em conjunto com a Caixa Econômica Federal, finalizando assim, todo o processo de luta e construção autogestionária na Cooperativa Habitacional Esperança.

O Programa Crédito Solidário foi o primeiro programa habitacional criado pela gestão do Presidente Lula. Até o MCMV, o Ministério das Cidades aprimorou os demais programas já existentes como o Programa de Subsídio Habitacional e a utilização de recursos do FGTS, com uma importante inovação, as Operações Coletivas, instrumento conhecido como resolução 46020, criado para conceder subsídios habitacionais junto com financiamento, através da utilização de recursos do patrimônio líquido do Fundo. (LAGO, 2012, p.26)

É importante salientar que o Programa Crédito Solidário foi o primeiro programa com objetivo de atender demandas autogestionárias dos movimentos sociais, já que estes reivindicavam a produção de moradia a partir da autogestão, o qual foi criado e gerido durante o primeiro mandato do presidente Lula. Tendo como importante inovação a utilização de recursos do FGTS para o financiamento de moradias, junto também com o subsídio habitacional, onde o fundo público arcava com uma determinada quantia de valor relacionado à produção das unidades habitacionais.

Nesse sentido, houve grande expectativa sobre o PCS¹¹ e sua capacidade de levar financiamento habitacional diferenciado em relação às opções existentes até então no FGTS e ao baixo valor dos programas subsidiados existentes. Podemos dizer que

¹⁰ A Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião foi criada em 1986, por uma equipe que já desenvolvia um trabalho de fortalecimento comunitário e regularização fundiária na Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

¹¹ Programa Crédito Solidário

o PCS teve uma “curva de aprendizagem”, onde levou algum tempo tanto para as entidades se apropriarem do programa, como de adaptação do Programa e de seus agentes públicos na sua efetivação. (LAGO, 2012, p.26)

O Programa Crédito Solidário e a nova forma de financiar e subsidiar moradias gerou uma grande expectativa para os movimentos sociais, já que estes seriam contemplados pelo financiamento público, e, além disto, a produção das moradias ocorreria a partir da autogestão, porém, a adaptação ao programa e a apropriação do mesmo acabou sendo algo que demandou um dado percentual de tempo, já que os movimentos sociais e os agentes públicos responsáveis pela efetivação deste programa, tiveram a necessidade de se apropriarem de todas as etapas de implementação, compreendendo as dimensões técnicas e políticas de todo o processo. Portanto, a compreensão, aprendizagem e apropriação do programa crédito solidário foi um grande desafio para os agentes envolvidos no processo.

O Plano Nacional de Habitação – PLANHAB, elaborado entre 2007 e 2009, reconheceu o papel das associações cooperativas e definiu entre suas diretrizes o estímulo à autogestão e à formação de cooperativas para a produção habitacional, garantindo-se a assistência técnica. (LAGO, 2012, p.27)

O Plano Nacional de habitação¹² contribuiu para a o reconhecimento e a legitimação das cooperativas, possibilitando assim que os movimentos sociais se organizassem em cooperativas habitacionais, desta forma, as famílias integrantes destes coletivos, tiveram a possibilidade de pôr em prática a produção autogestionária das moradias, já que esta prática foi definida como uma das diretrizes do plano, através do PMCMV-E

No entanto, a participação da autogestão na política habitacional continuou residual. Apesar de não ser o único fator a ser analisado, é significativo o pequeno peso dos programas autogestionários no volume de recursos destinados e, em consequência, no número de unidades produzidas. Além disso, poucas ações para fortalecer a capacidade de gestão das associações e cooperativas foram realizadas, tornando o processo muito mais efetivo pela iniciativa das entidades do que de uma política efetiva para o setor. (LAGO, 2012, p.27)

A autogestão como prática associativista e de produção de moradia foi muito residual dentro da política de habitação, sendo os recursos utilizados pra dar conta de poucos empreendimentos e projetos, desta forma, os programas autogestionários tiveram um pequeno peso em relação ao montante de recursos destinados para a produção habitacional, tendo desta forma, pouca produção de unidades habitacionais dentro desta modalidade (LAGO 2012).

Outra questão relacionada a este tipo de programa, foi o fato de se ter utilizado poucos instrumentos para o fortalecimentos das associações e cooperativas, onde as entidades acabavam por se tornar o elemento impulsionador para que o programa se efetivasse, desta forma, acabava que a implementação se efetivava mais pela pressão, luta e iniciativa dos movimentos, do que necessariamente uma política efetiva para o setor.

A luta dos movimentos sociais organizados, na área da moradia, foi um elemento essencial para que, mesmo de forma residual, algumas experiências autogestionárias ocorressem, já que foi a partir de pressão popular que houve a conquista de projetos de moradia popular a partir da autogestão habitacional.

¹² O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) é uma das ferramentas para garantir a PNH (Política Nacional de Habitação). Ele traça estratégias de curto e longo prazo até 2023 e uma das suas principais ações é o programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009 pelo governo federal.

Vemos assim que, somadas as modalidades urbana e rural (PNHR¹³), as entidades responderam por cerca de 3% das unidades contratadas no MCMV 1. Ainda assim, no final de 2011, decorrentes de denúncias feitas em outras áreas do governo, iniciou-se um questionamento sobre os repasses de recursos públicos para entidades sem fins lucrativos. O governo reagiu suspendendo o repasse dos recursos e realizando verificações nos projetos contratados. (LAGO, 2012, p.29)

Um outro elemento importante na análise dos programas autogestionários no governo Lula, além do valor residual em relação à quantia de recursos para a produção das moradias e a inexistência de incentivo para as cooperativas habitacionais, também ocorreu em alguns momentos a suspensão dos recursos para a construção dos projetos, decorrente de denúncias feitas em outras áreas do governo, gerando assim, questionamentos sobre o repasse de recursos públicos para entidades da luta popular.

Após um período de tempo os recursos foram retomados: “Ao final do período de suspensão, todos os empreendimentos do MCMVE e do PNHR foram aprovados e retomados, mas restou claro a fragilidade do tema dentro da política habitacional.” (LAGO, 2012, p.29).

Esta interrupção do programa demonstrou quanto o tema relacionado à autogestão habitacional foi frágil dentro da política habitacional, já que esta não priorizava a produção habitacional a partir da iniciativa popular e autogestionária, ao contrário, a lógica dos programas habitacionais historicamente priorizaram a produção de moradia via iniciativa privada.

Com essa equação, adotou-se um subsídio parcial bastante significativo, como princípio do atendimento às necessidades habitacionais das famílias de mais baixa renda. Essa sempre fez parte da agenda dos movimentos de moradia, que entendem que o valor de financiamento não deve estar atrelado à capacidade de pagamento, mas à necessidade habitacional. (LAGO, 2012, p.31)

Um elemento importante trazido pelo PMCMV-E¹⁴ foi a adoção de um subsídio parcial de valor considerável no financiamento da construção das unidades habitacionais, atendendo assim uma demanda recorrente dos movimentos de luta por moradia, onde o acesso a moradias deve ser condicionado à necessidade que os indivíduos possuem da mesma, e não relacionados aos salários.

As diferenças mais marcantes entre os Programas Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida Entidades estão na forma de financiamento de cada um deles. Apesar de ambos estarem abrigados no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), a origem de seus recursos e a forma de concessão de financiamento são totalmente distintos. O PCS tem como recurso os próprios depósitos do FDS e o MCMV-E é baseado em recursos do Orçamento Geral da União repassados ao FDS, através da lei 11.977/2009 (LAGO, 2012, p.30)

É importante ponderar que uma das principais diferenças entre o Programa Crédito Solidário e o Programa Minha Casa minha Vida Entidades está na forma de financiamento, tendo o PCS recurso específico, de um fundo específico, porém atrelado ao Fundo de Desenvolvimento Social, já o MCMV-E possui a origem dos recursos no Orçamento Geral da União, o qual também passa pelo fundo de desenvolvimento social.

No PCS 1 havia alguns encargos a serem pagos durante a obra, como a atualização monetária do financiamento e o seguro, o que resultou em desequilíbrio financeiro

¹³ PNHR (Plano Nacional de Habitação Rural)

¹⁴ PMCMV-E (Programa Minha Casa Minha Vida –Entidades)

em diversas obras, já que as famílias encontraram dificuldades em arcar com tais pagamentos, especialmente os idosos que tinham prêmio de seguro com valores às vezes maiores que a própria prestação da moradia. Esse tema foi alvo de muitas reivindicações dos diversos movimentos. (LAGO, 2012, p.30)

O Programa Crédito Solidário se inviabilizou pelo excesso de encargo que possuía, os quais acabavam gerando um sobre custo junto ao financiamento das moradias, inviabilizando muitas vezes que as famílias dos movimentos sociais, que eram contempladas por esses financiamentos, tivessem dificuldades em arcar com o pagamento do financiamento, desta forma, os movimentos sociais iniciaram algumas críticas ao programa, questionando estas questões junto aos agentes governamentais responsáveis pela política habitacional.

Outra inovação trazida pelo MCMV que já havia sido alvo de inúmeras propostas apresentadas pelos movimentos foi a exclusão da análise cadastral dos beneficiários. Inúmeras famílias não podiam ser atendidas no PCS por ter seu nome inscrito no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) ou no SERASA. (LAGO, 2012, p.31)

Após inúmeras propostas apresentadas pelos movimentos de luta por moradia, para que fosse excluído a análise cadastral dos beneficiários dos programas habitacionais, por este motivo, o Programa Minha Casa minha Vida Entidades vem com esta inovação, onde os contemplados pelo financiamento não passavam pela análise no sistema de proteção de crédito, facilitando assim, a inserção das famílias beneficiárias no programa, já que na visão dos movimentos sociais, moradia é um direito, desta forma, não pode estar atrelada ao SPC ou SERASA, o acesso à moradia deve ser universal.

No entanto, no entendimento de parte dos movimentos de moradia, este modelo de financiamento ainda não atende a uma verdadeira política autogestionária, pois os financiamentos são individuais, fazendo do empreendimento uma soma de financiamentos. A proposta defendida é que o financiamento deve ser coletivo, ao grupo como um todo, podendo ou não ser individualizado ao final do processo. (LAGO, 2012, p.32)

Outra questão muito levantada pelos movimentos sociais é o fato de o financiamento dentro do Programa Minha casa minha vida ser individual, ou seja, a soma dos financiamentos individuais acaba por gerar o financiamento de todo o empreendimento, porém, a proposta dos movimentos sociais era que o financiamento fosse de natureza coletiva, equivalente ao grupo como todo e não particularizado e individualizado.

Os movimentos sociais alegavam que esta forma de financiamento particularizado e individualizado acabava não atendendo ao modelo auto gestor de produção de moradia, já que os recursos não eram disponibilizados de forma coletiva, e sim individual por núcleo familiar.

O componente fundiário do Programa Minha casa Minha Vida tem sido um dos mais questionados por entidades do movimento social, ONG's e estudos acadêmicos. Em manifesto lançado logo após o Programa, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (LAGO, 2012, p.32)

A questão fundiária é um elemento central no debate do programa minha casa minha vida entidades, pois, para que realmente haja construção de unidades habitacionais, a questão da terra é algo central. Porém, o alto custo das terras e a ineficiência do programa minha casa minha vida em dar conta desta demanda, acabou gerando inúmeras questões em relação a este debate, com isto, os movimentos sociais realizaram inúmeras críticas ao programa.

Com o valor da terra “embutido” no valor da unidade, vale a lógica do terreno mais barato, pois quanto menos se gastar na terra, mais sobrar para a construção da unidade. Isso tem levado as entidades a ficarem com os terrenos que sobram no mercado, especialmente no atual período de boom imobiliário provocado pelo PMCMV. (LAGO, 2012, p.33)

Uma das falhas em relação à terra, no que diz respeito ao programa minha casa minha vida entidades, é o fato do valor disponível para o terreno estar inserido no valor geral do financiamento, isso acaba diminuindo as possibilidades de compra do mesmo, com isto, as entidades ficam reféns da lógica dos terrenos mais baratos, o que acaba inviabilizando o sentido da terra como um direito, transformando a mesma em uma mercadoria.

Sem capital, nem suporte institucional, as entidades peregrinam por imobiliárias e proprietários de terra até conseguirem um terreno que tenha viabilidade técnica, preço acessível e a disponibilidade de ser adquirido após todo o desenvolvimento do projeto, aprovações nos órgãos de licenciamento e enquadramento nas regras dos programas. (LAGO, 2012, p.33)

Os movimentos sociais sem terem o devido suporte das entidades institucionais e governamentais, acabam tendo que acessar as terras necessárias aos projetos junto do mercado, rastreando assim, por todo o tecido urbano, os terrenos com menor custo financeiro e que atendam às condicionalidades do programa, tornando-se um desafio para as entidades, já que a responsabilidade de se conquistar as terras acaba se tornando uma prerrogativa dos movimentos, e não uma dimensão da política habitacional.

2.3 – Os movimentos sociais e a luta por moradia (UNMP)

É importante debater o papel dos movimentos sociais na luta por moradia, entendendo que o processo de construção autogestionária de moradia é uma pauta de luta de movimentos populares organizados, no campo de disputa das políticas urbanas, tendo como reivindicação a moradia digna.

As questões relacionadas ao problema de moradia são longamente conhecidas, historicamente a parcela mais empobrecida da população é atravessada por esta questão, onde a precarização das mais variadas políticas urbanas tem maior intensidade. É na população mais empobrecida que os problemas relacionados à saneamento, transporte, moradia e etc.. tem mais impacto.

Em relação ao Brasil, estas demandas de precarização urbana, dentre ela a questão da moradia, ocorre por inúmeros processos que acontecem na história, tanto no que se relaciona à história brasileira como também questões relacionadas à história internacional, podemos utilizar como exemplo a expansão e o avanço do capitalismo no mundo. Porém, mesmo compreendendo que inúmeras problemáticas urbanas que atingem a população, a moradia se torna uma questão central deste debate, já que para se viver nesta cidade é imprescindível que a classe trabalhadora tenha acesso a moradia, a não existência deste acesso acaba gerando uma grande precarização da vida da classe trabalhadora.

O problema da falta de moradia digna para a população de baixa renda é conhecido por todos: problema social histórico, experimentado, no caso brasileiro, sobretudo a partir do século XIX, com a promulgação da lei de terras, a abolição da escravatura, a política de imigração e o crescimento das cidades. O desenvolvimento capitalista no mundo e no Brasil e sua consequente urbanização colocarão o problema

habitacional no centro da questão urbana, sobretudo a partir do século XX; no Brasil, a partir da década de 30. (LAGO, 2012, p.116)

Os movimentos sociais que atuam na luta por políticas urbanas possuem uma longa trajetória histórica no Brasil, trajetória esta que acompanha o processo de urbanização das cidades brasileiras, onde os movimentos populares urbanos travaram importantes disputas pela melhoria da qualidade urbana, porém, a partir da década de 60 é que estes segmentos da luta popular iniciam um processo de resistência e luta pela reforma urbana, questionando e debatendo o modelo de desenvolvimento das cidades, criticando como este modelo urbano de cidade acaba impactando negativamente a população através de mazelas e desigualdade. Neste debate sobre a reforma urbana eram questionados a apropriação do solo por setores imobiliários, assim como investimentos públicos em setores privados da economia, tendo como questão central os debates que giravam em torno da especulação imobiliária.

Os movimentos de reforma urbana também realizaram inúmeras lutas por uma política de habitação, tendo como pauta a concepção política de que moradia é um direito, e este deve ser acessado por toda a população, combatendo a lógica da moradia enquanto uma mercadoria a ser acessada via mercado imobiliário.

Os movimentos sociais urbanos no Brasil têm uma longa história, que acompanha o processo de urbanização brasileiro, a partir da década de 60, quando atuaram no debate sobre uma reforma urbana que revertere a lógica de apropriação do solo urbano baseada na especulação imobiliária e na apropriação privada dos investimentos públicos sobre a cidade e que implementasse uma política de habitação popular. (LAGO, 2012, p.117)

Os movimentos de reforma urbana atuaram no campo político da luta e da resistência em inúmeras pautas, atuando não só nos processos de luta popular relacionado ao urbano, mas também compondo outros inúmeros espaços de resistência popular, articulando o debate sobre a reforma urbana à conjuntura política e histórica da sociedade, como exemplo temos o protagonismo destes movimentos na atuação pelo fim da ditadura e pela redemocratização do Estado brasileiro.

Na década de 70, atuaram centralmente pelo fim da ditadura e de suas políticas anti-sociais; na de 80, pela redemocratização do Estado brasileiro; e, na de 90 aos dias de hoje, pela participação nos processos decisórios sobre as políticas públicas, pela construção de políticas e programas que garantam o acesso universal à moradia e aos serviços públicos urbanos, à educação e saúde de qualidade. Assim, à luta pela redemocratização, sucedeu-se a luta por políticas sociais que garantissem os direitos básicos fundamentais da pessoa humana. (LAGO, 2012, p.117)

Os movimentos construíram inúmeras estratégias em torno do debate sobre a participação democrática nas políticas urbanas, entendendo que o envolvimento coletivo nas tomadas de decisão em relação à gestão das cidades é essencial, já que para pensar o urbano é necessário que ocorra a partir de quem vive nestes espaços da cidade, ou seja, planejar a cidade com a participação coletiva da população que mora nela é essencial.

Estes movimentos também fortaleceram a luta pela efetivação e cumprimento da função social da propriedade e da cidade, buscando construir estratégias que superassem o modelo de cidade mercadológico, tendo como concepção de que a terra urbana deve ter uma função social, não sendo uma mercadoria para ser comercializada, ao contrário, a luta dos movimentos urbanos compreendem a terra como um direito social.

Este processo de luta realizado pelos movimentos, acaba tendo como objetivo a superação deste modelo de cidade estabelecido, mas não só, vai além, busca construir também alternativas populares e coletivas de superação desta sociedade, na busca por um outro projeto político de poder, baseado nos princípios de solidariedade e participação social.

Na política urbana, os movimentos sociais focaram na luta pelo cumprimento dos princípios da função social da propriedade e da cidade presentes na Constituição Federal de 1988 e pela participação social na gestão democrática das cidades. Importa perceber, neste processo, como esses movimentos vêm avançando na luta por uma política de habitação popular no Brasil e, principalmente, experimentando processos que caminhem em direção a um projeto coletivo alternativo de sociedade, baseado na autogestão e nos princípios da solidariedade, democracia e justiça social. (LAGO, 2012, p.118)

Apesar da capacidade de organização dos movimentos urbanos ligados à reforma urbana, foi necessária a articulação com outros segmentos e atores da sociedade, buscando o fortalecimento da organização. A igreja católica e técnicos progressistas assessoravam estes movimentos, instrumentalizando os mesmos com o objetivo de fortalecer as estratégias de resistência e de luta.

As ocupações coletivas na década de 80, apoiadas pela Igreja e técnicos progressistas, como a principal estratégia utilizada pelos movimentos para negociar com o Estado em diferentes regiões do país, na luta pela moradia, funcionando como instrumento de pressão junto aos governos municipais e estaduais para a desapropriação da terra e o acesso ao financiamento para produção de moradias em mutirão. (MOREIRA, 2009, p.35)

Nos anos 80, devido à conjuntura política, foi necessário se repensar as estratégias de luta popular pela reforma urbana, reconstruindo assim as formas de atuação dos movimentos urbanos, pois as estratégias de autoconstrução de moradias em terrenos clandestinos já não davam conta da realidade, sendo necessário intervir de outras formas a partir da luta política organizada.

E para pensar nesses novos meios e possibilidades de resistência, algumas entidades foram importantes para a construção dessas novas estratégias de luta, se destacando a pastoral da moradia, que assessorou os movimentos na organização das famílias sem tetos, sendo uma fundamental parceira para a realização da luta por moradia, onde, a partir desta articulação, ocorreram inúmeras ocupações coletivas, buscando se fazer cumprir a função social da propriedade da cidade.

No início dos anos 80, já não era mais possível a estratégia popular de obtenção da casa própria através da autoconstrução em loteamentos clandestinos ou de iniciativas individuais, o que resultou nas ocupações coletivas, onde a Pastoral da Moradia teve papel central na organização e cadastramento da população sem teto. Frente às eleições diretas para os governos estaduais e municipais em 1982, à falta de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e à pressão social por moradia, vários governantes buscaram opções de política de baixo custo como resposta. (PAZ, 1996, p.41)

Para dar conta da nova conjuntura política que despontava, exigindo novas formas de se pensar a luta pela reforma urbana, surgem na década de 80 as primeiras iniciativas de produção habitacional por meio de mutirão, utilizando como recurso para a produção o financiamento público. Esta iniciativa insere a possibilidade de participação mais intensa por parte das famílias beneficiárias nas fases da construção física da obra, gerando assim, um

novo olhar sobre a luta por moradia, onde a concepção técnica de produção de moradia e a intervenção política dos movimentos organizados se articulam.

Na déc. de 80 surgem as iniciativas pioneiras de produção habitacional por meio de mutirão, financiadas pelos governos: em São Paulo (governo Franco Montoro): Vila Nova Cachoeirinha (1982), Recanto da Alegria (1983) e Vila Comunitária de São Bernardo (1985); em Goiás (governo Íris Rezende): Vila Mutirão (1983) e o programa Mutirão da Moradia (1983-1986), que envolveu a construção de 5112 unidades habitacionais e 1321 lotes urbanizados. Estas iniciativas colocaram na ordem do dia a possibilidade das famílias beneficiárias decidirem sobre as várias etapas da obra, desde o projeto à construção, participando intensamente do processo. (BARROS, 2011, p. 60)

Outro elemento importante para o debate sobre a organização dos movimentos de luta por moradia na década de 80, para a compreensão das articulações realizadas e das novas estratégias políticas pensadas, é fundamental levar em consideração a influência do cooperativismo uruguaio, que possibilita um novo arranjo no modelo de luta empreendido pelos movimentos, sendo essas experiências do cooperativismo uruguaio uma nova prática política organizacional destes movimentos.

O intercâmbio com as cooperativas uruguaias instrumentalizou os movimentos sociais com novas experiências, gerando assim, novas formas de se pensar a condução da luta, entendendo que esta influência histórica repercute até à atualidade, pois há sempre atividades e ações que buscam manter essa aproximação.

No caso de São Paulo, há que se destacar, ainda, a influência exercida pelo cooperativismo uruguaio (baseado nos princípios da autogestão, ajuda mútua e solidariedade), experiência esta trazida pelas assessorias técnicas dos projetos. A influência das experiências uruguaias, baseadas nas cooperativas habitacionais ligadas aos sindicatos, ainda se faz presente até os dias de hoje, promovendo-se visitas e seminários de intercâmbio entre integrantes dos movimentos de moradia brasileiros e do movimento cooperativista uruguaio. (LAGO, 2012, p.120)

Os movimentos de luta por moradia, buscavam consolidar as novas estratégias de luta não somente a partir da atuação em lócus, na construção física das moradias, ou na ocupação de terras, as estratégias consistiam também em disputar politicamente setores do governo, pois a partir dessa disputa política seria possível viabilizar leis e políticas com o objetivo de intervir na questão habitacional.

Essa disputa e a contribuição efetiva na conquista de candidaturas importantes na política institucional, possibilitou a construção, em uma outra escala do poder político, de novas estratégias na luta por moradia e pela reforma urbana.

Em 1988, com a eleição de diversos governos municipais progressistas, de perfil democrático popular, difundem-se experiências autogestionárias na produção de habitação de interesse social. Em São Paulo, o governo de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores) vai ser protagonista de uma destas experiências emblemáticas, o FUNAPS – Comunitário (ou FUNACOM), que viabilizou 93 convênios com grupos organizados de famílias em associações comunitárias, envolvendo 12.000 unidades habitacionais construídas por mutirão e autogestão. (LAGO, 2012, p.122)

Outro elemento importante para esse momento de reorganização dos movimentos de luta pela reforma urbana, foi o plano de organização destes segmentos a nível nacional, ou seja, os movimentos iniciaram um processo de construção e de mobilização por vários estados do país, fortalecendo assim, a luta política nas mais variadas esferas territoriais, local,

municipal, estadual e nacional, solidificando desta forma, a mobilização e resistência nas várias escalas políticas.

Neste momento surgem dois importantes movimentos com objetivo de realizar a luta no campo da moradia popular, União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), apesar de utilizarem estratégias diferentes, ambos tinham como objetivo pautar a luta por moradia digna.

Assim, na década de 80, vão se constituir os principais movimentos sociais urbanos organizados nacionalmente, que permanecerão, desde então, atuantes. Com foco central na luta pela moradia, será criada a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN); a primeira com uma forte incidência nos processos autogestionários vivenciados inicialmente em São Paulo, mas que vão se expandir por todo o Brasil; e o segundo, com uma tradição na organização de ocupações de terra. (LAGO, 2012, p.170)

Nas décadas de 80 e 90 outros movimentos sociais de luta na cidade surgem e se fortalecem nacionalmente, são eles a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), CMP (Central de Movimentos Populares), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). A conjuntura política exigiu o fortalecimento e a organização popular nas pautas relacionadas às políticas urbanas, em especial a luta por moradia.

Buscando intensificar ainda mais as estratégias de resistência, os movimentos sociais se articulam entre si, tendo como objetivo o fortalecimento das pautas políticas, compreendendo que na unidade popular entre variadas entidades é possível ampliar a força e a capacidade de disputa política, tanto nas demandas dos próprios movimentos, como também em demandas políticas mais gerais da classe trabalhadora.

A UNMP, o MNLN, a CONAM e a CMP constituem quatro movimentos populares urbanos que estão organizados nacionalmente, dialogam entre si e, desde sua origem, na década de 80 e início da de 90, se articulam com outras organizações – ONGs, instituições de pesquisa, entidades sindicais e de representação de classe – constituindo-se em redes, em fóruns e em redes de movimentos sociais, interagindo e se complementando (PAZ, 1996, p. 62)

A busca pela articulação em torno de uma unidade política com o objetivo de intervir com mais efetividade nas demandas da cidade, acabou desencadeando a fundação de um movimento de luta pela reforma urbana que articulasse as inúmeras entidades que circulavam em torno deste debate, sobre a luta urbana, entidades estas da luta por moradia, mas também de outros segmentos políticos de resistência urbana.

A organização do fórum de reforma urbana foi um importante elemento para a consolidação da atuação política em unidade, tendo em vista que a existência deste espaço de luta proporcionou que o debate sobre a reforma urbana ganhasse outras proporções, onde o estreitamento entre as diversas entidades fortaleceu as pautas políticas, proporcionando maior potência para esta bandeira de luta.

Em torno do debate sobre a cidade, reuniram-se entidades e organizações que discutiram e apresentaram a proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana, retomando o debate interrompido na década de 60 pela ditadura militar. Embora a Constituição aprovada tenha incorporado poucos itens da emenda popular, o processo constituinte incentivou a organização de um movimento nacional, o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), posteriormente denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana68 (FNRU) (PAZ, 1996, p. 70)

As estratégias de articulação por todo o território nacional, mais a construção da unidade política em torno do fórum de reforma urbana, desdobrou em grande capacidade política de resistência e enfrentamento por parte dos movimentos, esta capacidade possibilitou a partir de pressão popular a inclusão de pautas na constituição federal de 1988, influenciando assim, juridicamente e politicamente a concepção de política urbana para o país.

O capítulo da Política Urbana na nova Constituição ficou restrito a apenas dois artigos, mas a Emenda Popular de Reforma Urbana teve um papel fundamental na inclusão, neste capítulo, da função social da propriedade e da cidade e acabou por influenciar diretamente as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais que foram elaboradas, logo em seguida, nos estados e municípios. Na efervescência do processo de redemocratização e com as eleições municipais de 1988, vários municípios foram ganhos por partidos progressistas que absorveram parte dos técnicos comprometidos com a reforma urbana e com os excluídos da cidade dita formal, que puderam implementar as propostas discutidas pela Emenda Popular de Reforma Urbana. (LAGO, 2012, p.125)

A União por Moradia Popular (UNMP) é um importante elemento para esta dissertação, pois o campo de estudos desta pesquisa está debruçado em relação a Cooperativa Habitacional Esperança, entidade que é filiada a UNMP, entendendo que a referida cooperativa é filiada a União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ), que por sua vez é filiada à União Nacional por Moradia Popular.

A UNMP é um movimento popular de luta por moradia, que inicia a sua atuação na década de 80, e possui como bandeira política central a autogestão como processo de luta e de construção de resistência, buscando a partir do processo autogestionário a superação das desigualdades existentes nas cidades. O movimento possui o debate sobre a luta por habitação de interesse social como questão central, porém, compreende que para a garantia de moradia digna é necessário pensar em todas as dimensões das políticas urbanas, levando em consideração também a superação desse modelo de cidade.

A UNMP iniciou sua articulação em 1989 e se consolidou a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Gestor de Habitação e Interesse Social no Brasil, a Lei 11.124/2005. Sua atuação está centrada na luta pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão para “assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social”, junto às áreas de favelas, ocupações, loteamentos, em cortiços, mutirões, ou lado a lado com pessoas sem-teto (LAGO, 2012, p. 160)

CAPÍTULO 3 - A AUTOGESTÃO NA COOPERATIVA ESPERANÇA

3.1 – Fase pré-obras

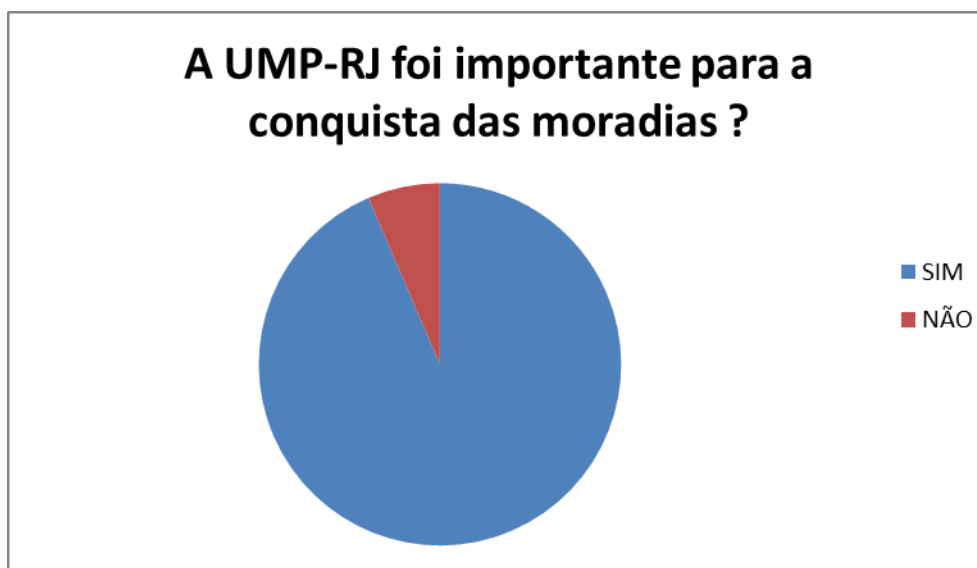
Para compreender melhor a relação das famílias com a UMP-RJ, entendendo assim, como foi o processo de construção autogestionária de moradia utilizando recursos do PMCMVE, foi utilizada uma pesquisa para levantar dados com o objetivo de compreender melhor esta relação entre às famílias integrantes da cooperativa esperança e a União por Moradia Popular do Rio de Janeiro. Entendendo que a filiação ao movimento UMP-RJ é feito através de entidades, ou seja, as entidades se filiam ao movimento, sendo estas entidades as responsáveis pela filiação dos seus membros. Outra forma de filiação ocorre quando um determinado grupo de famílias se aproxima da UMP-RJ, com o objetivo de lutar por moradia, neste caso às lideranças da UMP-RJ orientam a fundação de uma entidade e posteriormente filiação desta ao movimento, a cooperativa esperança surge desta forma, onde um determinado grupo de famílias surge a partir de outro condomínio construído pela UMP-RJ, na déc. de 90, o condomínio Shangri-Lá, conquistado à partir da luta autogestionária e utilizando recursos do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Com a luta e a conquista deste empreendimento Shangri-Lá, algumas famílias se aproximaram do movimento, com isto, estas famílias foram orientadas pela UMP-RJ para se organizarem em entidade, desta forma, surge à cooperativa Esperança.

Para entender essa relação entre a UMP-RJ e às famílias da Cooperativa Esperança, foi aplicado um questionário com o objetivo de compreender a importância da UMP-RJ para a conquista das moradias, segundo a percepção das famílias integrantes do projeto, foram entrevistados 31 representantes de familiares contemplados pela moradia, a partir da luta da Cooperativa Esperança.

A pergunta realizada aos moradores foi a seguinte:

- A UMP-RJ foi importante para a conquista das moradias? Por quê?

Das 31 famílias entrevistadas, 29 afirmaram que a UMP-RJ foi fundamental para a conquista das moradias, 2 informaram que o movimento não teve importância, desta forma, foi possível a partir desta amostragem entender melhor o significado da UMP-RJ para estas famílias, onde às mesmas tiveram a oportunidade de expor sobre o movimento.



A seguir será elencada em forma de citação algumas falas realizadas por essas famílias, com o objetivo de qualificar melhor esta reflexão.

A primeira fala dos entrevistados das famílias legitima a ação da UMP-RJ junto aos familiares, entendendo esta intervenção como um elemento importante, ressaltando a experiência trazida do movimento de outras empreitadas de luta por moradia, demonstrando assim, que o acúmulo de experiências de luta por moradia por parte da UMP-RJ foi um importante fator para o avanço da conquista das moradias.

A troca de experiências entre os antigos integrantes da UMP-RJ e os integrantes da cooperativa esperança foi fundamental para a conquista do projeto habitacional, demonstrando que a UMP-RJ não foi somente um apoio político ao grupo, mas também um apoio organizacional, auxiliou na capacitação das famílias da Cooperativa Esperança, fortalecendo a disputa pela moradia de interesse social.

Às experiências acumuladas pela UMP-RJ foram um fator importante e significativo para a organização destas famílias, entendendo que às estratégias de luta coletiva não são elementos que se aprendem em qualquer espaço, são na verdade elementos historicamente construídos por um grupo, esta historicidade construída pela UMP-RJ desde a década de 90 auxiliou em grande medida às famílias da cooperativa esperança.

A união foi importante para gente porque ajudou, orientou, e mostrou caminhos pra gente, sem a união ia ser muito difícil aprender tudo isso, as lideranças ajudaram muito a gente, porque sabiam mais ou menos como fazer às coisas, tinham aprendido em outros projetos, ter tido o apoio da união foi muito importante, por isso, tenho gratidão com os colegas da união. (Entrevistado)

É importante salientar que os moradores que compreendiam a intervenção da UMP-RJ como algo importante, percebiam a Cooperativa Habitacional Esperança como um espaço pertencente à UMP-RJ, com isto, entendiam que por serem filiados à Cooperativa automaticamente faziam parte do movimento também, não percebiam fragmentação entre o movimento e a cooperativa.

Desta forma, a importância da UMP-RJ para a trajetória da cooperativa, segundo a percepção dos entrevistados, estava ligada ao sentimento de pertencimento por parte dos entrevistados, com isto, é possível perceber que a importância da UMP-RJ para a conquista da moradia está relacionada à concepção que o entrevistado possui do movimento, quanto mais se sente pertencente ao movimento mais compreende como importante a participação da UMP-RJ.

A união por moradia ajudou a gente, a gente é a união por moradia também, fazemos parte do movimento, a cooperativa esperança e a união é uma coisa só, não tem diferença, quando a liderança da UMP-RJ vinha ajudar a organizar a cooperativa esperança na verdade vinha ajudar o próprio movimento, a cooperativa faz parte do movimento também, as famílias da cooperativa fazem parte da União. (Entrevistado)

3.1.1 – As parcerias

No processo de organização do grupo, anteriormente à construção das moradias, as famílias integrantes do movimento tiveram o suporte de variadas entidades, já que articulação e parceria é um elemento fundamental para a execução dos projetos, a luta política na

cooperativa esperança teve como elemento importante para a sua organização essas parcerias, deste modo, é possível perceber que a articulação política é um elemento fundamental para os movimentos sociais, já que estes dependem do fortalecimento político para por em prática as suas pautas.

Variadas entidades realizaram suporte para o grupo que viria a constituir a cooperativa esperança, entendendo que anteriormente à conquista dos projetos de moradia, existia uma organização popular sendo construída pela União por Moradia Popular do RJ (UMP), anteriormente às conquistas da moradia já existia um processo de luta, este processo de luta e resistência, a partir da organização de famílias sem tetos, que possibilitou a conquista das moradias da Cooperativa Esperança.

Estas parcerias não foram importantes apenas no que se refere ao suporte político, também exerceram fundamental apoio em relação à assessoria técnica, onde profissionais de assistência técnica, como Engenheiros, Advogados e assistentes Sociais, realizaram suporte técnico profissional para que o projeto fosse executado. Esse é um elemento importante do debate, compreender que a assessoria técnica possui um lugar de centralidade na luta por moradia, pois, é através da articulação técnica das assessorias junto à dimensão política dos movimentos sociais organizados, que é possível construir os projetos de moradia.

O grupo também contou com o suporte de instituições internacionais para auxiliar na organização e fortalecimento, como é o caso do Misereor / KZE¹⁵, esta financiou inúmeras atividades junto às famílias do grupo, a busca por parcerias internacionais para financiar a luta por moradia foi algo importante, já que existiam poucas instituições no país que realizassem o financiamento de atividades com o objetivo de organização popular, desta forma, as instituições que se vinculavam à luta por moradia buscavam também se organizar politicamente com instituições internacionais.

A realização da organização é fortalecida por inúmeras experiências anteriores de cooperativas habitacionais e mistas, como é o caso da Cooperativa Shangri-lá e da Cooperativa Herbert de Souza, estas duas que já haviam sido construídas alguns anos antes, com a ajuda em relação à organização política por parte da União pela Moradia Popular de Rio de Janeiro (UMP-RJ), tendo também junto a assistência técnica da Fundação CDDH Bento Rubião. Esses projetos que vieram antes da Cooperativa Habitacional Esperança tiveram apoio de instituições internacionais, por meio de Misereor / KZE e outras ONGs. (entrevistado autogestão)

A Fundação Bento Rubião¹⁶ ofereceu importante suporte para a organização da cooperativa esperança, tendo atuado diretamente com a assistência técnica junto ao grupo, oferecendo suporte técnico de Arquitetos, Advogados e Assistentes Sociais, isso possibilitou que no momento da conquista do projeto de moradia, as famílias do grupo tivessem acesso à esta equipe de profissionais, possibilitando assim, apoio técnico para a construção do empreendimento.

Outra parceria importante foi o Campus Mata Atlântica da Fiocruz, esta entidade disponibilizou inúmeras atividades com o objetivo de auxiliar na formação política das famílias. Realizaram também, em conjunto, um trabalho de reflorestamento na região, contribuindo com atividades socioeducativas. Estas atividades demonstram que o grupo estava preocupado com demandas para além da moradia, já que para o movimento a luta por moradia deve contemplar também outros aspectos da luta política, lutar por moradia, significa lutar pelo Direito à Cidade.

¹⁵ Entidade internacional que financia projetos em países em desenvolvimento.

¹⁶ A Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião foi criada em 1986, por uma equipe que já desenvolvia um trabalho de fortalecimento comunitário e regularização fundiária na Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Além da consultoria da Fundação Bento Rubião, a Cooperativa Esperança teve também o apoio do campus da Mata Atlântica da Fiocruz, que ajudou na organização de oficinas, e cursos de formação política. Também ofereceram apoio na área ambiental, doando mudas para o reflorestamento local, e na articulação do grupo em redes de apoio locais. A UMP-RJ, filiado à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), ajudou ativamente para a organização política e para a formação de base do grupo, incentivando e mobilizando o envolvimento das famílias na militância. (entrevistado autogestão)

A articulação da rede local com o grupo foi muito importante, outro ponto fundamental a ser levantado é a importância das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica para a organização da UMP-RJ, os primeiros projetos do movimento tiveram como parceria as Comunidades Eclesiais de Base, organização que fortaleceu a luta por moradia, sendo uma importante entidade no que se refere à organização de base da classe trabalhadora.

Foi muito importante o apoio da rede local articulada pela União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ), é importante lembrar que a organização da UMP é inspirada nas Comunidades Eclesiais de Base e nas Cooperativas de Habitação do cooperativismo uruguaio. (entrevistado autogestão)

3.1.2 – O terreno

Uma das questões relevantes para compreender a organização da cooperativa esperança é a questão do terreno, a terra é uma questão central na luta por moradia, e também foi um elemento importante na luta da cooperativa esperança, já que os projetos de moradia necessitam de terreno para que as moradias sejam construídas, o que se torna um grande desafio para os movimentos, desafio maior ainda para os movimentos populares que atuam na cidade do RJ, já que a terra é altamente especulada nesta cidade.

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades permite a compra do terreno, porém, com o valor alto das terras devido à especulação, a compra deste terreno significa empenhar uma grande quantidade de recursos no custeio da terra, recurso este que sairia do valor total da obra, deixando assim, um valor reduzido pra a construção física das moradias, devido a este motivo, o grupo se organizou e buscou a conquista do terreno a partir da luta popular.

Apesar da existência de um programa habitacional para atender a demanda autogestionária por moradia, a questão da terra ainda é um problema, uma questão que pode inviabilizar um determinado projeto, já que não existem terras públicas as quais os movimentos sociais possam acessar através da política habitacional, desta forma, lutar por terra é uma questão central para os movimentos de moradia, assim como foi para a cooperativa esperança.

Entretanto, a decisão da cooperativa esperança de organizar a luta pela terra foi algo muito importante na formação de sua militância, já que a partir da disputa pela terra foi possível, por parte das famílias integrantes do grupo, terem experiências de luta e resistência, o que acaba tendo um caráter educativo, já que é na luta que é possível compreender e aprender sobre a própria luta.

Inicialmente, as famílias da Cooperativa Habitacional Esperança refletiram sobre a possibilidade de realizar a compra de terras com o recurso do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, no entanto, como o objetivo era construir as moradias em Jacarepaguá, região de grande especulação imobiliária, essa despesa oneraria os recursos disponíveis para a construção das moradias. Em 2005, após muita luta e pressão a partir da organização do grupo, assinou-se um acordo que destinou dois

lotes no bairro Juliano Moreira para projetos de autogestão habitacional, onde a Cooperativa Esperança adquiriu um desses lotes. (entrevistado autogestão)

A questão da conquista da terra para a execução do projeto de moradia foi algo muito delicado, já que a disputa por terras na cidade do Rio de Janeiro é extremamente complexa, pois o nível de especulação imobiliária no município é muito intenso, sendo o setor privado o maior interessado em cooptar essas terras e comercializar, dificultando assim, o acesso a este direito por parte da população mais empobrecida.

O setor privado, que também se utiliza dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida em grande medida, possui maior facilidade em ter acesso às terras, já que estes segmentos possuem uma lógica empresarial relacionado a este acesso, compreendem a terra como um investimento, não como um direito, tendo desta forma, capital para realizar este investimento, diferente das famílias da cooperativa esperança, que não possuíam recursos para acessar à terra, diante disto, o caminho para o acesso a este direito foi a partir da organização e da luta popular.

É importante salientar que a luta por terras para a construção das moradias também foi uma questão muito delicada, os integrantes da Cooperativa tiveram a necessidade de se organizar politicamente para o enfrentamento desta questão, e este enfrentamento se deu a partir da ação direta junto a variados órgãos públicos, como por exemplo a prefeitura, buscando a partir de pressão popular disputar terra para que as moradias pudessem ser construídas. (entrevistado autogestão)

No mesmo período em que a cooperativa esperança estava lutando por terra, inúmeros movimentos sociais de luta por moradia também estavam atuando nesta luta, o que acabou gerando uma pressão nacional e obrigando que o poder público, junto às demais entidades responsáveis pela implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, se articulasse com os movimentos sociais, buscando formas de realizar redistribuição de terras da União, ou seja, terras que pertenciam ao poder público.

Alguns mecanismos foram construídos para que a questão das terras tivesse uma resposta, porém, é importante lembrar que essa iniciativa de se pensar na questão da terra por parte do poder público não surge ao acaso, é resultado da organização e pressão popular realizada pelos movimentos sociais, já que estes estavam disputando o PMCMVE¹⁷ nacionalmente, o que acabou organizando nacionalmente uma força política com o objetivo de disputar terras públicas.

A conquista da terra, no nível federal e também na escala dos estados, ocorreu no governo Lula, a partir da criação de um espaço que tinha como objetivo o controle popular das terras da União, gerenciados pelos grupos de trabalho da Secretaria do Patrimônio da União. Esses grupos de trabalho constituíram um espaço privilegiado de diálogo entre os movimentos populares que lutam pelo direito à moradia, e por representantes do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. (entrevistado autogestão)

As famílias envolvidas no projeto, conquistaram um terreno na Colônia Juliano Moreira¹⁸, entendendo que a conquista desta terra se deu a partir da luta em variadas escalas, na escala municipal, estadual e federal, por este motivo, foi muito importante para as famílias do projeto estarem vinculadas à UMP-RJ, já que esta é filiada à União Nacional de Moradia

¹⁷ Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

¹⁸ Área situada em Jacarépaguá, possuía aproximadamente 780 hectares, e mantinha um uso agrícola desde a sua destituição como área destinada à saúde mental

Popular, possibilitando assim, inserir a luta local destas famílias em uma dimensão nacional também.

As famílias do Esperança conquistaram um terreno na Colônia Juliano Moreira, onde foi construído as moradias da Cooperativa Esperança, essa terra era propriedade do governo federal, da União. Na época, quando se iniciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no governo Lula, parte dessas terras foi liberada para o município, com isso, conseguimos conquistar um terreno na colônia. (entrevistado autogestão)

A disputa pela terra é um elemento que não ocorre somente entre os movimentos de moradia e a iniciativa privada, luta para acessar a terra é uma questão que atravessa inúmeros espaços da Sociedade Civil, pois é a partir desta disputa que é possível garantir inúmeros direitos sociais e consolidar variadas políticas públicas, esta luta se tornou central nas cidades, já que a terra tem como características nos espaços urbanos ser uma mercadoria, sendo assim, fica disponível para setores que tenham a possibilidade de adquiri-la, retê-la e comercializá-la.

No caso da Cooperativa esperança, segundo relato das lideranças, essa disputa por terra ficou evidente, se materializou através das exigências da comunidade local em construir uma praça pública, demonstrando que a disputa pela terra não somente ocorre para a produção de moradia, neste caso, em relação aos moradores locais, a disputa era por equipamentos de lazer para a região, ou seja, ter acesso à terra nas cidades significa ter possibilidade de viver com maior qualidade nelas.

Ao analisar a fala das lideranças do grupo, foi possível perceber a decisão por parte das famílias da cooperativa esperança em ceder às solicitações dos moradores locais, demonstra a preocupação do movimento social em fortalecer as articulações locais, pois entendem que fortalecer as redes nos territórios é fundamental para criar estratégias de luta e resistência, por este motivo, ter uma boa relação com a população da localidade, onde o empreendimento seria construído, é uma forma também de fortalecer politicamente o movimento.

Na fala das lideranças do grupo, ficou evidente a busca pelo fortalecimento político da cooperativa esperança junto aos agentes do território, demonstrando que foi uma preocupação central do movimento, pois entendem que este elemento fortalece em grande medida a articulação e o fortalecimento da própria luta por moradia, já que é impossível atuar politicamente no território sem o apoio das lideranças e populações locais.

No primeiro terreno que foi destinado ao grupo Esperança acabou ocorrendo a impossibilidade de iniciar a construção das moradias, pois moradores do bairro reivindicaram a construção de uma praça pública. As famílias da Cooperativa Habitacional Esperança decidiram ceder a terra para evitar conflitos e resistência com sua futura vizinhança. Devido a esta questão, outro loteamento de terra foi demandado, sendo o município solicitado realizar a infraestrutura urbana e o apoio na construção do centro comunitário. (entrevistado mutirão)

Ao analisar a fala das lideranças, percebeu-se que a articulação com diferentes órgãos públicos, foi um importante elemento para o resultado obtido pelas famílias da cooperativa esperança, a partir de negociações realizadas com a Secretaria Municipal de Habitação, foi possível realizar obras de infraestrutura na localidade onde foi executado o projeto de moradia, demonstrando que o grupo se preocupava também com as condições de habitabilidade, entendendo que moradia não é somente a produção física das casas.

Os relatos dos militantes da cooperativa esperança demonstraram que a organização política e as estratégias de luta exigiam muito dos integrantes, já que o grupo necessitava construir inúmeros arranjos políticos para dar conta da luta por moradia, necessitavam

organizar estratégias de negociação e luta com as mais diferentes instituições e entidades, no campo da política institucional como é o caso da Secretaria Municipal de Habitação para adquirir o terreno, com a Caixa Econômica Federal com o objetivo de adquirir o financiamento para a construção das moradias e com os próprios moradores locais.

A execução do projeto contou com o apoio da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), a qual executou as obras de infraestrutura e urbanização do lote, posteriormente, transferiu a terra para a UMP-RJ. Os recursos públicos para a construção das moradias, foram adquiridos do contrato com o programa Minha Casa, Minha Vida Entidades, assinado em conjunto com a Caixa Econômica Federal. A articulação política em torno do território no momento da construção das moradias foi imprescindível, por tanto, a construção das moradias não levou em consideração apenas a preocupação com recursos financeiros, no caso da auto gestão essa preocupação vai além, preocupando-se também com os espaços de inserção dos moradores, atentando-se para o debate da moradia em sua totalidade. (entrevistado mutirão)

As lideranças integrantes do projeto esperança demonstravam a todo momento grande preocupação com as mais variadas políticas urbanas, se preocupando também com o terreno onde foi construído o projeto de moradia, demonstrando que a luta do movimento era também luta pelo direito à cidade, já que disputavam as inúmeras outras políticas urbanas além da habitação.

Outra questão que gerou preocupação por parte das famílias em relação ao terreno foi a questão do esgotamento, pois estavam interessados em realizar empreitadas de luta por terrenos que já tivessem rede de esgoto próximas, porém, essa questão foi sanada a partir da intervenção da Secretaria Municipal de Habitação, que como falado anteriormente, pavimentou a localidade para receber o empreendimento. (entrevistado autogestão)

3.1.3 – Assessoria técnica

Uma das condicionalidades para o financiamento público das moradias a partir do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, é a existência de uma equipe multidisciplinar com o objetivo de assessorar profissionalmente e tecnicamente as famílias contempladas pelo programa, onde arquitetos, assistentes sociais e advogados colaboram profissionalmente para que o projeto consiga ser executado.

A assessoria técnica possui um papel importantíssimo para a realização do projeto, tendo em vista que é a partir da articulação entre a dimensão técnica dos profissionais e a dimensão política do movimento, que é possível realizar a construção das unidades habitacionais, entretanto, essa dimensão técnica não se resume somente a intervir na construção física das moradias, como no caso da assessoria por arquitetos, também contempla as dimensões da organização política do movimento.

A fala das lideranças demonstrou um elemento importante sobre a organização das famílias, as comissões de organização foram um espaço construído pelo movimento para facilitar a atuação das famílias em uma determinada temática, porém, algumas comissões eram uma condicionalidade do programa. A construção dos espaços das comissões teve a assessoria da equipe técnica social, constituída de assistentes sociais e agentes comunitários, profissionais estes que auxiliavam e assessoravam a organização das famílias.

O grupo foi organizado em comissões, algumas das quais obrigatórias dentro do programa Minha Casa, Minha Vida ENTIDADES, como a comissão de representantes e acompanhamento de trabalho, entre outras, que foram formadas para atender as necessidades específicas do grupo: comissão de cozinha, creche, mobilização, saúde, assessoria fiscal e coordenação. Também recebemos muita ajuda da assessoria técnica da fundação Bento Rubião, onde assistentes sociais, arquitetos e advogados nos ajudaram na condução do projeto, dando suporte técnico para o grupo. (entrevistado autogestão)

Segundo as ponderações feitas no momento da pesquisa, por parte das lideranças, ficou evidenciado a articulação técnica e política entre as assessorias e o movimento social, e a importância da mesma. As famílias integrantes tiveram a possibilidade de expressar diretamente as suas opiniões em relação ao projeto físico para a construção da obra, demonstrando que a qualidade da construção era uma preocupação dos integrantes, a partir disso, a equipe de arquitetura construía alternativas para as demandas das futuras famílias moradoras, tudo em conjunto, assessoria e movimento, o que acabava gerando melhorias no projeto da obra e uma real participação popular em relação ao financiamento público.

Outro fato importante que deve ser considerado no caso Esperança, foi a preocupação dos participantes em relação à qualidade da obra, houve uma grande preocupação em relação a cada fase da obra, como questões relacionadas à durabilidade e ao acabamento por exemplo. Toda a economia de recursos públicos conquistadas pelos cooperados foi repassada para a melhoria do projeto. (entrevistado autogestão)

Devido a esta articulação entre o movimento e assessoria, a realização de uma obra física das moradias com qualidade era uma questão relevante, onde várias estratégias para se formular um projeto físico com maior qualidade foi pensado. Esse processo se deve ao fato de que a concepção em relação à habitação adotada pelo projeto tinha como princípio a referência de produção de moradia digna.

Esse processo de participação popular na construção das casas, desde o início do projeto, demonstra a tentativa de superação da lógica mercadológica de produção de moradias, tendo em vista, que neste caso, a partir da autogestão, as moradias são construídas para famílias residirem, com qualidade, não somente sendo a casa um mero produto, uma mercadoria acessada na iniciativa privada.

Para a construção das moradias a assessoria técnica utilizou alguns diferenciais, relacionado à economia de energia nas casas, possibilitando os ambientes das casas serem mais iluminados e frescos, graças ao uso de materiais isolantes, como tijolos cerâmicos perfurados, quadrados de madeira, tetos altos, e ETC. (entrevistado mutirão)

A equipe de assessoria em arquitetura pensou em um projeto que contemplasse também as questões ambientais, entendendo que ter um ambiente saudável e equilibrado garantiria para essas famílias uma melhor qualidade de vida, esse debate foi realizado com os integrantes da cooperativa, e em conjunto foram pensadas estratégias para pôr em prática uma concepção mais sustentável de moradia.

Com isto, segundo os relatos das lideranças, a partir da organização das famílias, houveram inúmeras intervenções com o objetivo de criar estratégias para a realização de um projeto de moradia onde a concepção ambiental tivesse respaldo, nesse sentido, houve por parte das próprias famílias um esforço, onde os integrantes se organizaram em mutirão e realizaram uma ação coletiva para o plantio de árvores no terreno do projeto.

Como estratégia para que o ambiente das moradias tivesse mais conforto, árvores frutíferas também foram plantadas nos espaços de terra. As famílias contribuíram coletivamente para o plantio e se comprometeram em realizar a manutenção do Parque Urbano de Colônia, incluindo ações compensatórias para remoção das árvores que ocuparam a terra onde as casas foram construídas. (entrevistado autogestão)

3.1.4 – Formação política

A empreitada para conquistar essas moradias tiveram um longo período de tempo, levando em consideração o início do grupo, a disputa pela terra e a conquista do financiamento público, demonstrando como a luta por moradia na cidade do Rio de Janeiro é algo extremamente complicado, forçando as famílias da cooperativa esperança a lutarem por mais de uma década pelo direito à moradia.

Porém, na fala das lideranças do movimento, no que se refere à formação política das famílias integrantes do projeto, o tempo de demora para conquistar as moradias, acabou fortalecendo a formação militante destes integrantes, compreendendo que formação política também ocorre na luta, aliás, é na luta política que os sujeitos constroem e constroem consciência de classe, sendo a militância um espaço privilegiado para a formação política.

A longa luta em que esteve inserida a cooperativa Esperança, permitiu que os atores envolvidos acumulassem muita quantidade de conhecimento sobre a política habitacional do país, mas em contrapartida, sofreram grande estagnação em relação aos encaminhamentos dos projetos. O tempo entre a formação do grupo e a conquista da terra, se passaram 11 anos, e também outros 8 anos foram necessárias para a conquista do financiamento público. (entrevistado mutirão)

Na fala das lideranças, apareceu à preocupação das famílias em relação à segregação espacial do projeto de moradia da cooperativa esperança, acabou fazendo com que os integrantes construíssem outras estratégias com o objetivo de superar a segregação do conjunto habitacional que viria a ser construído, este elemento demonstra que a luta por habitação, pautada por este grupo, ocorreu não somente pelas casas, mas sobretudo por uma concepção de moradia, tentando romper com alguns elementos que geram desigualdades nas cidades, como é o caso da segregação.

Esse processo de pensar em outra concepção de moradia, com o objetivo de superar o modelo tradicional de produção habitacional, proporcionou aos integrantes realizarem um debate qualificado sobre a segregação nas cidades, contribuindo assim, na formação política das famílias, compreendendo que a partir de questões objetivas para o projeto de moradia, como é o caso da construção ou não de um muro, foi possível politizar o debate e pensar em estratégias de combate à segregação.

No caso da cooperativa esperança, ela foi um espaço de moradia inserido em um bairro já existente, porém, mediante a forma de condomínio murado, a cooperativa podia se diferenciar das pessoas moradoras do bairro, sendo um grupo deferente e exclusivo, as famílias do grupo esperança demonstravam preocupação em relação a essa questão, não queriam estabelecer barreiras entre eles e a população local, decidiram por não murar o condomínio e colocar cercas. (entrevistado autogestão)

O grupo das famílias integrantes da cooperativa esperança, anteriormente à conquista do terreno, já se preocupava com a localização da terra, pois entendiam que a localização

poderia ser uma questão que inviabilizasse o acesso a outros direitos, demonstrando assim, um amadurecimento no grupo relacionado ao debate da mobilidade urbana articulada à discussão da moradia.

A preocupação que a militância da cooperativa possuía com as questões relacionadas com a educação, demonstra uma importante articulação do debate da moradia com a necessidade de politização dos envolvidos, desta forma, é possível perceber que as famílias discutiam intensamente as questões objetivas que as impactavam, politizando esses debates, o que tem um caráter fundamental na formação política, pois os questionamentos e a construção de estratégias para dar conta de algumas demandas objetivas, é também, um meio de formação política.

Questão importante também levantada pelo grupo foi em relação à localização do terreno, se preocupavam com o acesso aos estabelecimentos de ensino, preocupados sempre em relação a distância que os alunos moradores da cooperativa iriam percorrer para chegarem em seus colégios, se preocupando com questões que possam estimular a evasão escolar das crianças e adolescentes da escola, ou impedindo o acesso ao ensino superior devido a distância. Porém, a localidade era bem servida em relação a equipamentos de educação, assim como em relação a ofertas de transportes. (entrevistado mutirão)

A partir da luta para a construção das moradias, na tentativa de discutir sobre a relação do projeto habitacional com o território, o relato levantado na pesquisa junto às representações, demonstrou que o debate sobre o Direito à Cidade sempre entrava em pauta, já que as famílias se preocupavam com o projeto da moradia em sua totalidade, pensando como seria a inserção deste grupo no tecido urbano local, estas discussões permitiam que as famílias realizassem um debate qualificado sobre as políticas urbanas.

Outra questão muito discutida entre os integrantes de Esperança em relação ao terreno, foi a localização do empreendimento em relação às áreas centrais, as pessoas tinham preocupação em saber onde se situam os equipamentos de saúde, o comércio e se seria distante dos locais de emprego. (entrevistado autogestão)

Segundo as lideranças, as famílias do grupo demonstraram muita preocupação com as questões ambientais no momento de lutarem pela terra, compreendendo que dependendo dos problemas ambientais, as famílias poderiam ser atingidas e impactadas por esta questão, ao que tudo indica, o debate sobre meio ambiente esteve presente no grupo desde o início de sua formação, essa inquietação surgiu a partir das oficinas socioeducativas que outras entidades realizavam com este grupo.

É interessante perceber como a formação política destas famílias impactou em decisões objetivas do coletivo, a concepção política do grupo direcionava as ações do cotidiano da luta, a formação política dos membros assessoravam na prática as tomadas de decisões, se materializando no momento de se pensar o terreno, a produção das moradias e outras questões que envolviam a luta.

Outra situação questionada pelos integrantes do grupo esperança, foi a importância do terreno do projeto não se situar em áreas da periferia e com poucos moradores locais, em locais onde poderiam ocorrer problemas vinculados às questões ambientais, em terrenos que pudessem não ter drenagem natural, ou então algum espaço de terra que interrompesse córregos, interferindo no escoamento das águas, demonstrando cautela com regiões que pudessem ocasionar alagamentos (entrevistado autogestão)

Outra questão importante em relação às famílias da cooperativa esperança, é que ao lutarem pela terra, tenham como preocupação espaços que possibilitassem a interação dos futuros moradores da cooperativa com as famílias já inseridas no bairro, pois entendiam a preocupação de fortalecerem as redes locais no território, e um espaço de lazer coletivo permitiria e fortaleceria este processo de aproximação e articulação.

Isto também é resultado da formação política dos integrantes, já que compreendiam a questão da moradia não somente como construção de casas, mas também como relações sociais, moradia é um direito que se constrói coletivamente, a vida coletiva em comunidade também é um elemento importante neste debate, os moradores da cooperativa compreendiam isso.

Também teve a preocupação pela famílias se havia a ausência de espaços públicos coletivos próximo aos terrenos desejados, pois valorizavam espaços que possibilitassem a integração entre os futuros moradores da cooperativa Esperança e os demais moradores locais, desta forma, um espaço público como uma praça ou um parque auxiliaria neste integração, além de ser um equipamento que permitiria horas de lazer para os integrantes do projeto. (entrevistado autogestão)

Outro elemento importante para o debate sobre a formação política apresentado na fala das lideranças do grupo esperança, segundo os relatos coletados junto aos representantes do grupo, são as visitas que o coletivo fez a projetos de moradia de outros estados, como a cooperativa esperança é filiada à União Nacional por Moradia Popular, que por sua vez é um movimento nacional, foi possível conhecer outras experiências de produção de moradia autogestionárias que estavam acontecendo em outros locais do país.

Esta atividade teve como objetivo realizar intercâmbio de experiências, pois, na concepção das famílias da cooperativa, ter o suporte político de coletivos que estavam atuando em outras regiões do país era importante, já que possuíam uma trajetória anterior na produção de moradia, com isso um acúmulo maior de experiências, possibilitando que os membros do grupo esperança pudessem realizar trocas e fortalecer a compreensão política sobre a autogestão habitacional.

As lideranças do grupo apontaram que esta compreensão existente por parte da cooperativa esperança, de aprender com as experiências de outros grupos, é um elemento importante da formação política, pois, a sistematização da prática política realizada por outros grupos, auxiliou na politização sobre autogestão das famílias do projeto, já que para aprender sobre política não basta a simples realização de oficinas, é necessário conhecer como se dão as intervenções na realidade, e de que forma os agentes constroem estratégias para realizar determinadas ações, e para aprender sobre essas questões, ouvir as experiências e a trajetória de outros grupos que vivenciaram a autogestão foi muito importante.

Antes da Cooperativa Esperança acessar os recursos necessários para o projeto, o grupo conheceu algumas outras experiências em Belo Horizonte, da união por moradia de lá, com o objetivo de aprender com às experiências que eles realizaram, e também conheceram experiências na fase de construção promovida pela União de Moradia Popular em São Paulo. Esses momentos de troca contribuíram para enriquecer o projeto e aumentar a capacidade do grupo em entender sobre autogestão, além de melhorar o entendimento sobre política do grupo. (entrevistado autogestão)

Uma das preocupações do grupo segundo as lideranças, foi de reforçar a ideia de moradia como direito, fortalecendo a concepção de que a luta das famílias não era simplesmente pela casa própria, mas pelo direito à moradia digna, compreendendo todo o

processo da conquista das moradias, não somente como a aquisição de um bem, mas como um caminho para a superação do modelo mercadológico de produção de moradia.

Foi preciso reforçar o tempo todo junto às famílias, que estamos construindo um projeto político de superação do monopólio das construtoras na produção de moradia, fortalecendo a concepção de que moradia popular deve ser construída com participação popular, por tanto, ter tido esse cuidado com o debate foi algo muito presente entre aos participantes. (entrevistado autogestão)

3.1.5 – Disputas internas

Este tópico tem como objetivo debater as disputas internas que ocorreram no grupo, compreendendo que a prática autogestionária não significa consenso político, ao contrário, autogestão é um processo que ocorre muitas vezes com tensionamentos e disputas, onde algumas pautas e práticas são objeto de disputas políticas, compreendendo que a própria concepção sobre autogestão também é alvo de disputas dentro dos movimentos sociais.

Em especial, segundo apontamentos das lideranças, um grupo de integrantes da cooperativa esperança apontou como um interessante objeto de discussão, grupo este composto de alguns integrantes de confissão de fé evangélica, estes aparecem nos relatos das lideranças da cooperativa como um seguimento organizado e articulado no interior do grupo esperança, disputando algumas pautas em relação ao movimento, sendo esta disputa também em relação ao modelo de organização das famílias da Cooperativa Esperança.

Um grupo de pessoas evangélicas se juntou durante a construção das moradias, todas as pessoas desse grupo eram evangélicas, atuavam juntas nos mutirões, iam para a reunião juntas, saíam da reunião juntas, estavam sempre em grupo, se houvesse a necessidade de votar algo votavam juntas, foi um grupo que se formou dentro do grupo esperança. (entrevistado mutirão)

Ao analisar a fala das lideranças das famílias da cooperativa esperança, foi possível perceber que a formação deste grupo de evangélicos na verdade era uma estratégia de organização, onde a articulação destes membros tinha um caráter organizativo, com o objetivo de criar força política para intervir nas demandas do movimento social, na tentativa de pautarem às suas práticas de fé.

Segundo a percepção das lideranças das famílias da cooperativa esperança, este processo de disputa causava certo desconforto, já que haviam integrantes adeptos a outros seguimentos religiosos, porém, estas pautas realizadas pelos evangélicos, na verdade, demonstravam que estes possuíam um determinado projeto para a organização das famílias, uma concepção de organização, o qual era diferente da lógica seguida pelo movimento, deste modo, é possível perceber uma tensão entre o projeto político da UMP-RJ e o projeto de organização deste grupo de evangélicos. É necessário compreender, que esta disputa não ocorria somente para que uma determinada prática de fé, no caso a evangélica, fosse introduzida junto da cooperativa esperança, de fato essa disputa era política também, já que buscava interferir na forma de organização da UMP-RJ.

Nas atividades estes evangélicos falavam que queriam realizar alguns eventos religiosos com o grupo todo de famílias do esperança, como culto, reunião de oração e outras coisas, misturavam a religião com o que fazíamos aqui, cada um pode ter a sua religião, problema de cada um, o que não pode é misturar religião com as pautas do movimento. (entrevistado mutirão)

Na fala das lideranças entrevistadas, ao ser analisada, demonstra que este grupo de evangélicos buscava ocupar os espaços de poder dentro da organização da Cooperativa Esperança, demonstrando que esse lugar de poder interessava aos evangélicos organizados, demonstrando assim, que a disputa extrapolava a questão religiosa, sendo de interesse ocupar lugares de relevância dentro do movimento.

Em tempos de disputa conservadora das instancias políticas institucionais e consolidação de um projeto de poder conservador, este fato ocorrido no grupo esperança, demonstra que às inúmeras esferas da vida da classe trabalhadora estão sendo disputadas, o projeto de poder conservador está na base popular e dentro dos territórios, muitas vezes sendo alavancados por setores religiosos conservadores.

Sempre que havia a necessidade de alguém para liderar alguma atividade, esses integrantes desse grupo de evangélicos se colocavam para liderarem, sempre demonstravam interesse em realizar algum tipo de liderança junto das famílias da cooperativa, inclusive eram bons nisso, lavavam a sério essa coisa de liderar trabalhos quando necessário, mas infelizmente, acabavam misturando o papel de liderança de movimento com o papel de liderança evangélica da igreja. (entrevistado mutirão)

Segundo relatos das lideranças entrevistadas, é possível perceber que as atividades realizadas pela UMP-RJ, nos momentos de formação política e nas demais atividades como mutirões e assembleias, acabaram por ajudar na construção de outro projeto político de luta por moradia junto aos evangélicos organizados, contribuindo para a compreensão de outro projeto político por parte destas famílias evangélicas. Este processo demonstra a importância da formação de base, da mesma forma que esse grupo de evangélicos disputava o movimento, o movimento também disputava politicamente este grupo, entendendo que esta disputa ocorreu através do trabalho de base, pois a partir dele, é possível construir outras narrativas de projeto de poder popular junto à população.

Após muito trabalho de base esses evangélicos compreenderam melhor a luta por moradia, passaram a ter outra postura, pensar diferente, mas levou tempo, tiveram muita resistência, mas no final desistiram de ficar pensando em fazer atividades da religião deles no movimento, acho que essa mudança se deve a própria participação deles nas formações políticas e nas atividades em geral do movimento. (entrevistado mutirão)

3.2 – Durante a obra

3.2.1 – Mutirão

A construção das moradias foi realizada em regime misto, ou seja, uma parcela das pessoas que atuaram na construção da obra das casas era contratada para trabalhar formalmente, outra parcela era regime de mutirão, desta forma, foi possível gerar trabalho e renda para um determinado número de profissionais, inclusive absorvendo a demanda por trabalho de integrantes do próprio grupo, desta forma, o projeto também teve esse caráter de capacitar alguns membros das famílias integrantes do grupo para o mercado de trabalho, a partir das experiências práticas no mutirão.

Ao analisar os relatos das lideranças, percebe-se que o mutirão teve como objetivo a organização coletiva das famílias para a construção das moradias, onde, estas atuaram diretamente na construção física da obra, entendendo que o mutirão não é uma forma de

substituir o trabalho formal, na verdade, a organização do trabalho neste modelo possui um caráter político-educativo, pois, a UMP-RJ entende que a organização coletiva para realizar as intervenções físicas na obra, é um espaço que possibilita a construção de solidariedade entre os membros do grupo, fortalecendo e aproximando politicamente as famílias que militaram e militam pela conquista do projeto.

As moradias foram construídas por um regime misto, ou seja, uma combinação de ajuda mútua e trabalho contratado. As futuras famílias moradoras participaram de um treinamento contínuo durante todo o processo de construção. Integrantes que já possuíam alguma experiência relacionada à construção civil auxiliaram na capacitação dos outros. Foram contratados dezessete profissionais, sendo que cinco eram membros do grupo. (entrevistado autogestão)

Além do regime de mutirão ser um importante espaço político para a organização do grupo, foi também uma forma mais eficaz de utilizar os recursos públicos, tendo em vista que ao substituir alguns tipos de atividades pelo mutirão, foi possível diminuir os custos destinados para o pagamento de profissionais, com isto, diante da economia de um determinado valor monetário, foi possível reverter para a obra, utilizando esses recursos em materiais e equipamentos com o objetivo de gerar mais qualidade para a intervenção física.

A atuação em regime de ajuda mútua, teve como características um espaço político de formação para a luta política e a militância do grupo, mas também tinha o caráter de ser um otimizador da utilização com maior eficácia dos recursos públicos, portanto, a dimensão política do mutirão estava na própria atuação, onde atuava diretamente na intervenção física da obra, e também no planejamento financeiro das ações.

A ajuda mútua foi um recurso importante para as famílias da Cooperativa Habitacional Esperança, pois substituiu uma parte considerável da mão de obra contratada pela dos próprios integrantes, sendo desta forma, um importante agente de contribuição para economizar recursos públicos, possibilitando assim, que os recursos economizados fossem direcionados para melhorias e aperfeiçoamentos do projeto físico da obra. (entrevistado autogestão)

As atividades profissionais que exigiam uma maior capacitação técnica, como por exemplo, carpintaria, serralheria, instalações elétricas e etc., não havendo membros do grupo qualificados profissionalmente para exercerem estas funções, era realizada a contratação deste profissional, porém, a prioridade era a contratação de membros das famílias de militantes, com isto, a partir do mutirão, em conjunto coordenadamente com as contratações, foi possível reduzir os custos com a obra.

Os profissionais que foram contratados pelo grupo e não pertenciam às famílias integrantes do projeto esperança, foram inseridos em atividades socioeducativas, com o objetivo de que os mesmos compreendessem melhor o objetivo da obra, entendendo que estavam participando de um projeto com uma dimensão política, não sendo somente a construção de casas.

Ao analisar essa inserção dos profissionais contratados em atividades de formação política, levando em consideração às colocações dos representantes, acabou por demonstrar a preocupação do movimento com a politização dos mesmos, desta forma, o grupo se utilizava da questão objetiva de realização de trabalhos profissionais como estratégia para a formação política.

Dessa maneira, ocorreu uma considerável redução nos custos diretos e indiretos, porém, a mão de obra especializada que exigia maior habilidade técnica e profissional, que a cooperativa não possuía em seus quadros foi contratada por ela,

porém, envolvendo estes profissionais contratados em práticas de organizações comunitárias. (entrevistado autogestão)

Importante salientar que a modalidade adotada pelas famílias para a construção das moradias foi mutirão por autogestão, por este motivo, estas questões relacionadas às contratações para a obra foram todas debatidas e aprovadas pelo coletivo, onde a decisão por todo o processo de contratação e mutirão não era algo meramente gerencial, ocorria nos debates das assembleias, sendo desta forma, uma decisão política do grupo, tanto a contratação de profissionais externos à organização das famílias, como também no caso dos profissionais oriundos dos grupo.

A modalidade de construção do projeto esperança adotado pelas famílias foi o de mutirão por autogestão, nesse modelo, o controle, o planejamento e a implementação do projeto é feito totalmente pelos moradores, assim como o controle sobre os recursos públicos destinados a ação. (entrevistado autogestão)

Já no momento do mutirão a ideia de moradia como espaço de relações sociais já era trabalhado junto às famílias, entendendo que a organização do trabalho em modelo de ajuda mútua tinha esta dimensão também, de intervir junto às famílias sobre a necessidade de fortalecer a vida comunitária, pois a dimensão comunitária da vida é um elemento muito importante na constituição de uma concepção de moradia digna.

Após a construção das moradias, a forma de organização dos mutirões acabou gerando um modo de vivência junto ao grupo, já que a organização das atividades tiveram como princípio o trabalho coletivo e o fortalecimento dos laços comunitários, por este motivo, após as moradias estarem concretizadas, as famílias integrantes do grupo continuaram reproduzindo essa lógica comunitária, demonstrando assim, que o espaço da ajuda mútua foi uma estratégia de formação política também.

As famílias tentaram resgatar a ideia da moradia como local coletivo de convivência entre vizinhos, com a instalação de jogos ao ar livre e a promoção da convivência que também resulta em uma vizinhança mais segura. Alguns hábitos adquiridos durante o mutirão, como a organização de festas juninas, feijoadas e a venda de alimentos, contribuem em grande medida para a geração de renda e a aproximação com os moradores do bairro; comportamentos estes que estão sendo perdidos no atual modelo de desenvolvimento. (entrevistado autogestão)

A concepção de mutirão da União por Moradia Popular do RJ não se resume à construção física da obra, a ideia é bem mais ampla, entendendo que existem outros espaços para a realização da ajuda mútua, como a cozinha, a limpeza, a creche e etc., já que em alguns casos, devido a impossibilidades físicas, alguns membros não podiam atuar diretamente na obra, entretanto, outros espaços de atuação eram possíveis, de acordo com as possibilidades de cada pessoa, como por exemplo a cozinha, a limpeza e etc..

Um outro elemento importante é a CAO (Comissão de Acompanhamento de Obras) e a CRE (Comissão de Representantes), essas comissões são condicionalidades do programa, a CAO se constituía em um grupo de moradores que fiscalizava o andamento da obra, e a CRE um grupo de representantes que fiscalizava os recursos financeiros do projeto. Apesar destes dois espaços serem uma condição do PMCMVE, eram também politizados pelo grupo, pois acabavam tendo a mesma lógica dos mutirões.

A modalidade entidades que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida e destinou parte do recurso público para a produção de moradia a partir dos movimentos sociais, permitiu, durante o a presidência de Dilma Russeff, que as famílias tenham a possibilidade de debater politicamente qual a forma de utilização

deste recurso, através das assembleias semanais e de espaços de tomada de decisão. A Entidade Organizadora utiliza-se de variados espaços para consolidar a participação das famílias na condução do projeto, tendo como exemplo as Comissões de Representantes (CRE) e de Acompanhamento de Trabalho (CAO). (entrevistado autogestão)

Além de ser um espaço de formação política, o mutirão acabou por capacitar tecnicamente alguns integrantes, já que muitos casos, ao realizar às atividades de mutirante, tinham contato direto e exerciam a atividade de ajudantes em alguns ofícios relacionados à construção civil, o que auxiliou os mesmos a se inserirem no mercado de trabalho, já que o pratica da ajuda mútua se tornou também um lugar de capacitação profissional dos integrantes do projeto.

É necessário compreender que o objetivo dos mutirões é a organização política e comunitária para a produção da moradia, enquanto direito, porém, é preciso reconhecer que esse processo acaba impactando diretamente a vida dos participantes, atuando em questões objetivas relacionado aos integrantes, demonstrando assim, que a atuação da cooperativa tem um impacto para além do próprio projeto, atuando positivamente na vida dos membros.

Outro ponto importante que deve ser mencionado, é o fato das famílias ao manter contato com o processo produtivo de construção das moradias, acabam se qualificando como profissionais nas áreas onde realizaram atuação através do mutirão, garantindo em algumas situações empregos em funções que se especializaram no processo de ajuda mútua. Desta forma, o mutirão para a construção das moradias teve também a função de aperfeiçoar tecnicamente em algumas atividades a população envolvida. (entrevistado autogestão)

É importante perceber que diante de uma sociedade individualista e fragmentada, pensar em mutirão e trabalho coletivo é um grande desafio, é necessário construir esta concepção, porém, este ideário de intervenção na realidade ocorre a partir da prática, é praticando a ajuda mútua que se aprende sobre a necessidade da atuação coletiva, é atuando e intervindo na realidade, coletivamente, que é possível aprender a importância das vivências comunitárias, desta forma, o mutirão por autogestão acaba sendo um fim em si mesmo, onde, a partir de sua execução, em loco, atua também de forma educativa e na formação política dos envolvidos.

Desta forma, através da lógica coletiva, tornou-se necessária uma permanente construção, junto aos membros, da importância do coletivo enquanto instrumento político, onde, a partir de ações e oficinas, tentou-se desenvolver senso crítica sobre a realidade em que o grupo Esperança estava inserida, objetivando assim, desenvolver mecanismos de politização das ações das famílias via trabalho coletivo, desenvolvendo a solidariedade entre os membros do grupo assim como tomada de ações mais qualificadas. (entrevistado autogestão)

Segundo as falas das lideranças, os participantes do projeto além de atuarem nos mutirões também realizavam inúmeras discussões em assembleias, tendo como objetivo dar encaminhamentos para o projeto de forma coletiva, sendo as assembleias um importante espaço de discussão e tomada de decisão, espaço este onde a direção política da atuação da cooperativa esperança era decidida, sendo um importante espaço de legitimação das ações políticas do grupo.

Os membros da cooperativa não resumiam a sua atividade aos mutirões, na verdade a ajuda mútua era uma parte das atividades que as famílias estavam envolvidas, existiam muitos outros espaços de participação, pois, as tomadas de decisões ocorriam com o envolvimento da

totalidade dos membros inseridos no projeto, já que a participação popular em todas as fases da obra é um elemento fundamental para a autogestão.

No nosso caso da cooperativa Esperança todos os participantes foram atuantes e responsáveis pelas decisões em igualdade de condições, ou seja, todas as famílias que conduziram a construção foram responsáveis pelo planejamento e execução do projeto das moradias. Este modelo contou com a participação das famílias que faziam parte da cooperativa; o agente de assessoria técnica, e o agente financeiro que é o poder público nesse caso (entrevistado autogestão)

As comissões para o grupo esperança são uma especificidade dos mutirões, ou seja, o mutirão significa participação coletiva e intervenção direta nas demandas da cooperativa, com isto, criaram-se comissões para que estas participações ocorressem de forma específica, ou seja, para o mutirão na cozinha construíram a comissão de cozinha, para o mutirão de limpeza a comissão de limpeza e assim sucessivamente, com isto, foi possível para os integrantes se inserirem em inúmeros espaços de participação.

No nosso caso da Cooperativa Esperança, o grupo foi organizado em comissões, com isto, as famílias tiveram grande autonomia no que se refere às tomadas de decisões. Outra questão é importante é em relação aos moradores de Esperança, alguns membros do próprio grupo foram contratados como mão-de-obra profissional para atuarem no projeto. O grupo também produziu sabão a partir de óleo de cozinha, material altamente poluente para a água e a causa da obstrução das redes de saneamento, esse material foi utilizado pelas próprias famílias do grupo. (entrevistado autogestão)

Além das famílias realizarem replantio de árvores no próprio terreno do projeto, interviram também com esta ação em outros territórios da Colônia Juliano Moreira, atuando para contribuir com o reflorestamento na localidade, este esforço foi coletivo, contou com a participação das famílias do grupo, sendo uma atividade também de mutirão, mas com o objetivo de impactar a localidade, para além do próprio grupo.

Essa iniciativa de realizar atividades com o mutirão das famílias em outros espaços da Colônia Juliano Moreira, demonstra que o grupo dos integrantes da cooperativa esperança se preocupava com a intervenção no bairro, utilizando assim, o mutirão como instrumento para estas ações, desta forma, demonstrando que o grupo teve o interesse de realizar ações na cidade, entendendo que o combate às precarizações que envolvem o espaço urbano é uma forma também de lutar por moradia de qualidade.

Como uma forma para que o ambiente das moradias tivesse mais conforto, árvores frutíferas também foram plantadas nos espaços de terra. As famílias contribuíram coletivamente para o plantio e se comprometeram em realizar a manutenção do Parque Urbano de Colônia, incluindo ações compensatórias para remoção das árvores que ocuparam a terra onde as casas foram construídas. (entrevistado autogestão)

3.2.2 – Banco de horas

Como o financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida entidades contemplava a construção de 70 unidades habitacionais, o grupo da cooperativa esperança criou uma condicionalidade para que as famílias tivessem o acesso às moradias, com o objetivo de serem contempladas pelo programa, esta condicionalidade consistiu em um banco de horas que as famílias disponibilizaram para o trabalho, esse banco de hora se reverteria em pontuação,

desta forma, quanto maior a participação maior seria a pontuação, com isto, às famílias que atingissem às maiores quantidades de pontos teriam acesso às moradias, e também teriam o direito de decidir em qual casa morar.

Este tipo de organização foi uma decisão política do grupo, estimulando assim, a participação dos envolvidos no projeto, e criando critérios para que os mesmos fossem inseridos no programa, tendo como grande condicionalidade a participação das famílias em todo o processo do projeto, demonstrando desta forma, que a todo momento a cooperativa esperança junto com seus membros, buscava estratégias que fortalecessem a participação dos integrantes, já que a cultura da participação popular deve ser estimulada, por este motivo, tanto empenho para tentar construir estratégias que possibilitem a participação da militância.

Todas as famílias contribuíram com 17 horas semanais de trabalho, contando as horas de ajuda mútua e monitoramento da terra. As decisões coletivas e o controle social foram discutidos nas assembleias que aconteceram aos domingos no galpão (de trabalho); o planejamento dos trabalhos foi realizado nas reuniões e comissões de coordenação, em colaboração com o assessoramento técnico e o movimento social. (entrevistado autogestão)

O grupo teve por decisão a não escolha das moradias na primeira fase do mutirão, no início da obra, foi decidido que esta questão seria solucionada nas etapas da obra próximas a conclusão, já que neste momento seria possível realizar uma melhor avaliação das pontuações. É necessário compreender que o sistema de pontuação é de fato a materialização da participação, desta forma, tem como função auxiliar na organização interna do grupo e ser também uma estratégia de sócio educação, fortalecendo a concepção da participação popular junto aos integrantes da cooperativa esperança.

Uma estratégia para garantir a participação de todos e estimular o sentido cooperativo era não atribuir as casas para as famílias durante a primeira fase de ajuda mútua, mas uma vez que se inicia com o acabamento interno. Elas foram atribuídas pelos seguintes critérios: participação em reuniões e mutirões, contribuição com alimentação, participação em atividades extras, vigilância noturna e avaliações coletivas. (entrevistado autogestão)

3.2.3 – Trabalho técnico social

Uma das condicionalidades do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é a exigência do trabalho técnico social junto aos contemplados do programa, possui como condicionalidade a existência de uma equipe multidisciplinar com o objetivo de realizar intervenções junto às famílias do programa, podendo integrar esta equipe profissionais da área de Pedagogia, Serviço Social, Sociologia e etc., com o objetivo de realizar ações focadas nas demandas sociais do grupo.

Foi a Fundação Bento Rubião a responsável por realizar o trabalho técnico social junto às famílias da cooperativa esperança, com o objetivo de assessorar na organização política do grupo, já que o trabalho social tem como objetivo atuar em demandas oriundas das relações sociais do grupo, com isto, pensando em estratégias de fortalecimento e em atividades socioeducativas junto ao coletivo.

Outra atividade desenvolvida pela assessoria técnica social foi a realização de um diagnóstico social das famílias envolvidas no projeto, tendo como objetivo desta ação, conhecer melhor o perfil do grupo, identificando assim, os números de idosos, crianças,

deficientes físicos, nível de escolaridade dos integrantes do grupo e outras questões mais, auxiliando assim, na construção de ações para intervir no grupo.

É interessante ressaltar que o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades disponibilizou um recurso destinado ao trabalho social, este recurso também foi resultado da luta dos movimentos sociais para a criação do programa, pois, os movimentos compreendem que a dimensão do trabalho técnico social é tão importante quanto à dimensão técnico operativa do programa, sendo de imprescindível necessidade para a condução das atividades.

O trabalho social ficou sob a responsabilidade da fundação Bento Rubião, que também assessorou os projetos arquitetônicos, e teve como a função de ajudar no fortalecimento do grupo, e realizar diagnósticos das famílias do esperança. O trabalho social, além de ter sido uma preocupação das de todos os participantes envolvidos, também é uma das exigências do entidades, existiu 2 % do valor total da obra destinado a essa intervenção. (entrevistado autogestão)

Uma das atividades do trabalho técnico social, além dos diagnósticos sociais e das oficinas socioeducativas, foi a realização de atividades com a metodologia da educação popular, esse método de intervenção foi um importante elemento para o trabalho social, já que a equipe que atuou com as famílias da cooperativa esperança, que foi composta por um assistente social e um agente comunitário, compreendia que o debate da educação popular era um elemento importante para o grupo.

Pensar em educação popular é pensar em uma prática educativa libertadora, de politização de indivíduos ou grupos, por este motivo, se pensando na dimensão e no caráter político da cooperativa esperança, a prática educativa popular é um elemento de grande importância, buscando debater questões políticas conjunturais a partir do cotidiano dos integrantes do grupo, fortalecendo assim, a dimensão de mobilização, intervenção e resistência dessas famílias na realidade.

O Trabalho Técnico Social teve um modo de atuação mais voltado para a educação política, o grupo se organizou e se preparou para que ocorressem essas atividades com o trabalho social, o TTS (Trabalho Técnico Social) não pode ser reduzido a uma atividade formal, destinada a cumprir somente uma obrigação do contrato do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, precisa fortalecer o grupo, precisa fazer atividades relevantes, a atuação da equipe social é muito importante para auxiliar na organização do grupo, ajudando o coletivo, o desafio de estimular a participação também está presente no trabalho social. (entrevistado autogestão)

A participação popular não é um elemento posto, já inserido na população, ao contrário, a cultura da individualidade é algo intenso na atual sociedade, pensar e tentar construir elementos que superem esta individualidade é um desafio, por este motivo, o trabalho social na cooperativa esperança teve como principal objetivo pensar em estratégias que fortalecessem a mobilização e a participação das famílias.

Outro elemento importante para se pensar, é que mesmo as pessoas entendendo a importância da participação e da mobilização, muitas vezes é complicado conseguir que esta mobilização ocorra, por este motivo, o trabalho técnico social utilizava de algumas estratégias, a partir da educação popular, para estimular a inserção das famílias nos espaços políticos de participação já existentes no movimento, como o mutirão e as comissões de serviço.

Existem muitas dificuldades que os movimentos enfrentam para promover e engajar as pessoas em processos participativos de luta por moradia, já que as pessoas possuem uma cultura individualista. O fato de as pessoas saberem que é importante participar, não significa automaticamente que se consiga fazer às pessoas

participarem. No caso da cooperativa habitacional Esperança, que têm um histórico de mobilização e engajamento das famílias, a obrigatoriedade de realização do Trabalho Técnico Social, que é uma das condicionalidades do PMCMVE, acabou de certa forma ajudando nesse fortalecimento da necessidade de participação. (entrevistado autogestão)

3.2.4 – As assembleias e seus principais debates

Na concepção das lideranças as assembleias eram um espaço importante da organização para o coletivo das famílias da cooperativa esperança, pois, era neste momento que as questões políticas em relação ao grupo eram apresentadas, discutidas e decididas. Em alguns momentos ocorriam também um processo de votação em relação a algumas pautas, o que caracterizava as assembleias como um espaço democrático de tomadas de decisões.

Porém, a maioria das pautas debatidas pelo grupo eram relacionadas à tentativa de solucionar coletivamente demandas do PMCME, o programa possuía um grande número de condicionalidades para que as famílias acessassem o recurso para a produção de moradia, condições estas que em muitos momentos eram de difícil solução, desta forma, as pautas políticas do grupo esperança eram atravessadas pelo debate das questões relacionadas ao programa, o que acabava demandando um grande esforço por parte dos presentes, na tentativa de construir estratégias para solucionar as questões.

Diante do relato das lideranças do grupo, foi possível perceber que a pesada burocracia do programa e a necessidade de respostas urgentes, cooptaram as pautas políticas do coletivo nas assembleias, cooptação esta realizada pela lógica burocrática do PMCME, o que acabava ocupando um espaço que seria de debates políticos, porém, debater as questões do programa era de suma importância, para que as famílias fossem contempladas pelas moradias, solucionar as condicionalidades era um fator crucial para a continuidade do projeto, desta forma, obrigando os integrantes a realizarem este debate.

Existiram umas grandes dificuldades que a cooperativa esperança enfrentou no MCMV-E, lidar diretamente com a pesada burocracia dos órgãos públicos, inclusive da CEF (Caixa Econômica Federal), das prefeituras, dos cartórios e etc; esses são os grandes entraves do programa, encontrar terrenos que cumpram com as exigências de custo e de regularização do Programa. Quando os movimentos conseguem encontrar terras com preços razoáveis, estas são mal localizadas, com pouquíssima infraestrutura no entorno da localidade e com muitos problemas para conseguir a legalização. (entrevistado mutirão)

Apesar do grande aparato burocrático que as famílias do movimento eram obrigadas a enfrentar devido ao próprio programa, o debate sobre a importância da autogestão era sempre ponderado nas assembleias, na verdade, mesmo diante de todas as dificuldades que o PMCMV inseria no processo de conquista das moradias, a autogestão era uma afirmação política do grupo, surgindo nas assembleias como um posicionamento político do coletivo.

Contraditoriamente, devido às dificuldades burocráticas do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, a participação popular nas etapas da obra aparecia mais como uma pauta política de luta, do que necessariamente a autogestão como parte do programa. No caso das famílias da cooperativa esperança, a prática autogestionária foi uma luta política e um posicionamento político diante de tantos entraves que o programa possuía, entraves estes que dificultavam a construção de um processo autogestionário.

As famílias, nas assembleias, pautavam a participação na obra, que o financiamento adquirido pelo programa PMCMV-E fosse destinado para a construção das moradias

de forma autogestionária, entendiam que era importante a autogestão, que era fundamental a participação, esse tema era sempre pautado nas assembleias, sempre era falado sobre a autogestão. (entrevistado autogestão)

3.3 – Fase pós-obras



Para melhor compreender a relação da UMP-RJ com as famílias da cooperativa esperança, pós-obras, foi aplicado um questionário semi-aberto com a intenção de coletar dados sobre esta provocação. A pergunta consistia em saber se a UMP-RJ continua sendo importante após a conquista das moradias, com isto, compreendendo melhor como é a relação dos integrantes da cooperativa com a UMP-RJ na atualidade. Esta pergunta foi realizada para 31 representantes das famílias da cooperativa esperança, destes 25 afirmaram que a UMP-RJ é importante, 6 relataram que não é importante.

Os entrevistados que percebem a UMP-RJ como relevante tem esta leitura pois dão grande importância a organização política, compreendendo que o movimento é importante para auxiliar na organização política, auxiliando na solução de questões objetivas que atingem a cooperativa esperança, como questões relacionadas a água, a luz, e outras demandas, demonstrando que a UMP-RJ é uma força política respeitada pelos moradores da cooperativa esperança.

Outro elemento que aparece na fala dos entrevistados é a atividade de capacitação e formação política da UMP-RJ, realizadas através de oficinas, palestras, debates e etc..., estas questões apontam como algo importante para o grupo, demonstrando que o apoio e o suporte político são elementos importantes, desta forma, é possível perceber que a questão política ainda é um elemento importante para às famílias da cooperativa esperança.

A união por moradia ainda ajuda a gente, nos ajuda na organização em algumas coisas, como quando temos problemas com água aqui, ou quando temos problemas de iluminação pública, ou buraco na rua precisando asfaltar, as lideranças da união estão sempre por aqui, ajudando a gente a solucionar esses problemas, ajudando a gente a pesar como resolver esse problema, sempre tem oficinas, palestras e outras coisas feitas pelo movimento a gente é convidado, isso é bom. (Entrevistado)

Os entrevistados que demonstraram compreender que a UMP-RJ não possui importância na atualidade, demonstram uma relação distante com o movimento, não demonstram perceber que a cooperativa esperança é parte da UMP-RJ, não se percebem como integrantes do movimento, possuem o entendimento da UMP-RJ como uma parceria, que atuou com o objetivo de somente conquistar às moradias.

Este grupo de entrevistados entende a cooperativa esperança como uma entidade autônoma, desvinculada da UMP-RJ, atuando como parceira do movimento para a conquista das moradias, demonstrando não ter compreendido a conquista da cooperativa esperança como uma luta política da UMP-RJ, na verdade, entendem a conquista das moradias como parte da luta particular da cooperativa esperança com o suporte da UMP-RJ.

A união atua só em algumas questões, aparecem aqui de vez enquanto, ainda está por aqui, mas pra resolver algumas coisas, só isso, agora a continuidade do projeto é com a gente, da cooperativa esperança, nós continuamos, com o apoio deles sim, mas nós continuamos, só atuamos com eles quando precisamos de ajuda, de alguma ajuda, aí solicitamos o suporte, eles da união sempre aparecem quando precisamos. (entrevistado)

3.3.1 – O acesso à moradia

Segundo os relatos das lideranças, os integrantes da cooperativa esperança compreenderam a importância de se pensar em meios de praticar a autogestão após o término da obra, entendendo que as ações autogestionárias são um processo, que devem ocorrer durante todas as fases da intervenção, inclusive após a conclusão do projeto, pois autogestão é um método de viver em comunidade, um modelo de organização coletiva para intervir na realidade.

Com isto, o grupo esperança continuou realizando algumas atividades após o término da obra, com o objetivo de dar continuidade aos processos de participação coletiva das famílias, investindo com ações de mutirão e na formação política, buscando perpetuar o processo autogestionário como estratégia coletiva para a vida comunitária do grupo, tentando manter a organização coletiva da cooperativa esperança.

Quando o debate sobre autogestão habitacional não é aprofundado, o risco é que sua atuação acabe sendo muito próxima a ação das construtoras, onde o fim é produzir a moradia, sem qualquer tipo de consideração sobre a participação como um processo de organização comunitária associada à conquista da moradia digna. A autogestão deveria continuar ocorrendo mesmo depois do fim das obras, por isso, quando terminou a construção continuamos fazendo atividades no local, com a intenção de dar continuidade à autogestão. (entrevistado autogestão)

As lideranças da cooperativa, em sua fala, demonstram que a atividade autogestionária deve ser ampla, contemplando a vida em comunidade, não se resumindo somente à produção de moradia, mas sendo uma estratégia para enfrentar de forma coletiva e comunitária demandas objetivas da vida da classe trabalhadora, sendo uma estratégia coletiva de superação da desigualdade social e da pobreza.

A multiplicação dessa experiência autogestionária é um fator importante, aparece também como preocupação dentro do grupo, já que é imprescindível que os integrantes que foram contemplados pelas moradias continuem a luta, assessorando e formando outros grupos dentro da UMP-RJ, já que, além de conquistarem as moradias, adquiriram também muita experiência nesse tipo de projeto.

Nossa preocupação é que as pessoas desanimaram após terminar a obra, parece que desestimularam após conquistar as casas, algumas não entenderam que a luta é muito maior, é pela política de habitação, é por uma outra forma de produzir moradia. As famílias que foram contempladas pelas moradias devem dar continuidade à luta, para que outros grupos sejam formados e a luta continue (entrevistado autogestão)

3.3.2 – A autogestão continua?

O grupo da cooperativa esperança reforça a ideia e a importância do movimento social continuar pautando, como bandeira de luta, a autogestão, já que este é um princípio político importante para o coletivo, avançar na luta autogestionária é um desafio que deve ser enfrentado nesta atual conjuntura, sendo um caminho que pode auxiliar e apontar para a superação do atual cenário político conservador.

Segundo as lideranças, o coletivo entende que a autogestão é uma prática comunitária com o objetivo de intervir na realidade, mas também uma pauta de luta a ser disputada, continuar disputando recursos públicos para a produção de moradia é algo primordial para as famílias do movimento, porém, é necessário encontrar novos caminhos para isso, novas estratégias, tendo em vista que a atual conjuntura política exige novas formas de intervenção na realidade.

A luta por autogestão é uma pauta da classe trabalhadora há séculos, sendo uma importante estratégia de superação da desigualdade e da pobreza por parte da classe trabalhadora, continuar buscando formas de resistência autogestionária é muito importante neste momento da história, este modelo de organização popular tem a capacidade de fortalecer os coletivos de luta popular.

A experiência da cooperativa esperança, segundo o olhar das lideranças, deve servir de inspiração para o surgimento de outros grupos de luta por moradia, pois demonstra que é possível, a partir da organização coletiva, incidir na realidade e transformá-la apesar de todas as contradições postas, demonstra que a mobilização e a articulação política popular, consegue enfrentar e dar respostas para questões objetivas que atingem a classe trabalhadora.

A organização dessas famílias permitiu que a cooperativa esperança, com muita luta e resistência, tivesse acesso a recursos habitacionais para a construção de unidades habitacionais, porém, o Programa Minha Casa Minha Vida está ameaçado por este atual governo, não sabemos se terão recursos futuramente para produção de moradia popular, é preciso pensar em novas estratégias na luta autogestionária, autogestão não se resume ao PMCME, deve ser uma direção do movimento, a luta pela autogestão vem anteriormente ao programa, e deve continuar. (entrevistado autogestão)

3.3.3 – O futuro...

As lideranças compreendem que para ampliar as lutas locais é necessário fortalecer as articulações políticas territoriais, já que neste cenário político, reorganizar a classe trabalhadora nos territórios é uma importante estratégia para a superação dos ataques sociais, já que nos territórios é possível enfrentar demandas objetivas relacionadas à população, como moradia, saneamento, transporte e etc., possibilitando e facilitando a organização popular em torno de pautas comuns.

No caso da luta autogestionária, é de suma importância dar continuidade à organização e articulação dos grupos integrantes da UMP-RJ, continuar fortalecendo o debate sobre autogestão internamente, dando ênfase à importância do fortalecimento da luta coletiva e

comunitária. A formação política de base da militância do movimento é essencial, aparecendo como uma questão central para enfrentamento desta conjuntura.

As lideranças demonstram pensar que é impossível articulação territorial se não houver formação política da militância, por esse motivo, para que realmente a luta comunitária seja fortalecida é essencial que o movimento continue enfatizando a formação política, entendendo que a defesa da continuidade da luta autogestionária deve ocorrer de forma coletiva, portanto, a formação militante é fundamental neste aspecto.

Em tempos de retrocessos políticos e ataques a direitos sociais, organizar-se nacionalmente é um elemento imprescindível, a disputa por outro projeto de sociedade, que supere o atual modelo conservador, somente será possível com organização nacional, os movimentos de luta por moradia compreendem esta importância, entendem que a luta contra o desmonte das políticas sociais e dos direitos, em grande medida, dependem de mobilização e resistência construídos nacionalmente.

No caso da organização dos movimentos de luta por moradia autogestionária, aumenta a necessidade de ampliar às parcerias nos locais para fazer resistência a essa conjuntura, tendo em vista que o esforço é coletivamente construído, e ampliar à articulação política para enfrentamento deste cenário de retrocessos é importante. Aumentar a articulação entre movimentos sociais nacionais também é importante, é preciso enfrentar os ataques aos direitos com organização (entrevistado autogestão)

CONCLUSÃO

É importante compreender que a articulação com as parcerias foi um importante elemento de fortalecimento da Cooperativa Esperança, compreendendo que diante de um cenário de precarização das políticas habitacionais, e recursos públicos muito residuais para a produção de moradia, a articulação e parceria com outros segmentos da sociedade civil que pautam a luta por moradia foi fundamental, pois às redes institucionais parceiras acabaram suprindo às demandas do grupo, desta forma, é possível compreender que estas parcerias não exerceram meramente um papel de prestação de serviços, mas um papel de parceria política.

A concepção sobre moradia foi um dado muito importante em relação à pesquisa com estas famílias, o grupo compreendia que moradia de qualidade não se resumia meramente à produção física das casas, por este motivo, buscou realizar durante toda a história do grupo inúmeras atividades objetivando intervir no território local, não resumindo às ações somente à produção de moradia, atuando em demandas específicas do bairro, como foi o caso do reflorestamento, demonstrando preocupação de articular o debate da moradia com o debate do direito à cidade nas pautas práticas de atuação do grupo. Entendendo que esta concepção sempre esteve presente junto aos integrantes da cooperativa esperança, mesmo anteriormente a contemplação pelo PMCMV-E, demonstrando assim, que a atuação política do movimento foi o que pautou esta lógica ligada à luta pelo direito à cidade, não sendo mérito do programa.

A conquista da terra para a produção das moradias foi um elemento dificultador, já que a questão da terra é central para a produção habitacional. O PMCMV-E deveria estar articulado com o poder executivo municipal e estadual, facilitando assim o acesso a terra, coisa que não ocorre, com isto o programa se tornou um modo de financiamento de produção de moradia estritamente gerenciado pelo governo federal, o que dificulta o acesso à terra, desta forma, não atua de modo mais institucional no combate a uma das sérias questões que ocorrem nas cidades, a especulação imobiliária. O PMCMV-E está diretamente articulado aos municípios e aos estados, atuando estrategicamente para a criação de um banco de terras, com isto seria um elemento interessante para o combate à especulação imobiliária.

O PMCMV-E não trata a importante questão das terras como um elemento intrínseco ao debate da produção habitacional, setorizando a sua intervenção no financiamento para a produção de moradias, desta forma, a conquista das terras acaba sendo de responsabilidade dos movimentos sociais, como foi o caso da Cooperativa Esperança, demonstrando que a luta das famílias integrantes do movimento que possibilitaram o acesso a terra, não sendo o programa um caminho estratégico para a consolidação deste acesso, desta forma, compreende-se que o PMCMV-E não contempla a terra como um direito.

A preocupação dos integrantes da cooperativa esperança com a rede local é um fator importante, a decisão de buscar o fortalecimento político junto de atores e entidades no território se mostra relevante, demonstrando que a militância compreende que moradia não se resume a construção física de casas, moradia de qualidade também está relacionada às relações sociais e políticas, fortalecer a articulação com redes locais aumenta às possibilidades de resistência local, fortalecendo as ações para intervenção e melhorias do bairro. Entendendo que a decisão por esta articulação é um elemento político do grupo, não sendo uma direção dada pelo PMCMV-E.

A busca por articulação política com esferas governamentais e órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Habitação, por exemplo, demonstrou a necessidade de o grupo buscar por políticas urbanas que não vieram acopladas ao PMCM-E, ou seja, a urbanização do local do terreno, a infraestrutura e o próprio terreno foi produto da luta dos integrantes do movimento, já que o programa não atua estrategicamente nessas demandas, o que demonstra a

necessidade dos programas de habitação de interesse popular, para efetiva ação, ser articulado estrategicamente com as esferas municipais e estaduais.

A assessoria técnica possui uma importante dimensão na organização da cooperativa esperança, já que para a construção das unidades habitacionais e para outras questões foi necessário respaldo técnico, entretanto, a assessoria técnica exerceu um papel interessante relacionado ao grupo, atuou aproximando a dimensão técnica das famílias, porém, respeitando a especificidade política do grupo, neste sentido, o projeto obteve sucesso em realizar esta articulação técnico-política.

A construção de comissões temáticas para engajamento nas condicionalidades do programa foi um elemento importante, porém, o grupo organizou outras comissões, que não eram obrigatórias pelo PMCMV-E, como comissão de meio ambiente, comissão de mulheres e etc., extrapolando às dimensões delimitadas pelo programa, demonstrando assim, que às famílias buscavam de forma organizada romper e ir além das diretrizes do programa, não limitando a sua atuação somente ao direcionamento dado pelo programa.

Também em relação à assessoria técnica, ter havido a possibilidade das famílias intervirem diretamente na construção física da obra, no momento do planejamento do projeto, foi um elemento importante, transformando assim, a construção das unidades habitacionais em uma demanda política, não sendo a técnica superior ao processo de organização das famílias, respeitando os saberes e o conhecimento dos contemplados pelo programa, gerando na dimensão técnica operativa da obra física um caráter horizontal, de decisão coletiva.

A formação política para às famílias integrantes da cooperativa esperança se consistia em um processo, ocorria na dimensão da vida, no cotidiano da luta, na própria forma de organização do grupo, apesar de contar com oficinas, debates e outras atividades com o intuito de qualificar politicamente o grupo, a ideia da formação política não se resumia somente a estas ações, a concepção era mais ampla, ou seja, era na prática política, na ação e na luta, que a militância refletia e se construía politicamente.

Neste sentido, pensando na formação política, o mutirão foi um espaço privilegiado para este processo, pois, no mutirão, o momento de intervir coletivamente na realidade se tornava o espaço educativo, já que esta intervenção possuía o caráter coletivo, ocorria a partir da organização comunitária do grupo, desta forma, o mutirão foi em si mesmo um processo de formação, onde a coletividade da intervenção comunitária em questões objetivas, acabava por gerar nas famílias participantes uma outra concepção de intervenção no mundo, a partir da ação coletiva, não individualista.

Vale ressaltar que as assembleias eram um importante momento para debate e encaminhamentos políticos, porém, no caso da cooperativa esperança, devido a inúmeras questões do programa que necessitavam ser solucionadas, a dimensão política organizacional do grupo era prejudicada, já que havia a necessidade de se pensar em soluções para as demandas burocráticas do programa, desta forma, é possível perceber que a dinâmica do PMCMV-E contribuiu para o esvaziamento político das pautas do movimento.

O futuro da luta para os integrantes do movimento dependerá da capacidade de organização diante desta conjuntura, aprendendo novos caminhos e reaprendendo antigas práticas, é necessário aprender com a história e memória dos movimentos populares, onde inúmeras estratégias de resistência foram construídas durante décadas, acessar esse acúmulo de experiências de luta e colocar a serviço da militância na atualidade é muito importante.

A cooperativa habitacional esperança deixa como legado o exemplo da possibilidade de construir coletivamente as políticas sociais, demonstrando que mesmo diante de um direito constitucional já conquistado, é imprescindível a organização coletiva para acessar esses direitos. Também fica evidente com esta pesquisa que a participação popular é sempre fruto de luta política, às políticas sociais que deveriam possibilitar espaços participativos, como é o

caso do PMCMV-E, acabam tendo uma atuação contrária, dificultando esse processo, desta forma podemos compreender que participação social não é cedida, deve ser conquistada.

ANEXOS



Unidades habitacionais da cooperativa esperança em fase de construção



Foto do mutirão na construção das moradias



Foto do mutirão



Foto do barracão da obra da cooperativa esperança



Foto de uma assembleia



Foto de uma atividade política da Cooperativa Esperança



Foto de atividade de formação política

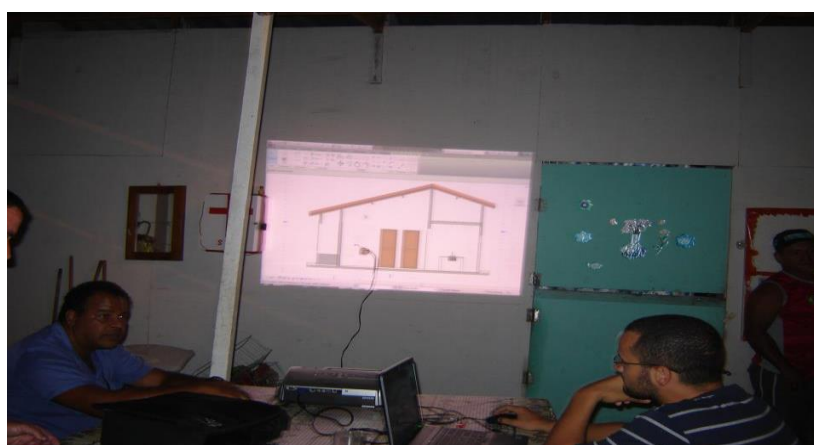


Foto da apresentação do projeto das unidades habitacionais para as famílias da cooperativa esperança.



Foto de uma unidade habitacional em estágio final de construção



Foto de ato político e manifestação

BIBLIOGRAFIA

1. AGIER, Michel. 2011. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 213 pp.
2. ALANIZ, E. P. Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional em empresa autogerida. Dissertação de Mestrado: Unesp, 2003.
3. ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
4. AMARAL JÚNIOR, J. Economia Solidária: a proposta da CUT ao desemprego estrutural e as transformações no mundo do trabalho. Dissertação de Mestrado: Centro Universitário Nove de Julho/SP, 2003.
5. ANDRADE, da Silva L.; DEMARTINI, J; CRUZ, R. A banalidade do mal na Arquitetura: Desafios de projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Revista eletrônica E-metropolpolis [on-line]. Edição 17. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, junho 2014.
6. ANTUNES, R. O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
7. AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (Orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.
8. AZEVEDO; ANDRADE, Luis Aureliano G. de. Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982
9. BALBIM, R.; KRAUSE, C. O planejamento da habitação de interesse social no Brasil e a sua produção social: desafios e perspectivas. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Infraestrutura social e urbana no Brasil.
10. BARROS, Luís T. Política Habitacional em Goiás: do Mutirão ao Cheque Moradia. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
11. BONDUKI, Nabil G. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP,

12. BONDUKI, Nabil G. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. Teoria e Debate, nº 82, maio/junho. 2009.
13. BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula, 2008. http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf - acesso em 10.04.2012
14. BOSCHETTI, I. Política de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas públicas. SER social, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./ dez. 2013.
15. BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Tradução Waltansir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
16. BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
17. BRESSER-PEREIRA, LC. O novo desenvolvimentismo e A ortodoxia convencional São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, 2006.
18. CAPRARIO, S. (2009), Feira Sustentável 2009 reúne Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pesca. Disponível em:http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4772&Itemid=1, [consultado em 23-03-2012].
19. CARDOSO, A.L.; LAGO, L.C. 2013.O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In: O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais / Adauto Lucio Cardoso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital.
20. CARDOSO, A.L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. 2011.Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. Rio de Janeiro, Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR.
21. CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In CARVALHO, Maria do Carmo Brant e NETTO. J.P (Orgs). Cotidiano: conhecimento e crítica. 8ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 2010.
22. CATTANI, Antonio David. Libertários e tutelares no mundo do trabalho. Tempo soc., São Paulo, v. 14, n. 2, out. 2002.

23. CIAVATTA, Maria O conhecimento histórico e o problema teórico metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Os labirintos do capital. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-144.
24. CRUZ, A. A diferença da igualdade. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.
25. DALTOÉ, C. J. Concepções sobre Economia Solidária na perspectiva dos associados de cooperativas populares. Dissertação de Mestrado: UFPR, 2003.
26. FERREIRA, N. S. C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001
27. FISCHER, M.C.B.; TIRIBA, L. 2009. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo/Coimbra, Almedina Brasil Ltda/Edições Almedina S.A., p. 293-298
28. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
29. FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.
30. FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
31. FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
32. GIAMBIAGI, Fábio et al. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). Editora Elsevier: 2011, pg. 197
33. GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1998.
34. GONÇALVES, R. R. Um mapeamento do déficit habitacional brasileiro: 1981- 95. Estudos Econômicos da Construção, v. 2, n. 3, p. 29-51, 1997a.
35. GUIMARAES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, v. 7, n. 2 e 3, p. 11-18, maio/dez. 1992.

36. HARDT, H. & NEGRI, Antonio. *Império*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
37. LAGO, Luciana C. do (Org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2012.
38. LAGO, Luciana Corrêa 2011 “Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços” em Revista eletrônica e-metropolis (Rio de Janeiro) nº 5. Em <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/emetropolis_n05.pdf>
39. LEFEBVRE, H. [1968] 2008. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
40. LE VEN, Michel M. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977. MARICATO, Ermínia. *Brasil 2000: qual planejamento urbano?* Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.
41. LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.
42. MACHADO, João *Comentários a Economia Socialista (Paul Singer)*. In: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia socialista: socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p51-64.
43. MARIANA, F. B. *Autonomia, cooperativismo e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): contribuições educativas para autogestão e pedagogias de levante*. Dissertação de Mestrado: USP, 2003
44. MARICATO, Ermínia. *O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada*. Carta Maior, maio de 2009. Disponível em <http://cartamaior.com.br>. Acesso em: mar. 2010.
45. MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
46. MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
47. MOREIRA, Fernanda A. *O lugar da autogestão no governo Lula*. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

48. NASCIMENTO, C. Experimentação autogestionária: Autogestão da pedagogia/Pedagogia da Autogestão. In: NOVAES, H.; BATISTA, E. (Orgs.) Trabalho, Educação e Reprodução Social. As contradições do capital no século XXI. Bauru, Canal6 Editora/Projeto Editorial Práxis, 2011
49. NOGUEIRA, M A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. In *RBCS* Vol. 18 (52), 2003 Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>
50. NOGUEIRA, M A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. In *RBCS* Vol. 18 (52), 2003 Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011.
51. NOVAES, Henrique T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. *Revista e- curriculum*, São Paulo, v. 5, n. 1, dez. 2009.
52. OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude. Auto-construção e acumulação capitalista no Brasil. *Novos estudos*, CEBRAP, n. 74, p. 67-85, mar. 2006
53. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 3-6, p. 129-149, 1984.
54. PECHMAN, Robert M.; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. O que é questão da moradia. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983)
55. PECHMAN, Robert M.; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. O que é questão da moradia. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983)
56. PEREIRA, J. R.; BRAGA, M. J.; CANÇADO, A. C., VIEIRA, N. S.; CARVALHO, D. M.; CETTO, V. M.; RIGO, A. S. Organização da sociedade através das cooperativas de trabalho: abordagem dos problemas e perspectivas: relatório final de pesquisa - FAPEMIG. Viçosa: UFV, 2002.
57. PEREIRA, José Roberto Cooperativas agroindustriais e pequenos produtores: velhos dilemas e novos contextos. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org.) *Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias*. Viçosa: UFV/DER, 2002. p.119-139.

58. QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B.S. (org.) Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
59. ROSSI, A.M.G. 2004. Gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. In: 1ª Conferência latino americana de construção sustentável e 10º Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído, São Paulo, 2004. Anais... São Paulo, 2004, 9 p.
60. SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Org.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
61. SOARES A G As instituições internacionais e o *crash* de 2008 IN Relações Internacionais n.22, 2009.
62. TECH, W. Dicionário básico do cooperativismo. Edição 2000, 288 p.
63. TEIXEIRA, E. C. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001
64. THEIS, IVO MARCOS. Desenvolvimento científico e tecnológico e território no Brasil. 1. ed. Chapecó/SC: Argos Editora da Unochapecó, 2015. 156 p.
65. TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação, no. 27, Volume 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94.
66. TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da Produção Associada. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.
67. TIRIBA, L. Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.
68. WALLERSTEIN, I. Uma política de esquerda para o século XXI? ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.; CEVASCO, M. (orgs.) O espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002.